



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS (PPGCEL)**

PÉRICLES MATIAS SANTOS

**A PROPÓSITO DA LINGUAGEM EM DELEUZE E GUATTARI: DA LINGUÍSTICA
ESTRUTURALISTA À VARIAÇÃO CONTÍNUA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2023**

PÉRICLES MATIAS SANTOS

A PROPÓSITO DA LINGUAGEM EM DELEUZE E GUATTARI: DA LINGUÍSTICA
ESTRUTURALISTA À VARIAÇÃO CONTÍNUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens como requisito final e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras pela da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Zamara Araujo dos Santos

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2023

S237p Santos, Péricles Matias.

A propósito da linguagem em Deleuze e Guattari: da linguística estruturalista à variação contínua. / Péricles Matias Santos, 2023.
96f.

Orientador (a): Dr^a. Zamara Araujo dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens – PPGCEL, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referências: f. 95 – 96.

1. Linguagem - Língua. 2. Gilles Deleuze e Félix Guattari. 3. Linguística e palavra de ordem. 4. Variação contínua. I. Santos, Zamara Araujo dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens- PPGCEL. III. T.

CDD: 400

PÉRICLES MATIAS SANTOS

**A PROPÓSITO DA LINGUAGEM EM DELEUZE E GUATTARI: DA LINGUÍSTICA
ESTRUTURALISTA À VARIAÇÃO CONTÍNUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens como requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Aprovada em: 23 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Zamara Araujo dos Santos (UESB)
Orientador e presidente da banca

Prof.^a Dr.^a Avanete Pereira Sousa (UESB)
Examinadora interna

Prof. Dr. Leonardo Maia Bastos Machado (UFRJ)
Examinador externo

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Dr^a. Zamara Araujo dos Santos, minha orientadora, pois, além de excelente orientadora, contribuindo grandemente com a minha trajetória acadêmica, demonstrou capacidades e virtudes de um grande ser humano. Nos momentos difíceis pelos quais passei, esteve sempre presente, me auxiliando em questões de diferentes naturezas. Um precioso exemplo de inspiração pessoal e intelectual.

À professora Dr^a. Avanete Pereira Sousa (UESB), não apenas pelo trabalho excelente que realiza no programa, cooperando grandemente no meu percurso acadêmico, mas por ter demonstrado grande empatia desde o momento de seleção para a entrada no programa.

Ao professor Dr. Leonardo Maia Bastos Machado (UFRJ), pelas contribuições valiosas através da banca de avaliação do meu trabalho desde o exame de qualificação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, bem como a todos os professores do programa, porque possibilitou algo além de apenas formação continuada, mas a realização de um sonho: a conclusão de curso de mestrado.

Agradeço a minha família. Significou suporte no decorrer de todo o curso, principalmente nos momentos vulnerabilidade material e psicológica.

A todos os colegas do programa, pois me auxiliaram com suporte material e psicológico em momentos em que necessitei de apoio, especialmente às colegas Kilza, Monalisa e Marta.

Ao “Município de Ibirapitanga” e ao “Estado da Bahia”, nos quais possuo vínculo empregatício, pois me concederam licenças parcial e integral, respectivamente, para cursar pós-graduação (mestrado).

À APLB do município de Ibirapitanga, pois me auxiliou grandemente no processo de conquista da licença para cursar o mestrado.

RESUMO

Esta dissertação aborda a crítica de Gilles Deleuze e Félix Guattari, através do platô “Postulados da linguística”, à abordagem estrutural da língua, iniciada no século XX, considerando a possibilidade de responder a seguinte questão: É possível fazer com que a língua se desloque da zona da linguística estrutural para um espaço de variação contínua a partir das contribuições da filosofia da diferença de Gilles Deleuze? Ao longo do texto, apresentamos alguns aspectos dos trabalhos de Ferdinand de Saussure e Louis Hjelmslev, dois dos principais autores estruturalistas do campo da Linguística, de forma a fazer emergir pontos relevantes de suas abordagens pertinentes a problemática desta pesquisa. Em seguida, apresentamos o platô *20 de novembro - Postulados da Linguística*, texto em que Deleuze e Guattari elencam quatro postulados em torno dos quais os estudos linguísticos estruturalistas se organizam e que são submetidos a uma crítica e a uma desconstrução por esses pensadores. Por último, através dos argumentos dos próprios autores em “Postulados da linguística” e de comentadores, fazemos uma problematização que nos permite pensar a efetuação da língua para além das estabilizações da linguística estrutural, bem como do estatuto da palavra de ordem, uma efetuação linguística como um espaço de variação contínua e em “modo menor”.

Palavras-chave: Linguagem/Língua; Gilles Deleuze e Félix Guattari; Linguística e Palavra de ordem; Variação contínua.

ABSTRACT

This dissertation addresses the critique by Gilles Deleuze and Félix Guattari, through the plateau “Postulates of Linguistics”, of the structural approach to language initiated in the 20th century, considering the possibility of responding to the following question: Is it possible to shift language from the realm of structural linguistics to a space of continuous variation through the contributions of Gilles Deleuze’s philosophy of difference? Throughout the text, we present some aspects of the works of Ferdinand de Saussure and Louis Hjelmslev, two of the main structuralist authors in the field of Linguistics, in order to highlight relevant points of their approaches relevant to the problematics of this research. Next, we present the plateau “Postulates of Linguistics”, a text in which Deleuze and Guattari list four postulates around which structural linguistic studies are organized and which are subjected to critique and deconstruction by these thinkers. Finally, through the arguments of the authors themselves in “Postulates of Linguistics” and commentators, we problematize which allows us to think about the effectuation of language beyond the stabilizations of structural linguistics, as well as the status of the watchword, a linguistic effectuation as a space of continuous variation and in “minor mode”.

Keywords: Language; Gilles Deleuze and Félix Guattari; Linguistics and Word of Order; Continuous Variation.

LISTA DE ABREVIATURAS

DG – Deleuze e Guattari.

KLM – *Kafka. Para uma literatura menor*. Editions Minuit, 2002.

MP1 - (MP2, ...MP5) *Mil Platôs*. Editora 34, 1985/2011.

OAE – *O Anti-Édipo*. Editora 34, 1972/2010.

CLG – *Curso de Linguística Geral*. Cutrix, 2012.

LS – *Lógica do Sentido*. Perspectiva, 2015.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - DA NOÇÃO DE ESTRUTURA NO ESTRUTURALISMO LINGUÍSTICO	17
1.1. Língua e Estrutura: Ferdinand de Saussure.....	23
1.2. A perspectiva de Louis Hjelmslev.....	29
CAPÍTULO 2 - POSTULADOS DA LINGUÍSTICA: UM MOVIMENTO PARA O MENOR E PARA A VARIAÇÃO CONTÍNUA	33
2.1. Mil Platôs.....	37
2.2. Primeiro postulado: A linguagem seria informativa e comunicativa	42
2.2.1. Segundo postulado: Haveria uma máquina abstrata da língua, que não recorreria a qualquer fator “extrínseco”	56
2.2.2. Terceiro postulado: Haveria constantes ou universais da língua que permitiriam defini-la como um sistema homogêneo	60
2.2.3. Quarto postulado: Só se poderia estudar cientificamente a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão	65
CAPÍTULO 3 – VARIAÇÃO CONTÍNUA E EXPERIMENTAÇÃO.....	71
3.1 Da variação contínua.....	71
3.1.1 A variação contínua e a Literatura Menor de Franz Kafka	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

Esta dissertação estabelece relações entre a Linguística e a Filosofia com o objetivo de responder a uma questão em particular: É possível fazer com que a língua se desloque da zona da linguística estrutural para um espaço de variação contínua a partir das contribuições da filosofia da diferença de Gilles Deleuze?

A abordagem de língua, considerada e aceita como científica pela Linguística, da qual ainda somos herdeiros, encontra fundamentação nos estudos do linguista suíço Ferdinand de Saussure, publicados em 1916 pela Editora Payot sob o título de “Curso de Linguística Geral”. Apesar da dominância dessa perspectiva em tudo que se refere a língua e a linguagem nos estudos acadêmicos de modo geral, observamos que ela se reduz a um sistema de formas fixas, universais e de natureza transcendente, a um enfoque que se baseia na noção de língua como um sistema homogêneo, fechado sobre si e arbitrário, que se opõe a tudo que efetua ou relaciona a língua/linguagem às questões pragmáticas, inclusive à fala, que é considerada como uma manifestação individual, aberta e contingente. É uma concepção linguística que também contribui e reforça uma forma de pensar que Deleuze e Guattari denominam de “imagem dogmática do pensamento”, que tende a estabelecer verdades fixas (*a priori*) e separar o pensamento de sua conexão intrínseca com o corpo, com as sensações e com o mundo ao seu redor, com o mundo pragmático; um enfoque linguístico que distancia a linguagem e o pensamento das múltiplas aberturas que garantem, como aponta Cardoso Jr (2011, p. 110), “que uma coisa seja definida pela diferença e que o contato entre essas coisas seja feito pelo recurso da imanência”.

Escolhemos essa temática com ênfase na variação contínua porque nos interessamos (como pesquisadores e docentes do campo da linguagem) por uma abordagem linguística que aponte novos horizontes que possibilitem pensar a linguagem como um fluxo de variações que não se submetam a uma estrutura ou a um sistema de representação e normas de uma língua maior, de poder, mas que criam continuamente novas formas e novos sentidos na consideração de uma língua menor. Ressaltamos, conforme Gilles Deleuze e Felix Guattari (2011), que língua maior e língua menor, ao contrário de dois tipos distintos de língua ou de oposição língua padrão x variação dialetal (variação inerente), são dois possíveis enfoques para analisar e efetuar a mesma língua. A língua maior é aquela que está territorializada

em um sistema homogêneo de constantes, em um fato majoritário, ao passo que a língua menor está desterritorializada pela variação contínua, por um devir minoritário. A língua maior é a língua oficial estabilizada, padronizada e dominante, enquanto que a língua menor é aquela modificada por minorias, que a utilizam de modo in/tenso, criativo e subversivo, escapando das normas e das convenções estabelecidas. “As línguas menores não existem em si: existindo apenas em relação a uma língua maior, são igualmente investimentos dessa língua para que ela se torne, ela mesma, menor” (MP2, p. 55).

Buscamos investigar uma compreensão da língua que ultrapasse o modelo de regras fixas e universais que compõem uma língua maior e encontramos na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari uma percepção de língua que se opera em “modo menor”, em “variação contínua”. No platô *23 de novembro de 1923 - Postulados da linguística*, publicado no livro *Mil Platôs* em 1980 na França e em 1995 no Brasil, observamos a reunião das principais ideias sobre linguagem e língua escritas por esses pensadores (motivo pelo qual o tomamos como texto direcionador desta pesquisa), mas as questões linguísticas estão também presentes em grande parte das outras obras. Nessas produções, o pensamento linguístico desses filósofos subverte a noção de língua como estrutura fixa, homogênea, universal e transcendente, e favorece uma compreensão em que a língua/linguagem se estende em cadeias semióticas e agenciamentos complexos, se efetuando como ambiente de conexão e de interação com os vários aspectos da vida e dos saberes em geral. A criação de uma abordagem rizomática para os saberes, que rompe com bases do pensamento ocidental, como a rejeição às estruturas e regras inflexíveis, arborescentes e lineares abre, na linguagem, novas possibilidades de expressão e de criação; permite pensar a língua/linguagem como um espaço molecular, como um espaço intensivo-pragmático e um espaço de experimentação, nos quais as potências singulares, as diferenças e a variação contínua se tornam componentes linguísticos essenciais.

A variação contínua é tomada com relevância acentuada nesse contexto porque é um conceito que, além de estar relacionado aos conceitos de devir, multiplicidade e de diferença no pensamento de Deleuze Guattari, permite pensar a língua/linguagem (e o real) como um espaço dinâmico, criativo e heterogêneo, como uma zona que desarticula as formas fixas ou identidades estáveis. A variação contínua é a ideia de que o real é constituído por diferenças que se expressam em multiplicidades, isto é, em estruturas complexas e heterogêneas que não se deixam

capturar por conceitos universais ou categorias gerais. A variação contínua é o que faz o real mudar de natureza, de qualidade, de intensidade, sem se submeter a uma medida comum ou a uma ordem pré-estabelecida.

No âmbito linguístico de DG também se discute a variação inerente de William Labov (a da sociolinguística variacionista), porém não é essa variação que temos como objeto nesta pesquisa, pois a variação inerente ainda está submetida aos comparativos de normas de uma língua maior. Tratamos aqui da variação contínua que se relaciona com a verdadeira natureza da linguagem, que é sempre heterogênea, múltipla, diferencial. A variação contínua que é definida por DG como um cromatismo generalizado, que se estende a todas as dimensões da língua, da música, da arte, da ciência, da vida. É a variação que propõe uma linguística rizomática, que leva em conta a diversidade, complexidade e a intensidade dos fluxos das línguas, que não se limita a descrever as estruturas formais, mas busca compreender os processos de criação, diferenciação e transformação sempre presentes nas línguas. É uma celebração da multiplicidade, da diversidade e da riqueza infinita das formas linguísticas, é a variação que põe a língua nas zonas intensivas nas quais o que é importante são os protocolos de pura experimentação. Em DG, a variação contínua é responsável pelas linhas de mudanças, de transformação e de criação que ocorrem na língua. É um dos principais jeitos que eles encontram para dizer: “nem significação nem representação, apenas experimentação” (MP2, 2011, pp. 43-44).

Percebemos, assim, que a crítica feita à Linguística por esses autores no platô “Postulados da linguística” pode ser considerada, dentre muitas direções, como um caminho/movimento para se pensar a linguagem/língua no espaço do molecular, do “menor” e da variação contínua. Isso porque, Deleuze e Guattari discutem e desconstruem certos aspectos da linguística ao mesmo tempo que introduzem e articulam conceitos que constituem verdadeiros movimentos de desterritorialização na língua. Eles criam uma linha que permite um deslizamento da língua/linguagem do estatuto da representação e dos principais pressupostos da linguística estrutural para uma zona na qual a “língua/linguagem está penetrada por dentro pelas circunstâncias, pelos acontecimentos e pelos atos”, onde a língua se efetua de modo intenso e em variação contínua. Essa linha é um movimento que “impede a linguística de fechar a língua sobre si”, ao tomar os enunciados pelos significantes e as enunciações pelo sujeito (1992/ed2013, pp. 40 e 41).

A Linguística “moderna” de Ferdinand de Saussure, no início do século XX, foi o berço do Estruturalismo, um movimento teórico que se disseminou por vários campos de saberes, como na psicologia, na linguística, na sociologia, na antropologia e na filosofia (embora Saussure não se declarasse estruturalista). O Estruturalismo, de modo geral, pode ser compreendido como método de análise científica que emergiu nas ciências humanas e sociais da primeira metade do século XX. Independente do campo científico em que é acionado, o estruturalismo visa compreender o modo como uma estrutura geral reproduz uma mesma base em todos os graus. Sua influência, quando de seu surgimento e consolidação, se mostrou inspiradora, como dá conta François Dosse:

O êxito que o Estruturalismo galgou na França ao longo dos anos 50 e 60 não tem precedente na vida intelectual desse país. O fenômeno ganhou a adesão da maior parte da *intelligentsia*, até reduzir a nada algumas resistências ou objeções que se manifestaram quando do que se pode chamar de momento estruturalista (DOSSE, 1994, p.13).

O modelo de cientificidade da Linguística moderna serviu de padrão para outros campos das Ciências Humanas, que passaram a analisar os fenômenos culturais num sentido muito mais amplo, indo muito além da proposta teórica do então hegemônico Existencialismo sartreano, com seu foco no sujeito, na existência e na liberdade.

Essa busca maior de uma saída para o desconcerto existencial teve por efeito uma tendência para ontologizar a estrutura: esta apresentou-se em nome da Ciência, da teoria, como alternativa para a velha metafísica ocidental. Ambição desmedida de um período que deslocava as linhas fronteiriças, os limites das figuras impostas, para aventurar-se nos caminhos mais recentes, abertos pela eclosão das ciências sociais (DOSSE, 1994, p.14).

Ao abolir qualquer influência externa, o Estruturalismo definiu as bases sob a qual a língua, a cultura, a mente ou a sociedade devem ser abordadas de acordo com os pressupostos científicos modernos.

Para Ferdinand de Saussure (CLG, 1916/2012), os fonemas são os componentes (internos) da língua e o elemento principal da linguagem, ao passo que os fones, a realização concreta dos fonemas, operam apenas no nível da fala. Por isso, para esse autor, o objeto de estudo do linguista deve ser a língua e não o seu uso.

Saussure afirma que a língua representa um sistema subjacente, comum a uma comunidade de falantes, estruturado e passível de estudo científico, ao passo que a fala é uma manifestação individual, variável, e altamente influenciada por fatores subjetivos e contextuais. Ou seja, não é possível estudar cientificamente a fala, pois ela é algo pessoal e variável, além de ser influenciada por aspectos emocionais e

gestuais; língua, por outro lado, é um sistema de regras que pode ser estudado por indivíduo comum a um grupo de pessoas (CLG, 2012 pp. 51-52).

No platô *20 de novembro de 1923 – Postulados da Linguística*, na obra *Mil Platôs*, (1980), Deleuze e Guattari se dedicam à “desconstrução” do que consideram os quatro postulados elementares da linguística clássica: (1) a ideia de que a linguagem é meramente informativa e comunicativa, (2) que existe uma máquina abstrata da língua que não recorreria a qualquer fator extrínseco, (3) que há constantes universais da língua que permite defini-la como um sistema homogêneo e (4) que só se pode estudar cientificamente de uma língua maior ou padrão. Deleuze e Guattari insistiram na possibilidade de um funcionamento menor da língua, de maneira que a efetuação da língua/linguagem se desloque das estabilizações da linguística estrutural e assuma protocolos de experimentação; um funcionamento que explora e cria fissuras e desvios linguísticos que escapam à rigidez dos sistemas normativos e leva a língua a se efetuar como zonas intensivas pautadas na variação contínua.

Gilles Deleuze é um dos grandes nomes da Filosofia do século XX, sendo geralmente considerado um dos pensadores mais importante do pós-estruturalismo. Dois de seus trabalhos mais desafiadores foram escritos em parceria com o psicanalista Félix Guattari: *O Anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980). Esses dois autores, como já foi esclarecido, propõe uma abordagem da linguagem que se difere em muitos aspectos da linguística saussuriana, que é determinada por uma estrutura universal e transcendente. O texto “20 de novembro de 1923 – postulados da linguística”, pode ser considerado como um esforço para deslocar os estudos linguísticos produzidos no âmbito do estruturalismo para uma perspectiva que se articule nos vieses da filosofia da diferença, na maleabilidade da variação contínua, do uso menor da língua. Conceitos como rizoma, agenciamento abrem as concepções languageiras para o campo das forças múltiplas, “nos fazem sair das dicotomias e dos triângulos e procurar o processo que ocorre entre as multiplicidades, eis a virada ontológica que propõe Deleuze e Guattari (ALMEIDA, 2003, p. 65).

Considerando esses apontamentos, desenvolvemos a pesquisa discutindo, primeiramente, a noção de estrutura no Estruturalismo linguístico e alguns aspectos da teoria linguística de Ferdinand de Saussure e de Louis Hjelmslev, visto que a Linguística contemporânea possui suas bases nos trabalhos desses autores. No entanto, salientamos que o propósito do primeiro capítulo é apenas discutir algumas

questões das teorias desses autores que são relevantes para a discussão que fazemos neste texto. Observamos, dentre muitos pontos, que a abordagem linguística de Louis Hjelmslev se alinha de modo mais coerente com o pensamento de Deleuze e Guattari, com seus conceitos de multiplicidade e rizoma, bem como fornece uma base mais apropriada para explorar as noções de agenciamento e de variação contínua que são importantes no pensamento desses autores. Enquanto a teoria de Saussure é baseada na noção de valor, que pressupõe uma relação binária e negativa entre os signos, ignorando a dimensão positiva e múltipla do sentido, a teoria de Hjelmslev, que DG chamam de semiótica, permite conceber o sentido como um processo dinâmico e diferencial, que se realiza nas diversas formas de expressão e conteúdo sem se restringir à estrutura da língua.

Na abordagem linguística de Saussure, o jogo das oposições binárias demonstra o caráter da linearidade dos significantes, de maneira que o valor de um signo linguístico só pode ser atribuído quando ele é colocado em situação de oposição aos demais, no interior de um mesmo sistema. Nessa abordagem, as línguas são estruturadas, o que significa que a parte só pode ser descrita em relação com o todo, pois os elementos não são independentes do sistema. Trata-se, portanto, de estudar a língua por meio de uma operação intelectual, abordando-a sem referência a fatores externos a ela mesma. A abordagem de Hjelmslev, por outro lado, há o abandono do conceito de hierarquias na linguagem, optando por uma visão “algébrica” na qual formas, substâncias, conteúdos e expressões circulam livremente, sem uma instância superior que os governe, de modo que o significante e o significado estejam em relação de pressuposição recíproca. Ele entende a dupla articulação da linguagem não como dois níveis hierarquizados, mas como dois planos intercambiáveis, resultado da relação entre a forma do conteúdo e da forma de expressão. Essa concepção confere à linguagem maior flexibilidade e dinamismo, permitindo que os signos linguísticos se transformem e escapem de posições fixas e hierárquicas, fato que justifica a maior consideração de Deleuze e Guattari pela teoria de Hjelmslev.

No segundo capítulo fazemos uma apresentação de aspectos do platô *20 de novembro de 1923 – postulados da linguística*, apresentando conceitos que são mobilizados na construção dos posicionamentos de Deleuze e Guattari, e que são pertinentes à nossa análise. Nesse platô, os autores criticam a linguística tradicional, que é considerada como uma forma de poder, como uma configuração do que eles chamam de “Maior”. Eles afirmam que a linguística tradicional é baseada na noção de

que a linguagem é um sistema de signos de natureza fixa que representam objetos no mundo, de modo que a língua ocupe apenas a função de comunicar informações. Essa noção, de acordo com esses autores, é falsa e alienante. Por isso, eles discutem de modo crítico quatro postulados da linguística (acima precitados) com o objetivo de fazer ver uma dimensão político-molecular da linguagem, bem como uma dimensão “menor” e em variação contínua.

No terceiro capítulo, enfatizamos a problemática da variação contínua segundo apresentada no platô em discussão. A variação contínua no contexto linguístico deleuze-guattariano se relaciona com uma língua “menor” (um processo de minoração da língua), que escapa às normas e às regras da língua maior, que é dominante e homogeneizante; é uma língua nômade, que se desloca e se multiplica, criando novos sentidos e novas possibilidades. Deleuze e Guattari afirmam que a variação contínua pode ser relacionada a verdadeira natureza da linguagem, que é sempre heterogênea, múltipla, diferencial, motivos pelos quais eles criticam a linguística estruturalista, que reduz a linguagem a um sistema de signos fechado e estático, que ignora as dimensões pragmática, histórica e política da linguagem. Eles propõem uma linguística rizomática, que leva em conta a diversidade, complexidade e a intensidade dos fluxos das línguas, que não se limita a descrever as estruturas formais, mas busca compreender os processos de criação, diferenciação e transformação sempre presentes nas línguas (MP2, 2011, pp. 43-44).

Como exemplo desse procedimento é discutido alguns aspectos da literatura menor de Franz Kafka que, para DG, faz a língua sofrer um tratamento menor e criador. Kafka constrói um *continuum* de variação que “negocia todas as variáveis para, ao mesmo tempo, restringir as constantes e estender as variações: fazer a língua “piar” (MP2, 2011, p. 53).

Assim, nesta pesquisa discutimos alguns pontos do Estruturalismo de Saussure e de Hjelmslev, aqueles que, de certa forma, mantêm maior relação com a nossa temática; apresentamos as questões principais tratadas nos “Postulados da linguística” – os quatro postulados da linguística discutidos por DG e os conceitos desses autores inseridos na discussão: palavra de ordem, discurso indireto, atos e transformações incorpóreas, constantes, variáveis e variação contínua, maior e menor. Por fim, discutimos de modo mais específico a questão da variação contínua e sua articulação na língua/linguagem, observando como Deleuze e Guattari tomam

a literatura de Kafka para demonstrar como a língua pode se efetuar numa zona de intensidade e de variação contínua.

CAPÍTULO 1 - DA NOÇÃO DE ESTRUTURA NO ESTRUTURALISMO LINGUÍSTICO

Na visão estruturalista, uma estrutura refere-se a um conjunto organizado de elementos relacionados de tal forma que sua configuração produz um significado. Esses elementos, por si só, podem não carregar significado intrínseco, mas adquirem significado através de suas relações dentro da estrutura. Essa estrutura, no entanto, não é meramente um arranjo físico ou espacial, mas um sistema de relações que dá sentido aos seus componentes. Etimologicamente a “ideia de estrutura” vem do Latim *structura*, que significa “uma disposição, ordem, arranjo”; termo derivado do verbo “struere”, significando empilhar, construir e montar.

A noção de estrutura é considerada importante para os estruturalistas por muitos motivos, mas um dos motivos principais é porque ela sugere uma forma de organizar e interpretar o mundo através de sistemas ou estruturas subjacentes, isto é, reflete a ideia de que as partes individuais só podem ser entendidas em relação à sua posição no interior de uma estrutura maior. Para a maioria dos estruturalistas (como Claude Lévi-Strauss, Roman Jakobson, Jacques Lacan...), a estrutura tem natureza universal, pois postulam que, embora as manifestações externas de fenômenos possam variar de cultura para cultura ou de sistema para sistema, as estruturas subjacentes são universais e podem ser identificadas por meio de análises comparativas. Lévi-Strauss (um dos maiores teóricos do estruturalismo antropológico), por exemplo, aplicou os conceitos de estrutura, simbólico e virtual, que ele tomou de Deleuze, para interpretar os mitos, os ritos, os sistemas de parentesco e as classificações dos povos indígenas e mostrou que esses fenômenos possuem uma estrutura comum, que é uma forma de pensamento universal, baseada em oposições binárias e transformações lógicas.

O Estruturalismo, como “movimento intelectual” se desenvolveu na Europa no século XX. Em sua essência, conforme Dosse (2015), busca identificar e analisar as estruturas subjacentes que formam a base de diversos fenômenos, desde a

linguagem e os mitos até a psicologia da mente humana. A ideia central é que para entender o todo (seja uma língua, um mito ou um sistema cultural), deve-se primeiro entender a estrutura que o sustenta.

Essa ideia de estrutura é discutida no pensamento de Deleuze e Guattari porque, dentre tantas localizações nas quais a observaram, no contexto da linguagem eles questionam se é possível conceber uma estrutura linguística que exista por si só, sem ser moldada ou influenciada por elementos extrínsecos (MP2, 2011, pp. 27-36). Os autores não negam a possibilidade de uma estrutura, mas não a consideram nos termos estruturalistas, como uma entidade que regula a representação identitária das realidades. Mesmo na menor série heterogênea de uma estrutura sempre haverá um elemento paradoxal que é justamente sua força “diferenciante”, sua força de contínua variação (LS, 2015, 53).

Em *Logica do Sentido* (1969/2015), Deleuze já sugere certas condições mínimas de uma estrutura em geral, o que demarca um posicionamento não apenas sobre a noção de estrutura, como também potencializa sua visão de signo e sentido. Ele explica, então, que para a construção de uma estrutura, são indispensáveis no mínimo duas séries diferentes, uma atuando como o “significante” e a outra como o “significado” (uma única série é inadequada para compor uma estrutura). Essas séries são compostas de elementos que ganham existência apenas através das relações que estabelecem entre si. E essas relações, ou esses valores associados a elas, correspondem a fenômenos específicos, ou singularidades na estrutura.

No contexto da linguagem, diz Deleuze, as relações entre fonemas criam singularidades vizinhas que geram as características “significantes” e “significadas”. Afirma que essas duas séries heterogêneas se encontram em um elemento paradoxal que atua como um “diferenciador”, um elemento originador das singularidades, que não pertence exclusivamente a nenhuma série, mas circula entre ambas. Sua característica é o constante deslocamento de si mesmo, sendo “fora do lugar”, sem identidade, semelhança, ou equilíbrio fixo; elemento que é manifestado em uma série como um excesso, enquanto simultaneamente apresenta-se na outra como uma falta. Se é um excesso em uma série, só o é como uma “casa desocupada; se é uma falta na outra, é como um peão extra ou um ocupante sem residência. Ele é ao mesmo tempo palavra e objeto: palavra esotérica, objeto exotérico” (LS, 2015, pp. 53-54).

Deleuze acrescenta que esse elemento diferenciador na estrutura tem por função:

articular as duas séries uma à outra, refleti-las uma na outra, fazê-las comunicar, coexistir e ramificar; reunir as singularidades correspondendo às duas séries em uma “história embaralhada”, assegurar a passagem de uma repartição de singularidades à outra, em suma, operar a redistribuição dos pontos singulares; determinar como significante a série em que aparece como excesso, como significada aquela em que aparece correlativamente como falta e, sobretudo, assegurar a doação do sentido nas duas séries, significante e significada (LS, 2015, p. 54) .

Um elemento paradoxal é, nesse sentido, parte elementar para articular as duas séries distintas dentro de uma estrutura, promovendo a comunicação, a coexistência e a ramificação entre elas; ele reúne singularidades em uma “história embaralhada”, redistribui os pontos singulares, e determina as séries como significante ou significada. Também é responsável por conferir sentido distinto da mera significação. Uma noção de estrutura, segundo Deleuze, portanto, requer séries, relações, e pontos singulares, mas acima de tudo, necessita de uma “casa vazia” que é fundamental para seu funcionamento e para suas linhas de diferenciação.

Em um outro trabalho, Deleuze, em 1972, escreveu um artigo sob título “Em que se pode reconhecer o Estruturalismo”, que se encontra no livro “História da Filosofia: Ideias e Doutrinas, volume 8, O Século XX”, organizado por François Châtelet e publicado em 1972. Nesse “ensaio”, o Estruturalismo é explicado a partir de quatro critérios formais que ele considera comuns aos diferentes autores e disciplinas que se inserem nesse movimento. Esses critérios são: o simbólico, o local ou de posição, o diferencial e o singular, e o diferenciador e a diferenciação. Cada um desses critérios corresponde a uma dimensão da estrutura, que é o conceito central do Estruturalismo. A estrutura, para Deleuze, é uma forma de pensar o real como um conjunto de relações entre elementos que não se definem por sua substância ou sua essência, mas por sua função e seu valor. A estrutura é, portanto, uma forma de pensar o real como um processo dinâmico e criativo, que não se reduz a formas fixas ou identidades estáveis. James Williams (2013, p. 83), se referindo a esse artigo de Deleuze diz:

A visão do pensamento como sendo a interpretação e transformação do que vem antes é típica da filosofia de Deleuze. Ele insiste nos aspectos criativos do pensamento, pois o papel deste é revivificar estruturas que tendem à fixidez. Ele vê a fixidez como sendo definida por representação, ou seja, uma forma de repetição do mesmo. Uma repetição afirmativa pode ser compreendida como acrescentando diferenças e variações à repetição. (...) Para Deleuze, estrutura não se define como uma repetição daquilo de que é estrutura, como se a estrutura fosse uma cópia da estrutura de um objeto externo. Ao invés disso, e surpreendentemente, a estrutura é definida como uma condição necessária para a transformação da coisa. Para Deleuze a estrutura não é um modelo teórico de uma coisa estruturada. É a razão para a transformação e evolução da coisa.

A filosofia de Deleuze, nesse sentido, enfatiza a natureza criativa do pensamento e rejeita a fixidez, associada à repetição do mesmo. Para Deleuze uma repetição afirmativa introduz variações e diferenças. Uma estrutura, portanto, não deve ser uma cópia teórica de um objeto externo, mas sim uma condição necessária para a transformação da coisa, sendo a razão fundamental para sua evolução.

É importante observar que, para Deleuze, a origem do Estruturalismo reside na linguística, não apenas em Saussure, mas também nas escolas de Moscou e Praga. Para ele, “quando o estruturalismo se expande para outros domínios, não se trata de estabelecer métodos equivalentes aos da linguagem, mas de reconhecer que só há estrutura onde há linguagem, inclusive em formas não-verbais”, ou seja, a ideia de estrutura só faz sentido no âmbito linguístico:

Na verdade, só há estrutura daquilo que é linguagem, nem que seja uma linguagem esotérica ou mesmo não-verbal. Só há estrutura do inconsciente na medida em que o inconsciente fala e é linguagem. Só há estrutura dos corpos à medida que se julga que os corpos falam com uma linguagem que é a dos sintomas. As próprias coisas só têm estrutura à medida que matem um discurso silencioso, que é a linguagem dos signos (CHÂTELET, 1982, p. 272).

Deleuze ressalta a importância da relação estrutura x linguagem, de modo que até mesmo as coisas possuem estrutura quando mantêm um discurso silencioso, expresso na linguagem dos signos.

Voltemos aos critérios de Deleuze sobre o Estruturalismo, considerando a análise do artigo organizado e publicado em 1972 por François Châtelet (pp. 299-335). O primeiro critério, o simbólico, diz respeito à natureza dos elementos da estrutura, que são elementos que não têm uma existência real ou imaginária, mas que têm uma existência simbólica. Isso significa que esses elementos não se referem a objetos ou a conceitos, mas a diferenças ou a problemas. O simbólico é o que permite pensar o real como um campo de problemas, que exigem soluções que não são dadas, mas que são inventadas.

O segundo critério, o local ou de posição, diz respeito à forma dos elementos da estrutura, que são elementos que não têm uma forma determinada ou uma qualidade intrínseca, mas que têm uma forma variável ou uma qualidade relativa. Isso significa que esses elementos não se definem por sua natureza ou sua propriedade, mas por sua posição ou sua relação. O local ou de posição é o que permite pensar o real como um espaço de relações, que determinam o sentido e o valor dos elementos.

O terceiro critério, o diferencial e o singular, diz respeito ao conteúdo dos elementos da estrutura, que são elementos que não têm um conteúdo fixo ou uma identidade positiva, mas que têm um conteúdo variável ou uma identidade negativa. Isso significa que esses elementos não se definem por sua semelhança ou sua generalidade, mas por sua diferença ou sua singularidade. O diferencial e o singular é o que permite pensar o real como um fluxo de variações, que produzem novas formas e novos sentidos.

O quarto critério, o diferenciador e a diferenciação, diz respeito à gênese dos elementos da estrutura, que são elementos que não têm uma origem ou uma causa, mas que têm uma gênese ou um efeito. Isso significa que esses elementos não se derivam de um princípio ou de uma regra, mas que se originam de um processo ou de um acontecimento. O diferenciador e a diferenciação é o que permite pensar o real como um processo de criação, que implica uma transformação e uma novidade.

Atentemos, portanto, para o fato de que Deleuze, de um modo geral, explica o Estruturalismo nesse texto como uma forma de pensar o real como um conjunto de relações entre elementos simbólicos, locais, diferenciais e diferenciadores, que constituem uma estrutura dinâmica e criativa, que não se submete a uma representação ou a uma identificação, mas que afirma uma diferença e uma singularidade contínuas. Todas essas características posicionam Deleuze diferentemente dos estruturalistas tradicionais, que focam na análise linguística e em estruturas estáveis que regem diversas áreas.

O Estruturalismo, enquanto corrente intelectual teórica e metodológica, que se limita em analisar e a classificar os fenômenos culturais a partir de uma estrutura pré-estabelecida, configura-se numa vertente que busca entender as estruturas subjacentes aos fenômenos, pautando-se na percepção de que tais estruturas são fundamentais para a compreensão das práticas e manifestações culturais. A ideia de estruturalismo de Deleuze se refere a um pensamento e uma atitude que busca pensar e criar os fenômenos socioculturais a partir de estruturas que se comunicam com o fora e que estão em contínua variação e diferenciação. Acreditamos, além de tudo isso, que o modo como Deleuze aborda a questão do Estruturalismo mantém a coerência com o seu pensamento de multiplicidade e de aberturas múltiplas, que é garantido pelas conexões e variação contínuas.

Além dessas noções de Deleuze sobre estrutura/Estruturalismo, segue neste capítulo, um tópico específico/separado sobre a abordagem de Saussure e um sobre

a abordagem de Hjelmslev, buscando apenas apresentar questões básicas dos seus trabalhos que fundamentam a linguística dita estruturalista. Como um dos principais precursores do Estruturalismo (embora não tenha feito referência a este termo), Ferdinand de Saussure definiu a língua como um sistema de signos arbitrários que se organizam em pares de significante e significado (DG entende que o significado fica sempre subordinado ao significante nesse par que compõe o signo saussureano), e que se definem pela sua diferença com os demais signos do sistema, formando um conjunto de regras e convenções constantes que permitem a comunicação. Saussure também distinguiu a língua, como um objeto social e estável, da fala, como um ato individual e variável. Foram essas “noções estruturais” desenvolvidas por Saussure que forneceram elementos para Deleuze e Guattari pensarem a linguagem/língua além de um mero sistema de comunicação de informações, como fica evidente no texto *Postulados da linguística*, publicado no livro Mil Platôs em 1980.

Outro linguista considerado por Deleuze e Guattari em suas análises foi Louis Hjelmslev, um linguista dinamarquês que aprofundou e ampliou a teoria de Saussure, propondo uma semiótica geral que abrangesse não apenas as línguas naturais, mas também outros sistemas de signos, como as artes, as ciências e as religiões. Ele introduziu os termos plano da expressão e plano do conteúdo, para substituir os de significante e significado, e os termos forma e substância, para diferenciar os aspectos invariantes e variantes dos signos, motivos pelos quais DG concebem maior credibilidade a abordagem linguística de Hjelmslev. Para esses autores, a perspectiva de Hjelmslev introduz o “criativo” na linguística. Dosse afirma que

O uso que Deleuze e Guattari fazem dela tem pouco a ver com a glossemática, e o sentido das noções de Hjelmslev ligeiramente alterado, o verdadeiro objetivo e se servir dessa leitura como uma máquina de guerra antissaussuriana para dar lugar a uma linguística verdadeiramente pragmática. Para isso, eles encontram em Hjelmslev o advento de um verdadeiro plano de imanência que corresponde ao seu desejo de uma linguística "álgebra imanente das línguas" (DOSSE, 2010, p. 195).

O estruturalismo, enquanto corrente intelectual teórica e metodológica é uma vertente que busca entender as estruturas subjacentes aos fenômenos, pautando-se na percepção de que tais estruturas são fundamentais para a compreensão das práticas e manifestações culturais; uma maneira de pensar, portanto, que busca revelar as regras e os códigos subjacentes aos fenômenos linguístico-culturais e sociais, considerando-os como sistemas de significação.

Os tópicos seguintes (é importante reafirmar esse ponto) não tem o objetivo de explorar ou discutir a obra de Ferdinand de Saussure e de Louis Hjelmslev de forma ampla, mas apenas apresentar ideias fundamentais de seus trabalhos que permitem a compreensão deste de modo geral. Sabemos que as análises de Saussure passaram a direcionar os estudos da língua e da linguagem, que permanecem com orientação representacionista e transcendental, na qual a língua é um conjunto de signos que traduz o mundo. Os estudos de Hjelmslev (“Prolegômenos a uma teoria da linguagem” – 1961) ampliam e introduzem mais dinamicidade à teoria de Saussure através da ideia reciprocidade dos planos da expressão e do conteúdo, o que permite Deleuze e Guattari a justificarem seu pensamento linguístico numa perspectiva pragmática, na qual a língua deixa de ser um espaço de constantes universais e passa a efetuar-se em espaços intensivos de variação contínua.

1.1. Língua e Estrutura: Ferdinand Saussure

Neste tópico são feitas algumas considerações sobre as ideias de Ferdinand de Saussure acerca das “estruturas” linguísticas, as quais foram publicadas postumamente sob o título “Curso de Linguística Geral” (1916), obra constituída a partir de anotações coletadas por alguns dos seus alunos. O objetivo é apresentar, em uma perspectiva específica e sucinta, ideias centrais elaboradas por aquele que frequentemente é reconhecido como o pai da Linguística moderna. Saussure não usou o termo “estrutura/lismo” no seu trabalho, mas o modo como ele o desenvolveu, trouxe-lhe o título de o maior dos estruturalistas. O pensamento de Saussure exerceu uma influência significativa nos estudos linguísticos desde as primeiras décadas do século XX, período conhecido como Estruturalismo. Há um trecho no CLG que é considerado ao relacionar Saussure ao estruturalismo, vejamos:

Do ponto de vista prático, seria interessante começar pelas unidades, determiná-las e dar-se conta de sua diversidade, classificando-as. (...) A seguir, ter-se-iam de classificar as subunidades, depois as unidades maiores etc. Ao determinar dessa maneira os elementos que maneja, nossa ciência cumpriria integralmente sua tarefa, pois teria reduzido todos os fenômenos de sua competência ao seu princípio primeiro (SAUSSURE, 2012, pp. 156, 157).

É importante dizer que reconhecemos a importância de tantos outros teóricos do estruturalismo, como Jacques Lacan, que reinterpreto a psicanálise freudiana à luz das ideias estruturalistas, enfatizando a importância da linguagem e da estrutura

na análise psicanalítica; Claude Lévi-Strauss, que aplicou a abordagem estrutural à antropologia cultural, analisando mitos, sistemas simbólicos e parentesco em sua obra “O Pensamento Selvagem” e “As Estruturas Elementares do Parentesco”; Wilhelm Wundt, considerado um dos pioneiros da psicologia estruturalista e que fundou o primeiro laboratório de psicologia experimental, enfocando na análise dos elementos básicos da experiência mental; Roland Barthes, que contribuiu para o campo da semiótica com seu trabalho em análise de signos e símbolos em textos, incluindo “Elementos de Semiologia” e “A Morte do Autor”; Roman Jakobson, Linguista e teórico literário que fez contribuições significativas à análise estrutural da linguagem na literatura, introduzindo conceitos como a função poética da linguagem. No entanto, para os objetivos deste texto, escolhemos o trabalho de Ferdinand de Saussure, visto que é da relação sua perspectiva linguística com o trabalho de Deleuze e Guattari que compomos a temática em discussão.

O Estruturalismo em termos linguísticos mais estrito pode ser entendido como um conjunto de elaborações teóricas variadas que compartilham de uma concepção “immanentista” da linguagem verbal, tomando-a como um objeto autônomo que se define por relações puramente linguísticas, internas à linguagem. Para Dosse (2018, p. 26), o Estruturalismo, em uma perspectiva mais geral, representa uma fase específica na história do Ocidente, caracterizada por uma certa medida de aversão, um repúdio à cultura ocidental convencional, e um desejo de modernismo que procura por paradigmas inovadores. Durante esse período, a Linguística, que tomou como fonte os escritos do linguista genebrino Ferdinand Saussure, assumiu o papel de uma espécie de guia científico, direcionando o desenvolvimento das ciências sociais. O Estruturalismo tornou-se, nesse contexto, um símbolo para os modernistas em sua batalha contra os valores mais tradicionais. Funcionou como um meio de suprimir cargas ideológicas desses valores para muitos intelectuais engajados, em meio às desilusões da segunda parte do século XX – um tempo político singular marcado por desengano, e uma fase no campo do conhecimento que precisava incitar uma revolução para possibilitar uma reforma bem-sucedida. Essa combinação fez do Estruturalismo o foco de uma geração inteira que começou a enxergar o mundo através de uma perspectiva estrutural.

No período de 1906 a 1911, Saussure ministrou aulas na Universidade de Genebra, três cursos de Linguística Geral, bem como realizou uma série de palestras que deram origem a uma perspectiva radicalmente nova de análise linguística para o

contexto daquela época. Em um período no qual o principal meio de estudar línguas era através da comparação em consonância com a origem comum no tronco indo-europeu, Saussure decidiu trilhar um caminho diferente. Seus esforços, então, conduziram-no a uma abordagem sincrônica da linguística - um método que se preocupava com a estrutura e uso da língua no presente, ao contrário de rastrear sua evolução ao longo do tempo (método diacrônico). Assim, contrapondo-se à prática predominante de se focar na descrição de uma única língua, a perspectiva de Saussure permitiu um quadro teórico que poderia ser aplicado a qualquer língua, ou seja, uma abordagem universal. Desta forma, seu trabalho marcou uma virada significativa na maneira como os estudiosos da linguística conduziam seus estudos (DOSSE, 2018; BEZ, AQUINO, 2011; BOUQUET, 2000).

De acordo com Saussure (2012, p. 37), a linguística, como campo de estudo, engloba todas as formas de linguagem humana, abrangendo tanto sociedades primitivas quanto civilizadas, e períodos históricos variados - da antiguidade, passando pela era clássica até períodos de declínio - e analisa não apenas a linguagem formalmente correta ou a considerada bela, mas todas as formas de expressão; além disso, o linguista deve considerar textos escritos como uma fonte vital de conhecimento, dado que, muitas vezes, a linguagem oral escapa à observação, e os textos escritos fornecem as únicas evidências disponíveis de idiomas já extintos ou geograficamente distantes. Nesse sentido, a tarefa da Linguística deve ser:

a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas mães de cada família; b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história; c) delimitar-se e definir-se a si própria (SAUSSURE, 2012, p. 37).

No que concerne ao objeto de estudo da Linguística, Saussure diz que língua, diferentemente da linguagem, é uma parte específica e crucial desta, sendo um produto social da capacidade de linguagem e um conjunto de convenções adotadas socialmente que facilitam o uso dessa capacidade pelos indivíduos, enquanto a linguagem, por sua vez, é um fenômeno mais amplo e diversificado, que engloba aspectos físicos, fisiológicos, psíquicos, individuais e sociais, e é resistente à classificação devido à sua natureza heterogênea/multiforme. Para Saussure, a língua

não se confunde com a linguagem; (ela) é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da

faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação (SAUSSURE, 2012, p. 41).

A língua deve ser, portanto, o objeto de estudo da Linguística, visto que, para Saussure, ela é um sistema autônomo e com uma ordem de relações (estruturais) próprias, que permite uma análise científica. É uma definição imanentista da língua, visto que requer a eliminação de tudo o que possa ser estranho ao seu organismo, ao seu sistema, incluindo tudo o que é designado pelo termo “Linguística externa” (SAUSSURE, 2012, p. 53).

Saussure distingue língua e fala. Para ele, “a língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Por outro lado, a fala pode ser caracterizada como um ato individual de vontade e inteligência, no qual se distinguem duas partes fundamentais: 1º: as combinações através das quais o falante emprega o código da língua com o objetivo de expressar seu pensamento pessoal; 2º: o mecanismo psicofísico que possibilita ao falante exteriorizar essas combinações (CLG, 2012 p. 46).

Saussure não concede primazia à fala em suas considerações porque ele não a considera fundamental, devido à sua impermanência e dependência da intenção e compreensão individuais, tornando-se, assim, inadequada para ser objeto de análise científica.

A primazia da escrita sobre a forma falada da língua também é outro aspecto considerado por Saussure. Segundo ele, língua e escrita são sistemas de signos distintos, com a escrita servindo para representar a língua; no entanto, a prevalência da escrita tem levado à sua confusão com a linguagem falada, o que é comparável a valorizar mais uma fotografia de uma pessoa do que o seu rosto real. Para o autor, a escrita, ao contrário da fala, possui uma qualidade sólida e permanente, impressões visuais mais nítidas e duradouras, e uma superioridade quase fatal em casos de desacordo com a língua. Ele ainda sugere que a língua literária amplifica a importância não merecida da escrita, destacando a estabilidade temporal da forma escrita em comparação com a natureza efêmera do som. Esta perspectiva pode ser entendida como uma crítica à inclinação cultural para valorizar a forma escrita, frequentemente às custas da fala, e uma exposição dos fatores sociais e psicológicos que contribuem

para essa tendência. Ao mesmo tempo, Saussure também aponta uma complexidade nessa relação, onde a forma escrita se arroga uma importância a que não tem direito, indicando uma tensão subjacente entre as dimensões escrita e falada da linguagem, e como a escrita pode assumir uma predominância injusta sobre a língua falada (CLG, 2012, p. 59).

O conceito de signo linguístico é um dos mais importantes na abordagem saussureana. De modo geral, Segundo Saussure (2012, pp. 105-116), o signo linguístico é uma entidade psíquica que une um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante), dois elementos inseparáveis e interdependentes, que formam uma relação arbitrária e convencional. O signo linguístico não tem nenhuma relação natural ou lógica com o objeto ou a ideia que representa, mas sim com o sistema de valores e diferenças que constitui a língua; o signo linguístico é imutável e social, pois depende da aceitação coletiva dos falantes e só pode ser modificado por fatores históricos.

Saussure distingue ainda o signo linguístico da língua (*langue*), que é o conjunto dos signos e das regras que os organizam, e da fala (*parole*), que é o uso individual e criativo da língua pelos falantes (CLG, 2012, p. 106).

A palavra signo já era utilizada antes de Saussure, mas, diferentemente de seus antecessores, para quem ela era sinônimo de imagem acústica, Saussure entende o signo como resultante da junção do conceito com a imagem acústica, podendo também ser empregado apenas para a imagem acústica. Dito de outra forma, se antes o signo era entendido como uma entidade que representava uma ideia, com Saussure, essa correspondência deixa de existir. O signo é uma associação entre significante e significado umbilicalmente relacionados. Logo, toda língua é um sistema linguístico composto por signos que mantêm uma relação de oposição com os demais no interior do próprio sistema.

O signo saussureano obedece a alguns princípios, sendo a arbitrariedade o primeiro deles. Em termos linguísticos, o vínculo que conecta o significante ao significado na estrutura de um signo é considerado arbitrário, o que significa que não há uma conexão inerente ou natural entre a forma do signo e o conceito que ele representa (CLG, 2012, p. 108). Porém, a arbitrariedade do signo não se aplica a todos os signos, já que existem signos que são “inteiramente arbitrários”. Saussure afirma que

O princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado (SAUSSURE, 1995, p. 152).

Além do princípio da arbitrariedade, Saussure também faz referência ao caráter linear do significante, uma vez que, sendo de natureza auditiva, o significante se desenvolve no tempo, unicamente, com as características que toma do tempo: representa uma extensão que é mensurável numa só dimensão, uma linha, da qual depende todo o mecanismo da língua. Para o autor, o princípio da linearidade na linguística, que destaca a natureza sequencial dos significantes acústicos, e embora pareça simples e muitas vezes negligenciado, é fundamental para o funcionamento de uma língua e tem implicações abrangentes; ao contrário de significantes visuais, como sinais marítimos, que podem ser complexos e multidimensionais, os significantes acústicos seguem uma linha temporal, formando uma cadeia, algo que se torna aparente ao transpô-los para a escrita, onde a sequência temporal é representada por uma linha espacial de signos gráficos (SAUSSURE, 2012, p. 110).

O estruturalismo linguístico de Saussure faz emergir um jogo de oposições binárias que demonstram o caráter da linearidade dos significantes. Para Saussure, os signos se alteram devido a um desgaste que provoca o “deslocamento” necessário para afrouxar as relações entre o significado e o significante que evoluem com o tempo (SAUSSURE, 2012). O valor de um signo linguístico só pode ser atribuído quando ele é colocado em situação de oposição aos demais, no interior de um mesmo sistema. Saussure diz que, “assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, também a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas” (CLG, p. 152).

Outra oposição binária presente no estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure é entre sincronia e diacronia. Para Saussure, a lei sincrônica, que descreve o estado da língua num dado momento, é universal, mas não absoluta - sua influência é sentida através do uso coletivo, mas não impõe uma obrigação pessoal aos falantes; além disso, não há nada que assegure a persistência de sua regularidade, tornando-a similar à observação casual de que as árvores em uma floresta estão dispostas como um tabuleiro de xadrez - uma ordem prevalecente, mas instável. A lei diacrônica, por outro lado, envolve um elemento dinâmico, um efeito gerado ou uma ação

realizada, mas mesmo seu caráter diretivo não é suficiente para aplicar a ideia de “lei” aos fenômenos evolutivos da língua, que, apesar de algumas aparências ao contrário, são geralmente de natureza acidental e específica (SAUSSURE, 2012, p. 135).

Segundo Saussure,

A Linguística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva. A Linguística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si (SAUSSURE, 2012, p. 142).

Além de isso, Saussure (2012) também ressalva o caráter imutável do signo linguístico. O que significa, segundo ele, que o signo linguístico é estabelecido por uma convenção social, que é aceita e reconhecida por todos os membros de uma língua, e que não pode ser modificada sem o consentimento de todos. Portanto, o signo linguístico é imutável no sentido de que ele é fixado pela tradição e pela norma, e que só pode mudar lentamente, por meio de processos históricos e evolutivos.

Os princípios teóricos e metodológicos do Estruturalismo extrapolaram o campo da Linguística, que passa a assumir um protagonismo em meio às ciências humanas de tal modo que Claude Lévi-Strauss (1985), famoso antropólogo francês, fascinado por suas potencialidades, chegou a definir a linguística como a mais avançada das ciências do homem. De acordo com o estruturalismo linguístico de Saussure, as línguas são estruturadas, o que significa que a parte só pode ser descrita em relação com o todo, pois os elementos não são independentes do sistema. Trata-se, portanto, de estudar a língua por meio de uma operação intelectual, abordando-a sem referência a fatores externos a ela mesma. Esses princípios, que embasam o estruturalismo, influenciaram profundamente o estudo da linguagem e da cultura no século XX.

1.2. A perspectiva de Louis Hjelmslev

Neste tópico, estamos considerando alguns aspectos da abordagem linguística do linguista dinamarquês Louis Trolle Hjelmslev, somente alguns pontos principais que interessam ao pensamento linguístico de Deleuze e Guattari. Para esses autores, ao contrário do que se pode pensar, a abordagem linguística de Hjelmslev não reforça o estruturalismo e sua tendência de favorecer o significante. Na verdade, segundo

eles, é a “única adaptada ao mesmo tempo à natureza dos fluxos capitalistas e esquizofrênicos: até agora é a única teoria moderna (e não arcaica) da linguagem” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 322).

Em sua obra principal, *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem* (1943), Hjelmslev delineou um novo entendimento da estrutura linguística, postulando que a linguagem poderia ser estudada como um sistema formal de relações, sem referência à sua substância fonética ou significado concreto. Ele introduziu as noções de forma, substância e matéria, contribuindo para uma compreensão mais abstrata e matemática da língua. Nessa perspectiva, a língua é vista como um sistema de formas invariáveis e imanentes que se relacionam entre si, enquanto a substância, o aspecto variável e dependente do contexto, pode preencher essas formas. Essa abordagem permite que diferentes substâncias se insiram dentro da mesma estrutura formal, destacando a flexibilidade e a natureza relacional da língua.

Ao desenvolver a “glossemática”, uma abordagem “matemática” e formal da linguagem, Hjelmslev se diferenciou substancialmente da abordagem estrutural saussuriana, centrada na natureza arbitrária dos signos e na estrutura estática da linguagem. A teoria de Hjelmslev, ao contrário, enfocou as relações estruturais entre os signos, dividindo-os em quatro categorias: forma do significante, substância do significante, forma do significado, e substância do significado, além de destacar a importância da forma sobre a substância, o que possibilitou uma análise mais dinâmica e complexa da língua, superando a dicotomia saussuriana de significante/significado.

Essa perspectiva de Hjelmslev não só desafiou as noções convencionais da linguística, como também encontrou ressonância no trabalho filosófico de Gilles Deleuze e Félix Guattari, cuja abordagem anti-hierárquica e rizomática da língua foi influenciada pela glossemática pura e pela descentralização da linguagem proposta por Hjelmslev. O foco deste nas estruturas subjacentes, independentemente de seu conteúdo, permitiu a Deleuze e Guattari uma desconstrução e uma reinterpretação da linguagem mais alinhada com seu pensamento.

Louis Hjelmslev, no aprofundamento e ampliação da teoria de Saussure, propôs uma semiótica geral que abrangeu tanto as línguas naturais quanto outros sistemas de signos, como as artes, as ciências e as religiões. Ele introduziu os termos plano da expressão e plano do conteúdo, para substituir os de significante e

significado, e os termos forma e substância, para diferenciar os aspectos invariantes e variantes dos signos.

Nas obras *O anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980) fica expresso o interesse de Deleuze e Guattari pela abordagem linguística de Hjelmslev em comparação com a de Saussure. O fato de a abordagem de Hjelmslev oferecer uma visão mais dinâmica, mais fluida e mais complexa da linguagem, além de considerar os elementos linguísticos não como entidades fixas dentro de um sistema fechado, interessa mais aos autores porque isso oferece maior relação com a “abordagem rizomática da realidade”.

Em “O Anti-Édipo” (1972), Deleuze e Guattari analisam as diferenças entre a abordagem linguística de Saussure e a de Hjelmslev, reconhecendo a contribuição de Saussure na linguística, particularmente sua ideia de que o valor dos signos linguísticos é determinado pelas suas relações dentro de um sistema (campo de imanência), mas criticam a noção saussuriana de que esses signos são imanentes, ainda sujeitos à transcendência do significante. A esse respeito eles dizem:

Há grandes diferenças entre essa linguística dos fluxos e a linguística do significante. A linguística saussuriana, por exemplo, descobre de fato um campo de imanência constituído pelo “valor”, isto é, pelo sistema de relações entre elementos últimos do significante; mas, além desse campo de imanência ainda supor a transcendência do significante, que o descobre ao menos pelo seu recuo, os elementos que povoam este campo têm por critério uma identidade mínima que devem às suas relações de oposição, e que eles conservam através das variações de todo o tipo que os afetam (OAE, 2011, 321).

Deleuze e Guattari argumentam que a abordagem de Saussure subordina o significado ao significante, isto é, a ideia ou conceito (significado) é determinado pela sua representação física ou fonética (significante). Em outras palavras, o significado é derivado e depende do significante. Outro aspecto também é que o campo de imanência (o sistema de relações entre os elementos do significante) é limitado e fechado, não permitindo um fluxo ou variação contínua (OAE, 2011, p. 321).

Hjelmslev, por outro lado, abandona a ideia de referências privilegiadas, descrevendo um campo de imanência “algébrico” onde as formas e substâncias, conteúdos e expressões fluem livremente sem a subordinação de uma instância transcendente. Na abordagem de Hjelmslev, o significante e o significado não têm uma relação hierárquica, mas sim uma relação de pressuposição recíproca, isto é, eles dependem e pressupõem um ao outro. Hjelmslev concebe a dupla articulação não como dois níveis hierarquizados da linguagem, mas como dois planos

desterritorializados conversíveis, criados pela relação entre a forma do conteúdo e a forma da expressão. Isso implica maior flexibilidade e dinamismo à linguagem, de modo que os signos linguísticos podem se transformar e seguir linhas desterritorializantes, escapando de territórios fixos e suas posições hierárquicas (OAE, 2011, p. 321).

Segundo Hjelmslev (2003, p. 54):

A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo. Se se pensa sem falar, o pensamento não é um conteúdo linguístico e não é o funtivo de uma função semiótica. Se se fala sem pensar, produzindo series de sons sem que aquele que os ouve possa atribuir-lhes um conteúdo, isso será um abracadabra e não uma expressão linguística, e tampouco será o funtivo de uma função semiótica.

A função semiótica em Hjelmslev, portanto, enfatiza essa pressuposição recíproca entre o plano de expressão e o plano de conteúdo. Seja no pensamento não verbalizado ou na fala desprovida de intenção, a ausência dessa relação mútua resulta em um produto que não cumpre as características de uma função semiótica. A pressuposição recíproca dos planos permite entender como o sentido é produzido em um novo regime que não se reduz à divisão entre significante e significado ou entre expressão e conteúdo. Essa questão é bastante importante no pensamento de Deleuze e Guattari, porque, dentre suas aplicabilidades, é através dela que eles desenvolvem sua ideia de máquina abstrata.

A visibilidade atribuída a Hjelmslev por Deleuze e Guattari é por razões bastante relevantes no campo da linguística, de maneira que apontam, em *O Anti-Édipo*, uma série de argumentos favoráveis a abordagem linguística de Hjelmslev. Sobre essas razões Deleuze explica:

porque abandona toda referência privilegiada; porque descreve um campo puro de imanência algébrica que não se deixa sobrevoar por instância transcendente alguma, ainda que recuada; porque faz escorrer nesse campo os seus fluxos de forma e de substância, de conteúdo e de expressão; porque substitui a relação de subordinação significante-significado pela relação de pressuposição recíproca expressão-contéudo; porque a dupla articulação já não se faz entre dois níveis hierarquizados da língua, mas entre dois planos desterritorializados conversíveis, planos constituídos pela relação entre a forma do conteúdo e a forma da expressão; porque nesta relação atingem-se figuras que já não são efeitos do significante, mas esquizas, pontos-signos ou cortes de fluxo que perfuram o muro do significante, atravessam-no e vão para além dele; porque estes signos franquearam um novo limiar de desterritorialização; porque estas figuras perderam definitivamente as condições de identidade mínima que definiam os elementos do próprio

significante; porque a ordem dos elementos é agora segunda em relação à axiomática dos fluxos e das figuras; porque o modelo da moeda, no ponto-signo ou figura-corte destituída de identidade, tendo tão somente uma identidade fluante, tende a substituir o modelo do jogo (OAE, 2011, p. 322).

Na abordagem de Hjelmslev, os elementos linguísticos não são mais definidos por uma identidade mínima derivada de suas relações de oposição, como acontece na abordagem de Saussure. São definidos por seu papel dentro de fluxos dinâmicos de desejo e por suas relações com outros elementos dentro desses fluxos. Agora esses elementos podem ter múltiplas identidades flutuantes, em vez de uma única identidade fixa. Deleuze e Guattari apreciam, então, a maneira como a abordagem de Hjelmslev abandona o modelo do “jogo” de Saussure, onde os elementos linguísticos competem uns contra os outros dentro de um sistema fechado, em favor de um modelo mais aberto e fluido que se assemelha a uma moeda fluante na qual a constância de um valor específico fixo cede lugar a um *continuum* de variação, escapando dos esquemas da representação e categorias linguísticas.

CAPÍTULO 2 - POSTULADOS DA LINGUÍSTICA: UM MOVIMENTO PARA O MENOR E PARA A VARIAÇÃO CONTÍNUA

Neste capítulo apresentamos a discussão feita por Deleuze e Guattari no platô “20 de novembro de 1923 - Postulados da Linguística”. Porém, antes de passarmos para as especificidades dos postulados do platô, traçamos alguns pontos sobre a obra *Mil Platôs* e sobre seus autores.

O platô *20 de novembro de 1923 - Postulados da Linguística* é um dos mais complexos da obra *Mil Platôs*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Nesse platô, os autores criticam a linguística tradicional, que eles veem como uma forma de poder. Eles afirmam que a linguística tradicional é baseada na noção de que a linguagem é um sistema de signos arbitrários binarizantes que representam realidades no mundo. Essa noção, de acordo com esses autores, é falsa e alienadora. Por isso, Deleuze e Guattari discutem de modo crítico quatro postulados da linguística, com o objetivo de escapar do legado do pensamento da representação e dos territórios molares da linguística e atingir uma dimensão político-molecular da linguagem, uma dimensão “menor” e em variação contínua. Salientamos que a discussão linguística em Deleuze e Guattari oferece muitos direcionamentos, e o fato de termos observado a variação

contínua como tema desta pesquisa consiste numa escolha dentre essas possibilidades. Entendemos que a variação contínua é um dos meios principais pelos quais a língua pode ser colocada em fluxo, em uma zona fora da metáfora. É através de procedimentos de variação contínua, como o faz Kafka e outros autores citados por DG, que as linhas de fuga e de desterritorialização saem de um campo virtual para uma zona de atualização, permitindo o novo e o criativo na língua.

Acreditamos, em conformidade com François Zourabichvili (2016) que, dentre tantas direções e críticas que o trabalho/pensamento de Deleuze e Guattari assume, um de seus objetivos é combater os atributos do que eles chamam de imagem dogmática do pensamento. Esses atributos se referem à crença num pensamento natural, ao modelo geral de reconhecimento e à pretensão a um fundamento. Isso fica expresso de modo geral na sua filosofia, na sua “rede de conceitos rizomáticos”. O que surge do pensamento desses autores são sempre ideias-rizomas, conceitos jogados e interconectados numa multiplicidade sempre aberta, impedindo qualquer território fixo, qualquer espaço que não seja maleável e em variação ou diferenciação contínuas; pensar para Deleuze “só ocorre no meio, sem começo nem fim”. Os atributos dessa imagem dogmática são continuamente desconstruídos nas criações de Deleuze e Guattari. E a Linguística, com a cara dura que tem e toda banhada nesses atributos, também sofre os dardos desses autores.

Tomando como base a análise que François Zourabichvili (2016, pp. 37-50) faz da crítica de Deleuze à “imagem dogmática do pensamento”, bem como o terceiro capítulo da obra *Diferença e repetição* (1968)¹, ousaremos esclarecer melhor do que se trata essa ideia, visto que a questão da representação/significação e da reconhecimento são importantes em nossa reflexão. A filosofia de Deleuze busca liberar o pensamento de suas amarras representativas, subjetivas e transcendentais, e afirmar sua natureza criadora, diferencial e imanente. A imagem dogmática do pensamento é, de modo

¹ No livro *Diferença e repetição* (Fr1968/Br ed. 2021, pp. 179-224), Deleuze discute 8 postulados da Filosofia que formam obstáculos a uma Filosofia da diferença; postulados que compõem o que eles chamam de imagem dogmática do pensamento. Para eles, a imagem dogmática nega o verdadeiro potencial do pensamento ao suprimir as potências fundamentais da diferença e da repetição na filosofia. O pensamento autêntico, conforme proposto por Deleuze (e Guattari), emerge não da adesão a uma imagem pré-concebida, mas sim do encontro criativo entre as forças da diferença e da repetição. Esse pensamento não é dado de forma inata nem pressuposto através da reminiscência, mas sim é gerado em seu próprio processo de concepção, sem se prender a uma imagem predefinida. Deleuze e Guattari defendem um modo de filosofar que abraça a multiplicidade, a singularidade e a constante transformação, permitindo que o pensamento se liberte das limitações impostas pelas concepções tradicionais e considere as potências da diferença e da repetição como fontes primordiais de criação e renovação filosófica.

geral, uma representação pré-fabricada que impõe ao pensamento uma série de pressupostos e condições que limitam sua potência criativa e inventiva. Essa imagem dogmática é sustentada por três elementos principais: o modelo da reconhecimento, o cogito cartesiano e a ilusão transcendental.

O modelo da reconhecimento é a ideia de que o pensamento é uma operação de reconhecimento de um objeto já dado, que se baseia na memória, na analogia e na generalidade. Esse modelo sugere uma subordinação do pensamento à representação, que é uma forma de reproduzir o que já é conhecido, sem produzir nada de novo. O cogito cartesiano é a ideia de que o pensamento é uma atividade natural, consciente e voluntária, que se funda na certeza do eu penso. Esse cogito implica uma subordinação do pensamento ao sujeito, que é uma forma de atribuir ao pensamento uma identidade fixa e uma origem clara (que também implica uma ilusão transcendental), sem levar em conta sua dimensão inconsciente e problemática. A ilusão transcendental ou pretensão a um fundamento é a ilusão de fundamentar um começo para o pensamento, a ideia de que o pensamento é uma aplicação de conceitos universais e necessários, que se baseiam na razão e na moral. Essa ilusão implica uma subordinação do pensamento ao transcendente, que é uma forma de submeter o pensamento a uma instância superior e exterior, sem reconhecer sua imanência e sua singularidade. Deleuze diz que não é possível começar verdadeiramente, que o pensamento só alcança isso quando entende essa impossibilidade, esta que se torna o começo.

Essas ideias discutidas por Zourabichvili são importantes no pensamento de Deleuze, porque elas demonstram como Deleuze busca pensar o real como um espaço de intenso e criativo, que não se reduz a formas fixas ou identidades estáveis, mas que afirma sempre a variação contínua, a diferença e a singularidade. Pensar o real é sempre se efetuar pelo meio, sem se deixar circular por membranas.

Acreditamos também que o modo de pensar na consideração dessa “clássica imagem do pensamento” distancia a linguagem e o pensamento das múltiplas aberturas que garantem, como aponta Cardoso Jr (2011, p. 110), “que uma coisa seja definida pela diferença e que o contato entre essas coisas seja feito pelo recurso da imanência”. Nessa imagem sempre há um sujeito que naturalmente pensa uma verdade fundacional/inicial transcendental, na qual o ato de pensar é interpretar o já pré-estabelecido (pensado).

Para Hélio Rebello Cardoso Jr. (2011), Deleuze nos convida a pensar a realidade e a linguagem em termos de uma “pragmática menor”. Uma pragmática que chama para si toda uma progressão ontológica que a filosofia contemporânea não pode acolher, sob pena de ver a linguagem ou a comunicação destituída de seu trono ou púlpito. Nesse sentido, o pensamento de Deleuze abre uma oportunidade para pensar as bases filosóficas da própria pragmática, em certo encontro entre “imanência absoluta” e “empirismo radical”, de forma que se renova o estatuto do empirismo que, barrado pela condição transcendental, permanecia inoperante. Uma das consequências importantes disso é a real experimentação das multiplicidades, pois isso implica, diz Cardoso,

muito mais que uma interpretação ou uma representação, visto que a experimentação é prática e concreta, ela funciona no real, ela dá a toda multiplicidade um alcance social e político, de modo que toda exploração de uma multiplicidade é também a extensão de suas fronteiras para uma dimensão coletiva, pois que está em jogo na experimentação é a fuga dos estratos e sedimentações que uma multiplicidade comporta (CARDOSO JR., 2011, p. 112).

Podemos compreender com isso que o que está na base do pensamento de Deleuze (e Guattari) é a valorização da experimentação prática e concreta, indo além de meras interpretações ou representações. A experimentação não apenas acontece no plano teórico, mas se manifesta no mundo real, conferindo-lhe relevância social e política. O ponto crucial reside na ideia de que explorar uma multiplicidade não é apenas uma atividade individual, mas uma extensão das fronteiras dessa multiplicidade para uma esfera coletiva. A experimentação visa escapar das camadas e sedimentações inerentes a uma multiplicidade, buscando uma liberdade que ultrapassa as limitações pré-estabelecidas. Assim, o que encontramos em textos como o platô “Postulados da linguística”, não é plano teórico de sugestões para o campo linguístico, mas os meios/caminhos reais para colocar a língua/linguagem em uma zona prática de experimentação de suas múltiplas aberturas, na qual o social, o político e o coletivo se arranjam na criação de novos espaços de experimentação, em contínua variação e diferenciação.

2.1. Mil Platôs

Escrito ao longo de sete anos por Deleuze e Guattari, *Mil Platôs* (1980) apresenta um desafio ao leitor. Diferentemente de seu antecessor, “O Anti-Édipo” - com o qual compartilha o subtítulo “Capitalismo e Esquizofrenia” - não se dedica à construção linear de um argumento coeso. Considerando o que escreveram no prefácio da edição italiana, podemos observar como os autores elucidam o que evoluiu de seu primeiro para o segundo volume. Para eles, *Mil platôs* representa uma continuação do pensamento filosófico inovador, “continuando” a obra *O Anti-Édipo* (1972). Embora intimamente relacionados em seus objetivos, essas duas obras encontraram destinos contrastantes no mundo intelectual.

O Anti-Édipo emergiu durante um período de agitação social e cultural, no rescaldo de maio de 68, e conseguiu alcançar um notável sucesso. As falhas do (complexo de Édipo) na psicanálise, na psiquiatria, e mesmo na crítica literária, fez eco à época revolucionária em que foi escrito. A intenção de Deleuze e Guattari era simples: demolir a figura central do Édipo no pensamento ocidental. No entanto, isso revelou-se uma tarefa grandiosa. O sucesso de *O Anti-Édipo* foi de alguma forma obscurecido por um fracasso mais profundo. A reação contra as ideias de maio de 1968 mostrou que o Édipo familiar estava longe de ser extinto e continuava a dominar várias áreas do pensamento, desde a psicanálise até a literatura (MP1, 2011, p. 9).

Mil platôs, por outro lado, apareceu em um clima mais tranquilo, e foi inicialmente recebido com indiferença. Os autores o consideraram seu livro de menor receptividade. Mas essa falta de sucesso imediato não diminuiu sua importância para eles. Ao contrário, os autores veem em *Mil platôs* um avanço significativo, uma exploração de terras desconhecidas e livres da sombra de Édipo, que *O Anti-Édipo* só tinha espiado de longe. Deleuze e Guattari não preferem *Mil platôs* da “maneira que uma mãe pode preferir um filho desfavorecido”. Eles veem nele um desenvolvimento em sua jornada intelectual, uma transição para áreas de pensamento não tocadas pelo Édipo. Assim, apesar de sua recepção inicial morna, *Mil platôs* representa um marco em sua busca filosófica, um passo audaz em direção ao desconhecido (MP1, 2011, p. 9).

O livro *Mil Platôs* está escrito para um leitor que já possua alguma noção do pensamento de Freud, de Kant, de Kierkegaard, Jung ou de escritores de vanguarda

como Antonin Artaud, e até mesmo romancistas franceses como Marcel Proust. Deleuze e Guattari também criam suas próprias terminologias e conceitos, mas usam imagens, analogias e narrativas para explicar esses conceitos densos, como no caso, o rizoma. O livro está dividido em quinze capítulos diferentes que se referem a diferentes “platôs”, dentro dos quais Deleuze e Guattari abordam problemas múltiplos. O livro também está organizado de maneira que permitem que um leitor escolha começar por qualquer platô e ainda seja capaz de experimentar seus conceitos. O livro apresenta e mapeia uma rede de conceitos através de um dos conceitos-chave, o rizoma. O platô é um rizoma.

Segundo David Lapoujade (2015, pp. 192-193), o problema primordial que DG abordam em *Mil Platôs* é: como a vida humana se autoorganiza sem a necessidade de agentes organizadores transcendentais, em relação ao problema da sobrevivência.

Para Lapoujade, Deleuze e Guattari nesta obra voltam o olhar para perguntas fundamentais: Como a terra é povoada? De que maneira as populações físico-químicas ocupam e formam a geologia da terra? Como as populações orgânicas vivem sobre essa terra, selecionando seus meios internos e externos, bem como seus territórios? Como se relacionam com as multiplicidades físico-químicas? E no caso das populações humanas, como elas dão origem a povos, tribos, hordas, exércitos, Estados e cidades? Para Lapoujade, essas não são meras questões secundárias em “*Mil Platôs*”; elas constituem a essência do texto. Essas questões devem ser resolvidas somente com a ajuda das multiplicidades e das máquinas que as distribuem, sem a intervenção de nenhum outro fator ou dimensão. Ele enfatiza que a terra se torna visível, sólida e habitável somente através da ação de forças que conectam e organizam as multiplicidades que a compõem. Lapoujade expressa a ideia de que a terra teve que ser feita, que teve que se territorializar da mesma forma que os organismos se organizam ou o homem se hominiza (LAPOUJADE, 2015, p. 192-193).

O que é um platô? Deleuze e Guattari definem os platôs como planos ou zonas de intensidades, como um meio que está continuamente se transformando. É uma perspectiva de desenvolvimento não linear do universo, do planeta e da organização social da vida humana para produzir sua teoria do campo unificado. O universo, para eles, é um “caosmos”, expressão que combina as palavras cosmos, um universo aberto cheio de “eventos”, e caos, as interações imprevisíveis de e entre corpos que formam ritmos e meios (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Um platô não tem começo nem fim, mas se constitui por um meio contínuo, onde as diferenças se multiplicam e se transformam. Um platô é uma experimentação de novas formas de vida, de expressão e de criação, que desafiam os limites impostos pela sociedade capitalista e pelo Estado; uma máquina de guerra nômade, que traça linhas de fuga e desterritorializa os territórios fixos e homogêneos. Portanto, um platô é um rizoma, *intermezzo*, uma zona de variação contínua e uma rede não-arborescente, que se ramifica em todas as direções e conecta tudo com tudo.

No platô *Rizoma* (MP1, 2011, p. 21-22), DG apresentam o rizoma “no sentido botânico”, que é uma planta que emite raízes e brotos de seus nós para produzir novas plantas. Não deve ser confundido com raízes ou radículas, o rizoma é algo fundamentalmente diferente. Ele se manifesta em formas naturais, como bulbos e tubérculos, e pode ser observado em muitos aspectos da vida. Trata-se de uma haste subterrânea, mas Deleuze e Guattari expandem este conceito além do reino vegetal. Eles exploram a possibilidade de que a botânica, em sua essência, possa ser inteiramente rizomórfica, ou seja, que possa assumir uma forma não hierárquica e não linear. A ideia de rizoma também se estende aos animais, especialmente em sua forma de agrupamento ou matilha. Os ratos, por exemplo, são descritos como rizomas, assim como suas tocas, que servem várias funções, como hábitat, provisão, deslocamento, evasão e ruptura. A diversidade do rizoma é bastante ampla, desde sua extensão superficial que se ramifica em todas as direções até suas concreções em formas específicas. Mas os autores alertam que o rizoma é também um conceito ambíguo, contendo o melhor e o pior: a batata nutritiva e a grama, frequentemente considerada uma erva daninha. A grama é descrita metaforicamente como “capim-pé-de-galinha”, unindo o animal e a planta.

O rizoma diz respeito aos modos de entender a interconexão das multiplicidades, concerne às maneiras de pensar que rompe com as noções convencionais de hierarquia, linearidade e de pensamento arborescente; refere-se às formas de pensar o mundo em termos de agenciamentos complexos. Nesse sentido, o pensamento rizomático estabelece conexões entre conceitos, objetos e campos do saber que à primeira vista parecem desconexos.

Deleuze e Guattari explicam que um rizoma estabelece incessantemente conexões entre cadeias semióticas, organizações de poder e circunstâncias relativas às artes, ciências e estruturas sociais:

Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma cadeia semiótica é como um tubérculo que aglomera atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos: não existe língua em si, nem universalidade da linguagem, mas um concurso de dialetos, de patoás, de gírias, de línguas especiais. (MP1, 2011, pp. 22-23).

A teorização rizomática está em oposição ao que os autores chamam de pensamento “arborescente”, que é baseado em uma lógica binária e hierárquica de classificação e organização do conhecimento. O pensamento arborescente implica uma visão linear e vertical da realidade, que privilegia a origem, a unidade e a ordem. O pensamento rizomático, por outro lado, propõe uma abordagem não-linear e horizontal da realidade, que valoriza a multiplicidade, a diversidade e a conexão. Por isso os autores dizem:

Estamos cansados da árvore. Não devemos mais acreditar em árvores, em raízes ou radículas, já sofremos muito. Toda a cultura arborescente é fundada sobre elas, da biologia à linguística. Ao contrário, nada é belo, nada é amoroso, nada é político a não ser que sejam arbustos subterrâneos e as raízes aéreas, o adventício e o rizoma. Amsterdã, cidade não enraizada, cidade rizoma com seus canais em hastes, onde a utilidade se conecta à maior loucura, em sua relação com uma máquina de guerra comercial (MP1, 2011, p.34).

Deleuze e Guattari criticam as filosofias e os conhecimentos ocidentais, os quais podem ser equiparados a um modelo arbóreo. Neste, as ideias têm um início preciso, semelhante a uma semente com um sistema radicular, e evoluem de maneira cronológica por intermédio de um tronco central e conexões verticais e lineares, como ramos. Eles apontam que esse tipo de raciocínio e as pesquisas a ele vinculadas tendem a priorizar a busca por origens, além de propiciar a criação de dualismos ou pensamentos binários. Existe também um foco excessivo na sequência lógica do pensamento, o que sugere uma conclusão definitiva para o conhecimento (DELEUZE; GUATTARI, 2011, MP1).

Deleuze e Guattari também são críticos das noções de estabilidade, identidades independentes e fixas e sugerem que os humanos estão interconectados, o que faz com que suas “identidades” estejam sempre em transformação. O corpo humano, para eles, está inserido em uma mistura caótica de corpos (humanos e não humanos) e processos biológicos, objetos materiais e práticas sociais que produzem fluxos de desejo que afetam continuamente nosso corpo físico e social (DELEUZE; GUATTARI, 2011, MP1).

Um modo arborescente de pensar produz uma espécie padrão que replica o conhecimento, faz decalques, quando devia produzir novos conhecimentos e novas

ideias. Um modo de pensar rizomático, ao contrário, entende o conhecimento como maleável, produzindo assim novas formas de pensar e de conhecer. O pensamento arborescente por ser traçado, “sempre volta ao mesmo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, MP1).

Embora Deleuze e Guattari elenquem apenas quinze platôs, o título do livro indica que há muitos mais do que isso. É possível observar discussão de questões como epistemologia, ontologia, auto-organização, ética e política na obra desses autores. Dentro de cada uma dessas áreas amplas e sobrepostas, questões aparentemente estranhas são examinadas, como: “Como fazer para si um corpo sem órgãos?” e “Quem a terra pensa que é?”.

Uma questão epistemológica, por exemplo, examina como os humanos podem se entender em termos de diferença e em processos contínuos de devir em oposição a noções de identidades estáveis. Dito de outra forma: como os humanos podem pensar a existência como uma forma de relação dinâmica com o mundo, afetando e sendo afetados pelo mundo, e não apenas sendo sujeitos passivos desse mundo? Já uma questão ética pode girar em torno de como tornar maleáveis sistemas rígidos e estruturados que tendem a marginalizar determinados corpos. Uma das fórmulas de DG para desafiar sistemas entrincheirados é: “Você não usa uma marreta, você usa uma lima muito fina” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, MP3, p.20).

De modo geral, embora o propósito principal aqui não seja comparar as obras, é possível afirmar que *O Anti-Édipo* é um livro de crítica, que denuncia os mecanismos de repressão e normalização do desejo na sociedade capitalista, enquanto *Mil Platôs* é um livro de criação, que propõe uma “zona de pensamento” baseada na noção de multiplicidade e de diferenciação contínua. *O Anti-Édipo* se opõe à psicanálise e à sua interpretação edipiana do inconsciente, e defende uma concepção esquizofrênica do desejo como produção imanente e afirmativa. *Mil Platôs*, por sua vez, se afasta da crítica do Édipo e se dedica à construção de conceitos que expressam as circunstâncias e as variações contínuas dos acontecimentos, sem recorrer a modelos ou finalidades transcendentais.

Na rede conceitual de “Mil Platôs”, o platô *20 de novembro - postulados da linguística*, do qual delimitamos uma direção temática a esta pesquisa, marca uma intervenção crítica na epistemologia da linguagem, visto que desafia as concepções tradicionais de estrutura, sentido e representação linguística. A análise de Deleuze e Guattari, nesse sentido, não está limitada ao âmbito semântico; eles caminham para

as transformações que a linguagem faz no mundo (O que pode a linguagem?), como ela age em seus múltiplos agenciamentos. As críticas ao estruturalismo e à redução da linguagem a uma forma lógica e hierárquica que opera em “modo maior”, também encontradas em outros platôs, culminam nesta parte da obra, na qual os autores articulam uma concepção rizomática da linguagem. Eles subvertem a noção de estrutura universal de uma língua e favorece uma compreensão em que a linguagem se estende em cadeias semióticas e agenciamentos complexos, conectando e interagindo com vários aspectos da vida, da arte, da política e da ciência. Essa rejeição às estruturas fixas, arborescentes e lineares na linguagem, e a adoção de uma abordagem rizomática, rompem com a molaridade do pensamento ocidental, abrindo novas possibilidades de expressão e criação; é uma maneira de pensar a linguagem/língua no espaço do molecular, das singularidades, das diferenças e da variação contínua.

2.2. Primeiro postulado: A linguagem seria informativa e comunicativa

A linguagem é frequentemente entendida como um mecanismo comunicativo e informativo, mas a análise das funções linguísticas realizada por Deleuze e Guattari, principalmente no platô “Postulados da linguística” (*Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia*, 1995), revela que a linguagem tem, em sua natureza, uma dimensão mais profunda e complexa. Esses autores, explorando a relação entre linguagem e poder e opondo-se a ideia estruturalista de que “a linguagem seria informativa e comunicativa”, afirmam ser esta uma ideia reducionista da linguagem, pois há todo um campo pragmático que deixaria de ser considerado nesse postulado. A linguagem, segundo eles, não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas algo bastante diferente, é transmissão de palavras de ordem, tanto de um enunciado a um outro, quanto no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE; GUATTARI; MP2 1995/2011, p.17).

O platô *20 de novembro de 1923- Postulados da Linguística* é introduzido com a ideia de transformação incorpórea promovida pelo agenciamento da palavra de ordem ao aludir uma data, 20 de novembro de 1923. Essa foi a data que a Alemanha sofreu uma transformação do corpo monetário através da inflação desterritorializante,

bem como a transformação semiótica do *Reichmark* em *Rentenmark*, que predomina e torna possível uma reterritorialização. Evidencia-se, através desse fato, a ideia de que a linguagem é um acontecimento que realiza transformações incorpóreas, as quais são instantâneas, de modo que a sua realidade arrasta consigo a esfera do performativo e do ilocutório. Além do mais, as palavras de ordem, redundantes em relação aos atos puros e às transformações incorpóreas, permitem a possibilidade de um “ato de enunciação”. Por sua vez, essas transformações incorpóreas são as variáveis dos agenciamentos coletivos de enunciação, os quais constituem a condição de possibilidade da linguagem em si, ou a condição efetiva que possibilita os efeitos transformadores provocados pelas palavras de ordem (DELEUZE; GUATTARI; MP2. 1995/2011, p. 21).

Deleuze e Guattari (1995/2011), embora admitam que a teoria dos atos de fala seja insuficiente para dar conta da complexidade e da multiplicidade da linguagem, não negam a existência desses atos, mas os consideram como casos particulares de uma pragmática mais ampla e mais criativa da linguagem, que envolve processos de desterritorialização, variação e devir. Eles afirmam que a linguagem não se limita a comunicar informações ou a realizar ações, mas também a expressar afetos, intensidades, singularidades e potências. Ao recorrerem a alguns aspectos da “teoria dos atos de fala” de Austin é, de certa forma, para elucidar que a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação e de informação, mas, e o que é fundamental, um meio de ação e de criação.

Contrários à linguística estruturalista que reduz a língua a um sistema homogêneo de signos e de regras que representam a realidade, ignorando as variações e os usos minoritários que escapam à norma, os autores enfatizam que a língua é uma máquina abstrata que produz enunciados que têm efeitos pragmáticos sobre o mundo e sobre os sujeitos que os proferem. Os atos de fala de Austin são um exemplo de como a linguagem pode realizar transformações na realidade, ao invés de apenas descrevê-la ou expressá-la. Os performativos, que não se limitam a constatar um fato, mas o criam ou modificam, mostram que entre ação e fala não existem apenas relações extrínsecas diversas, de modo que um enunciado descreva somente uma ação no modo indicativo, ou antes provocá-la em um modo imperativo, mas existem também relações intrínsecas entre a fala e determinadas ações que se realizam quando estas são ditas, como, por exemplo, o performativo: “eu juro” (juro ao dizer), “e mais geralmente entre a fala e determinadas ações que se realizam quando

falamos (o ilocutório: interrogo dizendo “será que...?”, prometo dizendo “eu te amo...”, ordeno empregando o imperativo...)” (DELEUZE; GUATTARI; MP2, 1995/2011, p.14).

Segundo Austin, em seu texto “Quando dizer é fazer - palavras e ação” (1990), nem todo enunciado tem como função principal descrever ou afirmar algo sobre o mundo, mas sim realizar uma intenção ou um propósito do falante. Por exemplo, ao dizer “eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, o padre não está apenas dizendo algo, mas também fazendo algo: batizando alguém. Esse tipo de enunciado é chamado de performativo, pois não se limita a expressar um conteúdo proposicional, mas também a executar um ato ilocucionário. Austin distingue três dimensões nos atos de fala: o ato locucionário, que é o ato de proferir uma frase com um sentido e uma referência determinados; o ato ilocucionário, que é o ato realizado na fala, como prometer, pedir, ordenar, agradecer (o que o falante está fazendo ao proferir determinadas palavras); e o ato perlocucionário, que é o efeito que o ato de fala produz no ouvinte ou na situação, como persuadir, convencer, assustar, ofender (as influências ou mudanças que ocorrem como resultado do ato de fala). Cada um desses atos pode ser analisado de acordo com diferentes critérios e condições que determinam a sua validade ou sucesso (AUSTIN, 1990, pp. 24-29).

Considerando isso, Deleuze e Guattari (2011, p.15), destacam algumas implicações para o campo da linguística e da filosofia da linguagem, umas nas relações intrínsecas entre fala e ação: a fala não se relaciona apenas extrinsecamente com a ação (por exemplo, descrevendo ou provocando uma ação), mas também intrinsecamente, realizando determinadas ações ao serem ditas; outras nos pressupostos implícitos ou não discursivos: as ações intrínsecas à fala diferem dos pressupostos explícitos que se referem a outros enunciados ou ações exteriores. Esses atos performativos e ilocucionários, considerados pressupostos implícitos ou não discursivos, são imanentes aos enunciados e fundamentais para as realizações linguísticas. Dessa análise, os autores (MP2, 2011, p. 15) apontam três consequências ao campo dos estudos linguísticos:

- 1) A impossibilidade de conceber a linguagem como um código, visto que este é a condição que torna possível uma explicação; e a impossibilidade de conceber a fala como a comunicação de uma informação: ordenar, interrogar, prometer, afirmar, não é informar um comando, uma dúvida, um compromisso, uma asserção, mas efetuar esses atos específicos imanentes, necessariamente implícitos;
- 2) A impossibilidade de definir uma semântica, uma sintaxe ou mesmo uma fonemática, como zonas científicas de linguagem que seriam independentes da *pragmática*; a pragmática deixa de ser uma “cloaca”, as determinações pragmáticas deixam de estar submetidas à alternativa: ou se voltar para o

exterior da linguagem, ou responder a condições explícitas sob as quais elas são sintaxizadas e semantizadas; a pragmática se torna, ao contrário, o pressuposto de todas as outras dimensões, e se insinua por toda parte;

3) A impossibilidade de manter a distinção língua-fala, visto que a fala não pode mais ser definida pela simples utilização individual e extrínseca de uma significação primeira, ou pela aplicação variável de uma sintaxe prévia: ao contrário, são o sentido e a sintaxe da língua que não se deixam definir independentemente dos atos de fala que ela pressupõe.

A teoria dos atos de fala de Austin, desse modo, permitiu, especificamente nesses aspectos considerados por Deleuze e Guattari, uma nova perspectiva pragmática sobre a linguagem, que se contrapõe à visão tradicional que privilegia a dimensão lógica e representacional da linguagem. Ao invés de conceber a linguagem como um instrumento neutro e transparente de comunicação da verdade, o trabalho de Austin incita uma abordagem que leva em conta os aspectos sociais, culturais e éticos, aspectos de agenciamentos sociolinguísticos que arrastam consigo toda uma multiplicidade de forças incorporais ativas e que, de certa forma, vinculam a linguagem à função de palavra de ordem.

Na questão dos performativos, Deleuze e Guattari também se referem as observações de Émile Benveniste, para quem a linguagem não se refere a transmissão de informação comunicação direta de um primeiro a um segundo como no “caso das abelhas”². Benveniste afirma que o performativo não remete a atos, mas à propriedade de termos *sui-referenciais* (elementos dêiticos que têm função de enunciador, do momento e do lugar da enunciação - pronomes, por exemplo), de maneira que uma estrutura subjetiva e intersubjetiva prévia na linguagem dê conta efetivamente dos atos de fala, ao invés de pressupô-los, sendo, então, esse fator de inter/subjetivação de natureza linguística que explica tudo que se realiza ao dizer, sendo a linguagem mais comunicativa do que informativa, portanto (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p.16).

De acordo com Benveniste (1976), o enunciado performativo é um ato único e não repetível, realizado em circunstâncias específicas e em um determinado momento e local. Ele não descreve nem prescreve, mas é um ato em si, frequentemente acompanhado de detalhes como datas, lugares e nomes de pessoas; cria um evento por meio de sua realização; possui a propriedade de ser *sui-referencial*, ou seja, se refere à realidade que ele mesmo constitui ao ser enunciado em condições que o

² Emile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Gallimard, p.61: "Não se constatou que uma abelha vá, por exemplo, levar para uma outra colméia a mensagem que recebeu na sua, o que seria uma maneira de transmissão ou de alternância."

tornam um ato. Isso faz com que seja ao mesmo tempo uma manifestação linguística e um fato de realidade. Um enunciado performativo é tal quando nomeia o ato performador e o performador, usando o verbo na primeira pessoa do presente, como em “Declaro encerrada a sessão” ou “Juro dizer a verdade”. Ele é um ato em si, realizado pelo falante ao nomeá-lo, e a forma linguística segue um modelo específico com o verbo no presente e na primeira pessoa (BENVENISTE, 1976, pp. 302-303).

Oswald Ducrot, por sua vez, inverte o posicionamento de Benveniste e destaca a dimensão ilocucionária do enunciado. Para Ducrot, é o fato de determinados enunciados serem socialmente consagrados para a realização de determinadas ações que explica a *sui-referência*, não o contrário, sendo, desse modo, o ilocutório que explicaria a estrutura intersubjetiva (os pronomes “eu” e “tu”, no caso de Benveniste). Deleuze e Guattari (1998/2011, p. 16) observa:

O próprio performativo é explicado pelo ilocutório, e não o contrário. É o ilocutório que constitui os pressupostos implícitos ou não-discursivos. E o ilocutório, por sua vez, é explicado por agenciamentos coletivos de enunciação, por atos jurídicos, equivalentes de atos jurídicos, que coordenam os processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua, e que não dependem nem um pouco dela. A comunicação não é um conceito melhor do que o de informação, nem a intersubjetividade vale mais do que a significância para esclarecer esses agenciamentos "enunciados-atos" que medem, em cada língua, o papel e a participação dos morfemas subjetivos (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, MP2, p. 16).

Assim, o performativo é explicado pelo ilocutório, que por sua vez é determinado por agenciamentos coletivos de enunciação, elucidando a importância dos atos sociais (e jurídicos) na coordenação dos processos de subjetivação e atribuição de sujeitos na língua, independentemente da própria linguagem.

De acordo com Deleuze e Guattari, Ducrot não somente examina as noções de informação e de código, como também as de comunicação e de subjetividade linguísticas; “elabora uma teoria da ‘pressuposição linguística’ ou do implícito não-discursivo, em oposição ao implícito discursivo e concluído que se refere ainda a um código”. Também constrói uma pragmática que penetra toda a linguística, e tende para um estudo dos agenciamentos de enunciação, considerados de um ponto de vista “jurídico”, “polêmico” ou “político” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p.16, 17).

Em um texto (Palestra, 1987) de título “O Ato de criação”, Deleuze coloca a questão da informação e da comunicação linguística e na obra de arte relacionadas às palavras de ordem. Ele diz que a informação, composta por palavras de ordem que nos dizem o que devemos acreditar ou como devemos agir, é um sistema de controle, enquanto a obra de arte não tem relação com comunicação e não contém informação,

mas, ao contrário, possui uma afinidade fundamental com o ato de resistência, relacionando-se com informação e comunicação apenas como uma forma de resistir ao controle:

Ora, o que é uma informação?

Não é nada complicado, todos o sabem: uma informação é um conjunto de palavras de ordem. Quando nos informam, nos dizem o que julgam que devemos crer. Em outros termos, informar é fazer circular uma palavra de ordem. As declarações da polícia são chamadas, a justo título, comunicados. Elas nos comunicam informações, nos dizem aquilo que julgam que somos capazes ou devemos ou temos a obrigação de crer. Ou nem mesmo crer, mas fazer como se acreditássemos. Não nos pedem para crer, mas para nos comportar como se crêssemos. Isso é informação, isso é comunicação; à parte essas palavras de ordem e sua transmissão, não existe comunicação. O que equivale a dizer que a informação é exatamente o sistema do controle. Isso é evidente, e nos toca de perto hoje em dia. (...) Qual a relação entre a obra de arte e a comunicação? Nenhuma. A obra de arte não é um instrumento de comunicação. A obra de arte não tem nada a ver com a comunicação. A obra de arte não contém, estritamente, a mínima informação. Em compensação, existe uma afinidade fundamental entre a obra de arte e o ato de resistência. Isto sim. Ela tem algo a ver com a informação e a comunicação a título de ato de resistência (DELEUZE, 1987/1999, p. 10-11).

Para Deleuze, se considerarmos esse exposto, o conceito de informação e de comunicação arrasta consigo formas de controle e manipulação de crenças e de comportamentos, enquanto que a obra de arte age como um ato de resistência que não se submete à lógica da comunicação e da informação, que não se reduz a um instrumento de transmissão de mensagens, mantendo a autonomia e a singularidade da expressão artística.

Deleuze e Guattari afirmam que a palavra de ordem é condição elementar de efetuação da linguagem, e isso significa que a enunciação FAZ alguma coisa ao invés de apenas dizer. A palavra de ordem faz transformações incorporais aos corpos (sociais, subjetivos, etc.). Os autores ampliam o conceito de “palavras de ordem” para além do sentido tradicional de comandos imperativos, abordando-o como uma dimensão intrínseca a todos os enunciados. Eles destacam a relação entre enunciados e seus pressupostos implícitos, atos de fala e “obrigações sociais”. Isso sugere que a linguagem é inerentemente vinculada a um contexto social e a uma rede de relações de poder, afirmando que todas as formas de comunicação carregam, direta ou indiretamente, implicações normativas e funcionam como “palavras de ordem”. Essa perspectiva enfatiza a complexidade e a multidimensionalidade dos fenômenos linguísticos, bem como sua conexão com o contexto social em que ocorrem. Para Deleuze e Guattari, as

palavras de ordem não é uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma "obrigação social". Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17).

Considerada em sua base ainda estruturalista, a linguagem apresenta-se, de fato, como um fenômeno simultaneamente informativo e comunicativo, servindo como veículo para a transmissão de ideias, conceitos e instruções, de maneira que a função pedagógica, exemplificada pela ação do professor, ilustra perfeitamente essa interação. O docente, ao interrogar um aluno ou ao instruí-los sobre regras gramaticais ou matemáticas, não apenas compartilha conhecimento, mas também exerce uma função diretiva, estabelecendo parâmetros e instruções a serem seguidas. Essa dimensão ordenatória, imbricada na própria natureza da linguagem, está presente desde as primeiras interações comunicativas, sendo, portanto, inerente à estrutura linguística (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, pp. 11-12).

"A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer (...). As palavras não são ferramentas; mas damos às crianças linguagem, canetas e cadernos, assim como damos pás e picaretas aos operários. Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático. A ordem não se relaciona com significações prévias, nem com uma organização prévia de unidades distintas, mas sim o inverso. A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos.

As palavras não são meras ferramentas, mas instrumentos de poder. Ao fornecer às crianças linguagem, canetas e cadernos, assim como pás e picaretas são fornecidos aos trabalhadores, a sociedade está, na verdade, armando-as com mecanismos de controle e domínio. Uma regra gramatical, portanto, é um marcador de poder antes de ser um marcador sintático. A ordem não se relaciona com significações prévias, mas sim com a organização prévia de unidades distintas. "A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos" (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p.13). Colocando a questão da linguagem dessa maneira, Deleuze e Guattari, nos convidam a reconsiderar as práticas criativas e laborativas, bem como a questionar as estruturas de poder que estão enraizadas na linguagem. Nos sugerem a necessidade de uma abordagem crítica nas práticas gerais de vida, e que se leve

em consideração a forma como a linguagem molda e é moldada pelos contextos sociais e políticos.

Deleuze e Guattari fazem referência às ideias de Elias Canetti (1960)³ e a Brice Parain (1953) para observar a potência que a ordem exerce nos corpos através da capacidade de perceber pela linguagem. Para Canetti, a fuga e a morte se anunciam com ordem. Canetti afirma que a ordem, mais antiga que a fala, evidenciada pelo fato de cães a entenderem sem conhecer uma língua, baseia-se na capacidade dos animais de aprenderem a compreender o que se quer deles. Com a vontade do domador sendo transmitida através de ordens breves e claras que em princípio não diferem daquelas dadas ao homem, o animal obedece ao domador e acata as proibições, o que leva à conclusão de que a ordem tem raízes antigas e existe de alguma forma fora da sociedade humana, sendo sua mais antiga manifestação a fuga. Ditada ao animal por uma criatura mais forte e exterior a ele, e apesar de parecer espontânea, a fuga sempre é guiada pelo perigo, que tem uma forma definida, fazendo com que a ordem de fuga seja tão direta e forte quanto o olhar, incluindo desde o início a diversidade das criaturas em confronto, onde o mais forte informa que quer devorar o outro, levando à seriedade mortal da fuga. Com a “ordem”, o animal mais fraco deve se mover, independentemente de ser realmente perseguido, importando somente a força da ameaça, que pode vir do olhar, da voz ou de uma figura aterradora. Um único som de uma língua, que todas as vítimas podem compreender, estabelece a mais antiga das ordens, uma sentença de morte que precede a existência dos homens, obrigando a vítima a fugir (CANETTI, 2019, pp. 380-38).

Canetti sugere, assim, que a ordem é anterior à linguagem, pois até mesmo os animais a entendem sem conhecer uma língua, sendo a ordem de fuga a mais antiga, ditada por uma criatura mais forte e exterior ao animal que, diante da ameaça, é forçado a fugir, exemplificando com o rugido de um leão como uma sentença de morte universalmente compreendida por suas vítimas. De modo mais amplo, Canetti, em “Massa e poder”, explora o modo de ação psicológico da (palavra de) ordem. Para DG (2011, p. 26), Canetti alega que uma ordem imprime na alma e na carne um tipo de agulhão que forma um quisto, uma parte endurecida, eternamente conservada. Só

³ *Massa e Poder* (no original em alemão, “Masse und Macht”) de Elias Canetti foi publicado pela primeira vez em 1960, no Brasil em 1985. Nessa obra, Canetti explora a dinâmica das massas humanas e a relação entre os indivíduos e as estruturas de poder na sociedade. Os capítulos “A ordem” e “A metamorfose” são os referenciados por Deleuze e Guattari.

podemos, então, nos livrar dela, passando-a, o mais rápido possível, aos outros, para fazer “massa”, correndo o risco de que a massa se volte contra o emissor da palavra de ordem.

Brice Parain (1953 apud MP2, p.13), por outro lado, desenvolve uma teoria das suposições implícitas na linguagem cotidiana e argumenta que a linguagem não é apenas um meio neutro de comunicação, mas também um veículo de valores, crenças e ideologias que moldam a vida social e política. Parain defende que é crucial examinar as suposições subjacentes à linguagem para compreender as relações de poder e a luta política.

A complexidade em determinar o estatuto e o alcance da palavra de ordem, conforme Deleuze e Guattari, reside na compreensão de seu papel na linguagem. Para eles, a palavra de ordem não constitui uma origem da linguagem, visto que é uma função-linguagem, coextensiva à própria linguagem. Ao examinar a natureza intrínseca da linguagem, percebe-se que não é possível precisar um ponto de partida não linguístico, já que a linguagem não se estabelece entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre do dito ao dito, arranja diferentes enunciações. “Nesse sentido, a narrativa não consiste em comunicar o que foi visto, mas em transmitir o que foi ouvido, aquilo que outro indivíduo expressou - o que é descrito como ‘ouvir dizer’”. Na verdade, o que acontece é a presença de um discurso indireto livre como um oceano movimentando a linguagem, de modo que a “primeira” linguagem, ou melhor, a primeira determinação que preenche a linguagem, não é baseada em tropos ou metáforas, mas sim no discurso indireto (um discurso indireto arranja-se com outro discurso indireto). Deleuze e Guattari dizem que a ênfase concedida à metáfora e à metonímia se revela prejudicial para o estudo da linguagem, uma vez que tais elementos figurativos são apenas efeitos que pertencem à linguagem quando já supõem o discurso indireto. Dentro de uma voz, há múltiplas paixões e diferentes tipos de vozes, rumores e glossolalias, justamente porque todo discurso é indireto e a translação inerente à linguagem ocorre no âmbito do discurso indireto (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p.13-14).

Émile Benveniste (1976), tratando de como o indivíduo, sociedade e língua é um “agenciamento”, afirma que, embora as abelhas possuam uma codificação orgânica e até mesmo empreguem tropos, não têm uma linguagem no sentido pleno. Isso ocorre porque as abelhas conseguem comunicar o que viram, mas são incapazes de transmitir o que lhes foi comunicado. Uma abelha que percebeu um alimento pode

passar a mensagem àquelas que não o perceberam, mas a que não o percebeu não pode transmiti-lo às outras que também não o perceberam (BENVENISTE, 1976/2005, pp. 27-28). A linguagem, portanto, não se limita a ir de um primeiro a um segundo indivíduo, mas necessariamente de um segundo a um terceiro, mesmo que nenhum deles tenha presenciado o evento em questão; linguagem traça mapas, e não decalques (MP2, p. 14). Nesse sentido, no caso da linguagem para os humanos, já existe um discurso subjacente em todo discurso, há uma referência exterior, um discurso social indireto.

Deleuze e Guattari enfatizam Bakhtin porque este pensador, assim como William Labov, destacada a importância do caráter social da linguagem, bem como opõe-se ao estruturalismo subjetivista (MP2, p. 18). Bakhtin (2017) trata da importância do discurso indireto livre como uma manifestação essencial da enunciação concreta, que coloca a linguagem e a língua no campo das relações sociais. O discurso indireto livre é visto como uma variante expressiva dos discursos direto e indireto que implica uma reviravolta importante no destino social da enunciação, e sua emergência e desenvolvimento devem ser estudados em conjunto com outras variantes expressivas. Através do discurso indireto livre, as fronteiras da enunciação de outrem são enfraquecidas, permitindo que o autor antecipe os temas básicos do discurso direto que virá, colorindo-os com suas próprias entoações.

O discurso indireto livre desempenha um papel crucial na enunciação, visto que permite interação entre diferentes enunciações e preserva a individualidade do discurso citado. Isso permite explorar a complexidade das relações discursivas e enfatizar a importância da diversidade de vozes e perspectivas na construção de uma narrativa mais rica e com múltiplas faces. Bakhtin afirma que:

Certas variantes do discurso indireto, em particular o discurso indireto livre, têm uma tendência inerente a transferir a enunciação citada do domínio da construção linguística ao plano temático, de conteúdo. Entretanto, mesmo assim, a diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua, e não poderia efetuar-se, completamente: não somente o conteúdo semântico, mas também a estrutura da enunciação citada permanece relativamente estáveis, de tal forma que a substância do discurso do outro permanece palpável, como um todo autossuficiente. Manifesta-se assim, nas formas de transmissão do discurso de outrem, uma relação ativa de uma enunciação a outra, e isso não no plano temático, mas através de construções estáveis da própria língua (BAKHTIN, 2006, p. 140).

Assim, as características do discurso indireto livre são relevantes porque evidencia a relação ativa entre diferentes enunciações, que não ocorrem apenas no plano temático, mas também através das construções estáveis da própria língua. Isso

significa que na dimensão do discurso indireto livre se estabelece uma conexão dinâmica entre diferentes vozes e perspectivas, que enriquece o espaço das relações discursivas e, ao mesmo tempo, mantém a integridade das vozes individuais.

Bakhtin, em seus trabalhos, geralmente enfatiza o caráter social da linguagem e a importância da interação social para a formação da individualidade criadora. Segundo o autor, a linguagem e a expressão não são meramente resultados de processos internos e individuais; ao contrário, são moldadas e influenciadas pelas condições externas e sociais que cercam o indivíduo. Para Bakhtin, a enunciação humana, mesmo em sua forma mais primitiva, é organizada fora do indivíduo pelas condições extraorgânicas do meio social. Isso significa que a linguagem e a expressão estão intrinsecamente ligadas às relações e interações sociais em que ocorrem, seja em situações imediatas ou contextos mais amplos que abrangem as condições de vida de uma comunidade linguística. O autor também destaca a importância do “polimento e lustro social” das palavras, entonações e movimentos interiores, que são adquiridos através das reações e réplicas, rejeição ou apoio do “auditório social”. Isso indica que a linguagem e a expressão não são instrumentos “inocentes” de comunicação, mas antes são meios pelos quais os indivíduos são moldados e influenciados por suas interações com os outros e pelas normas e expectativas sociais. Isso corrobora para, de alguma forma, Deleuze e Guattari observarem bem o caráter de palavra de ordem como função coextensiva à linguagem.

Nas palavras do próprio Bakhtin (2006, pp. 23-24), a expressão habitualmente referida como “individualidade criadora” é a manifestação do núcleo central durável e sólido da orientação social de um indivíduo, abrigando especialmente os estratos superiores e mais bem formados do discurso interior (a ideologia do cotidiano), onde cada representação e inflexão foi submetida à prova da expressão externa, passando por algum tipo de teste; nesse núcleo, também encontram-se palavras, entonações e movimentos interiores que passaram com sucesso por essa prova em uma escala social mais ou menos ampla e adquiriram, por assim dizer, um refinamento e polimento social através de rejeição ou apoio do público social. Apesar dessa aparência de interioridade, o centro organizador de toda enunciação ou expressão não é encontrado dentro, mas fora do indivíduo, situado no ambiente social que o rodeia, de modo que até mesmo a enunciação humana mais primitiva, embora realizada por um organismo individual, tem seu conteúdo e significado organizados externamente pelas condições extraorgânicas do ambiente social, fazendo da

enunciação em si um produto puro da interação social, seja em um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo das condições de vida de uma determinada comunidade linguística.

Bakhtin oferece uma perspectiva conveniente sobre a natureza social da linguagem e a importância da interação social na formação de subjetivações. Ao reconhecer que a linguagem e a expressão são produtos da interação social, Bakhtin nos lembra da complexidade das relações entre o indivíduo e a sociedade e da necessidade de levar em consideração o contexto social ao estudar e compreender a linguagem humana nas “fundações de identidades”.

Nos parece que Deleuze e Guattari, na questão do caráter social da linguagem/língua, vão mais além em suas observações, uma vez que o afastamento do sujeito de enunciação (“não existe sujeito de enunciação individual”) é necessário para “mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos agenciamentos coletivos”. O discurso indireto e as transformações incorporais fornecem solidez a esta perspectiva. Eles afirmam que o caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundamentado se mostrarmos como a enunciação remete aos agenciamentos coletivos, de modo que a individuação do enunciado e a subjetivação da enunciação ocorrem apenas quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina (DELEUZE; GUATTARI, MP2, 2011. p.18).

Essa noção de agenciamento coletivo de enunciação é fundamental para compreender o caráter social da linguagem. O agenciamento coletivo é definido pelo complexo redundante do ato e do enunciado que o efetua necessariamente, por atos imanentes à linguagem que se definem pelo conjunto das transformações incorpóreas em curso em uma sociedade dada, atribuídas aos corpos dessa sociedade. A palavra “corpo”, para os autores, é empregada em um sentido amplo, incluindo corpos morais e almas como corpos. É preciso distinguir, então, ações e paixões que afetam esses corpos dos atos, que são atributos não corpóreos ou “o expresso” de um enunciado. Há transformações incorpóreas, por exemplo, com a sentença do magistrado, a declaração de amor e a transformação do pão e do vinho na Eucaristia. Essas transformações incorpóreas são reconhecidas por sua instantaneidade, imediatidade e simultaneidade do enunciado que as expressa e do efeito que elas produzem. Se a História real narra as ações e paixões dos corpos que se desenvolvem em um campo social, dizem DG, também transmite ao mesmo tempo as palavras de ordem, ou seja, os atos puros que se intercalam nesse desenvolvimento. A inflação galopante na

Alemanha após 1918 é outro exemplo da presença e instantaneidade desses atos decisórios em um processo de conjunto (DELEUZE; GUATTARI, MP2, 2011. p.19-21).

Considerando essas questões, como numa relação com os filósofos estoicos, a linguagem é colocada na esfera do acontecimento, fato que, por si só, desconstrói os postulados da linguística estruturalista. “O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera” (LS, 1976, p. 147). É nesse sentido que a linguagem é “movimento com”, é agenciamento; ela só é possível no acontecimento.

Tornar a linguagem possível significa isto: fazer com que os sons não se confundam com as qualidades sonoras das coisas, com o burburinho dos corpos, com suas ações e paixões. O que torna a linguagem possível é o que separa os sons dos corpos e os organiza em proposições, torna-os livres para a função expressiva. É sempre uma boca que fala; mas o som cessou de ser o ruído de um corpo que come, pura oralidade, para tornar-se a manifestação de um “sujeito que se exprime”. É sempre dos corpos e de suas misturas que falamos, mas os sons cessaram de ser qualidades atinentes a estes corpos para entrar com eles em uma nova relação, a de designação e exprimir este poder de falar e de ser falado. Ora, a designação e a manifestação não fundam a linguagem, elas não se tornam possíveis senão com ela. Elas supõem a expressão. A expressão se funda no acontecimento como entidade do exprimível ou do expresso. O que torna a linguagem possível é o acontecimento, enquanto não se confunde, nem com a proposição que o exprime, nem com o estado daquele que a pronuncia, nem com o estado de coisas designado pela proposição (DELEUZE, 1975, pp. 180, 181).

Existem, nesse sentido, “variáveis de expressão que colocam a língua em relação com o fora, mas precisamente porque elas são imanentes à língua”. Contraponto de Deleuze e Guattari com a linguística tradicional que se concentra em constantes (fonológicas, morfológicas e sintáticas) e, assim, relaciona o enunciado a um significante e a enunciação a um sujeito, de modo que relega as circunstâncias ao exterior e fecha a língua sobre si, reduzindo a pragmática a um resíduo. A pragmática, no entanto, não depende apenas de circunstâncias externas, mas extrai variáveis de expressão ou de enunciação imanentes à língua, permitindo que esta não se feche sobre si mesma. Por isso que os autores recorrem Bakhtin, que argumenta que, enquanto a linguística se foca em constantes, não consegue explicar como uma palavra pode formar uma enunciação completa. É necessário um “elemento suplementar” que, embora não acessível às categorias ou determinações linguísticas, é completamente interno à teoria da enunciação ou da língua. A palavra de ordem é, portanto, apresentada como essa variável que transforma a palavra em uma enunciação, possuindo uma instantaneidade e imediatidade que lhe confere uma

potência de variação em relação aos corpos aos quais se atribui a transformação (DELEUZE; GUATTARI, MP2, 2011. p.22, 23).

Deleuze e Guattari (2011, pp. 23-27) enfatizam a relevância da pragmática, a compreensão da linguagem em sua rede contextual, e como ela está intrinsecamente relacionada à política e às palavras de ordem. Eles afirmam que a palavra de ordem tem características peculiares, como instantaneidade, variabilidade, potência de esquecimento, capacidade ideal ou fantasmática e aptidão para apreender a linguagem sob a forma de um discurso indireto. Essas características refletem o poder das palavras de ordem e como elas podem influenciar e transformar as subjetividades, a sociedade e a política. Acontecimentos históricos, como os enunciados nazistas na Alemanha e os enunciados leninistas na Rússia soviética, são exemplos interessantes para ilustrar como as palavras de ordem são capazes de moldar e transformar os corpos sociais e as classes.

A função-linguagem, portanto, não é informativa nem comunicativa, mas transmissão de palavras de ordem. “A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem”. E as palavras de ordem concernem a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social”, sendo essa ‘relação entre o enunciado e o ato interior, imanente, sem a existência identidade’” (MP2, pp. 12 e 17). Os autores dizem:

A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas — o que é bastante diferente — transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE; GUATTARI, MP2, 2011, p. 17).

As palavras de ordem, nesse sentido, estão intrinsecamente ligadas aos agenciamentos coletivos e às transformações incorpóreas, de maneira que a linguística (linguagem, língua) só pode ser compreendida por meio de uma política linguística: a pragmática, que define a efetuação da condição da linguagem e o uso dos elementos da língua. Assim, chegamos ao ponto de melhor compreender a afirmação que Deleuze e Guattari, aludindo Brice Parain e Franz Kafka, fazem sobre a relação linguagem e vida: “A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda. Em toda palavra de ordem, mesmo de um pai a seu filho, há uma pequena sentença de morte, - um Veredito” (MP2, 2011, p. 13).

2.2.1 Segundo postulado: Haveria uma máquina abstrata da língua, que não recorreria a qualquer fator “extrínseco”

A discussão do postulado de que “Haveria uma máquina abstrata da língua, que não recorreria a qualquer fator ‘extrínseco’” incita Deleuze e Guattari a recorrerem aos estoicos para a questão de que a linguagem é do âmbito do acontecimento, das transformações incorpóreas e das misturas dos corpos. Para os estoicos, os acontecimentos são incorpóreos e estão ligados a corpos, mas não são redutíveis a eles. No âmbito da linguagem, entende-se que ela é composta de acontecimentos que não podem ser reduzidos a meras palavras ou expressões. Esses eventos são incorporais, mas afetam e são afetados pelos corpos e agenciamentos nos quais estão inseridos. “Efeitos que não são corpos, mas, propriamente falando, ‘incorporais’. Não são qualidades e propriedades físicas, mas atributos lógicos ou dialéticos. Não são coisas ou estados de coisas, mas acontecimentos” (DELEUZE, 1974, LS, p. 07). Isso inclui a linguagem/língua em um contexto de multiplicidade e, conseqüentemente, dilui este postulado da linguística.

A distinção estoica entre ações e paixões dos corpos e atos incorpóreos, que são o “expresso” dos enunciados, é recolocada por Deleuze e Guattari (1995/2011) na relação e expressão e conteúdo, de maneira que forma de expressão seja constituída pelo encadeamento dos expressos, enquanto a forma de conteúdo seja constituída pela trama dos corpos. As transformações incorpóreas, no entanto, não representam nem descrevem os corpos, mas sim intervêm e afetam os corpos de alguma maneira.

A reciprocidade do plano do conteúdo e do plano da expressão, que insere a perspectiva linguista de Louis Hjelmslev na discussão desse postulado, contribui para pensar a noção de “máquina abstrata”. Na teoria de Hjelmslev, a pressuposição recíproca entre o plano da expressão e o plano de conteúdo destaca a relação intrínseca e interdependente entre esses dois aspectos da linguagem, onde a expressão necessariamente implica um conteúdo e o conteúdo exige uma expressão, formando uma estrutura inseparável que serve como base para a compreensão e análise linguísticas. “Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão” (HJELMSLEV, 2003, p. 54).

Hjelmslev propõe também uma noção de matéria (ou sentido), que corresponde a uma nova camada para se compreender a produção de sentido. Deleuze e Guattari utilizam essa noção para propor um novo estrato no qual existe algo já formado semioticamente, mesmo que não esteja formado linguisticamente. Esse estrato mostra a pressuposição recíproca dos planos e explica a produção de sentido em um novo regime de signos. Não fosse os corpos e os incorpóreos dos estoicos, talvez essa relação conteúdo e expressão parecesse um paradoxo não relacional, embora essas formas sejam independentes - “a independência funcional das duas formas é somente a forma de sua pressuposição recíproca, e da passagem incessante de uma à outra”:

A independência das duas formas, a de expressão e a de conteúdo, não é contradita, mas ao contrário confirmada, pelo fato de que as expressões ou os expressos vão se inserir nos conteúdos, intervir nos conteúdos, não para representá-los, mas para antecipá-los, retrocedê-los, retardá-los ou precipitá-los, destacá-los ou reuni-los, recortá-los de um outro modo. [...] A independência da forma de expressão e da forma de conteúdo não funda qualquer paralelismo entre as duas, tampouco qualquer representação de uma para a outra, mas, ao contrário, um esfacelamento das duas, uma maneira cujas expressões se inserem nos conteúdos, por meio da qual se salta sem cessar de um registro a outro, cujos signos trabalham as próprias coisas, ao mesmo tempo em que as coisas se estendem ou se desenrolam através dos signos (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 29).

Entendemos, juntamente com os autores, que a Linguística, como “ciência da língua”, deve superar essa divisão entre o intrínseco e o extrínseco, reconhecendo o caráter imanente e relacional da linguagem. Isso por que, a máquina abstrata da língua (no caso, a de DG) opera em um plano de imanência, no qual as forças internas e externas se entrelaçam, se afetam e se efetuam mutuamente, sem hierarquia ou predeterminação. Dessa forma, a língua não pode ser reduzida a um conjunto fixo de regras e normas, mas deve ser entendida como uma configuração dinâmica e cambiante, que é constantemente recriada e transformada por práticas discursivas e enunciativas.

Para Deleuze e Guattari (2011), essas formas, tanto no que se refere ao conteúdo quanto à expressão, estão também intrinsecamente ligadas a um movimento de desterritorialização que as afeta. A expressão e o conteúdo, em diferentes graus, experimentam desterritorialização relativa, dependendo do estado de suas formas. E nesse sentido não é possível afirmar a superioridade da expressão sobre o conteúdo, ou vice-versa, visto que os componentes semióticos podem ser

mais desterritorializados do que os componentes materiais, mas o oposto também pode ser verdadeiro.

Os autores citam como exemplo um sistema matemático de signos que pode ser mais desterritorializado do que um grupo de partículas; contudo, as partículas podem ter efeitos experimentais que desterritorializam o sistema semiótico. Um ato criminoso, como outro exemplo, pode ter um efeito desterritorializante em relação a um regime de signos existente, porém, o signo que expressa a condenação pode, por sua vez, ser desterritorializante em relação a todas as ações e reações. Há, assim, graus de desterritorialização que quantificam as formas correspondentes, e através dos quais os conteúdos e expressões se combinam, se alternam, se precipitam uns sobre os outros ou, inversamente, se estabilizam, realizando uma reterritorialização. O que os autores chamam de circunstâncias e variáveis são esses próprios graus. “Há *variáveis de conteúdo* que são proporções nas misturas ou agregados de corpos, e existem *variáveis de expressão*, que são fatores interiores à enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30).

Essas postulações de Deleuze e Guattari revelam a natureza dos agenciamentos e, com isso, mapeia alguns de seus posicionamentos sobre a questão em discussão. A questão agora, então, é colocada nesta perspectiva: Em um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento possui dois segmentos: conteúdo e expressão. Por um lado, é um agenciamento maquínico de corpos, ações e paixões, uma combinação de corpos que interagem; por outro lado, é um agenciamento coletivo de enunciação, atos e enunciados, com transformações incorpóreas atribuídas aos corpos. Já em um eixo vertical, o agenciamento apresenta aspectos territoriais ou desterritorializados que o estabilizam, bem como pontos de desterritorialização que o abalam (2011, p. 31).

Em termos de exemplificação, os autores incluem a literatura de Kafka e o agenciamento feudal. Para eles, ninguém melhor que Kafka soube destacar e fazer funcionar esses eixos do agenciamento em conjunto. Por um lado, temos a máquina-barco, máquina-hotel, máquina-circo, máquina-castelo, máquina-tribunal, cada uma com seus componentes, mecanismos e processos, envolvendo corpos interligados e desarticulados. Por outro lado, temos o regime de signos ou de enunciação, cada um com suas transformações incorpóreas, atos, sentenças e vereditos. Os enunciados não representam as máquinas; ainda assim, são atribuídos aos corpos. No segundo eixo, o que se compara ou combina entre os aspectos são os graus de

desterritorialização conjugados ou alternados e as operações de reterritorialização que estabilizam o conjunto (MP2, 2011, p. 31).

No agenciamento feudal, eles dizem, devem ser consideradas as misturas de corpos que definem a feudalidade: o corpo da terra, o corpo social, os corpos do suserano, vassalo, servo, cavaleiro e cavalo, bem como a nova relação que estabelecem com o estribo, armas e ferramentas, formando um agenciamento maquínico. Além disso, temos os enunciados, expressões, o regime jurídico dos brasões, o conjunto das transformações incorpóreas, principalmente os juramentos e suas variações, como os de obediência e amorosos, que compõem o agenciamento coletivo de enunciação. Considerando o outro eixo, temos as territorialidades e reterritorializações feudais, juntamente com a linha de desterritorialização que envolve o cavaleiro, sua montaria, enunciados e atos, como ocorre nas Cruzadas (MP2, 2011, p. 32).

Quanto a perspectiva das teorias linguísticas dominantes, como o estruturalismo e o generativismo, Deleuze e Guattari (2011), após uma breve crítica a concepção ideológica da linguagem⁴, fazem contrapontos a essas correntes por suas ênfases numa “máquina não suficientemente abstrata” a da língua, que constituem um conjunto sincrônico de constantes. Ambas as abordagens concebem a língua como um sistema fechado e autocontido, que pode ser estudado independentemente de suas manifestações concretas e contextuais, o que para os autores simplifica e reduz a complexidade da linguagem, mas também reforça a concepção de sujeito de enunciado como um ser isolado e descontextualizado, separado das condições materiais e sociais de sua existência.

Ao contrário das “teorias estruturalistas e generativistas que permanecem ligadas a um modelo arborescente”, Deleuze e Guattari (1995/2011, p. 35) pensam uma abordagem rizomática e descentralizada da linguagem, que enfatiza a multiplicidade, a heterogeneidade e a contingência de suas formas e funções. Por esse motivo, a língua não deve ser considerada um objeto estático e homogêneo, mas um campo de forças em contínuo movimento e transformação, no qual as práticas discursivas e enunciativas se entrelaçam e se afetam mutuamente. A máquina abstrata da língua, portanto, não é uma estrutura ou um sistema preexistente, mas um processo de emergência e diferenciação contínua que se desdobra através de

⁴ Referente a Bakhtin (p. 33). DG observam que até mesmo este teórico define a linguagem como forma da ideologia, mas que ele esclarece que a forma da ideologia não é, ela mesma, ideologia.

conexões e fluxos de significação, de interações que criam novas formas de vida e novas formas de pensamento que não podem ser reduzidas a uma única dimensão.

2.2.2 Terceiro postulado: Haveria constantes ou universais da língua que permitiriam defini-la como um sistema homogêneo

Deleuze e Guattari (2011), neste postulado, discutem a noção de universalidade na linguagem (universais na língua/linguagem), negando a existência de um sistema homogêneo definido por elementos constantes e universais (a busca por essas constantes é crucial para a reivindicação da Linguística como uma ciência pura, isenta de fatores externos ou pragmáticos). Observamos que os autores, com essa iniciativa, descontroem, de certa forma, os pressupostos convencionais sobre a natureza da linguagem analisando alguns pontos da abordagem da Linguística Estruturalista; e procuram estabelecer uma visão mais plural e dinâmica da linguagem, destacando a importância das diferenças e das variações que ocorrem tanto entre quanto dentro das línguas. Também apontam certas implicações políticas e sociais de suas ideias, enfatizando a necessidade de considerar a linguagem como um fenômeno intrinsecamente ligado às práticas culturais, históricas e políticas de uma sociedade. Assim, logo no início do texto (2011, p. 36), os autores demonstram de modo mais detalhado do que se trata o caminho a ser discutido:

Essa questão das invariantes assume diversas formas estreitamente ligadas: 1) as constantes de uma língua (fonológicas, por comutatividade; sintáticas, por transformatividade; semânticas, por geratividade); 2) os universais da linguagem (por decomposição do fonema em traços distintivos; da sintaxe, em constituintes de base; da significação, em elementos semânticos mínimos); 3) as árvores, que ligam as constantes entre si, com correlações binárias no conjunto das árvores (cf. o método linear arborescente de Chomsky); 4) a competência, coextensiva em direito à língua e definida pelos juízos de gramaticalidade; 5) a homogeneidade, que se refere aos elementos e às relações não menos do que aos juízos intuitivos; 6) a sincronia, que erige um "em-si" e um "para-si" da língua, passando perpetuamente do sistema objetivo à consciência subjetiva que o apreende em direito (o do próprio linguista).

Para Deleuze e Guattari (2011, pp. 36, 37), é possível trabalhar com todos esses fatores, removendo ou adicionando alguns deles. No entanto, eles permanecem interligados, pois a essência de cada um dos outros fatores pode ser encontrada em cada nível. Um exemplo disso é a distinção entre língua e fala, que é retomada em

competência e performance, mas no nível da gramaticalidade. Os linguistas podem dizer que estão dispostos a multiplicar os níveis de competência e até mesmo introduzir valores pragmáticos no sistema como no caso da proposta de Brekle⁵, que sugere a adição de um fator de “competência performancional idiossincrática”, relacionado a um conjunto de fatores linguísticos, psicológicos e sociológicos. No entanto, essa abordagem pragmática só seria válida se as constantes e universais também fossem aplicáveis a ela. Além disso, seria importante questionar se expressões como “eu”, “prometer” e “saber” seriam mais universais do que “saudar”, “nomear” ou “condenar”.

Os autores (MP2, 2011, p. 37-38) buscam relacionar a discussão entre Chomsky e Labov a respeito da natureza das línguas como sistemas homogêneos ou heterogêneos. Então, eles observam que enquanto Chomsky defende a existência de um sistema homogêneo ou padrão como uma condição necessária para o estudo científico das línguas, Labov propõe uma abordagem diferente, focada na variação sistemática, uma a variação (*variação-inerente*) que não deve ser vista como algo externo aos sistemas linguísticos, mas sim como uma característica intrínseca que impede a homogeneização dos sistemas:

“Na variação, Labov vê um componente de direito que afeta, de dentro, cada sistema, e o faz seguir ou saltar por sua própria potência, impedindo-o de fechar-se sobre si, de homogeneizá-lo em princípio. E sem dúvida as variações consideradas por Labov são de natureza completamente diversa — fonéticas, fonológicas, sintáticas, semânticas, estilísticas. Parece-nos difícil objetar a Labov que ele ignora a distinção do direito e do fato — ou da linguística e da estilística, ou da sincronia e da diacronia, ou dos traços pertinentes e dos traços não-pertinentes, ou da competência e da performance, ou da gramaticalidade da língua e da agramaticalidade da fala. Mesmo com o risco de cristalizar as posições de Labov, dir-se-ia, antes, que ele propõe uma outra distribuição do fato e do direito, e sobretudo uma outra concepção do próprio direito e da abstração”.

No caso de Chomsky, Deleuze e Guattari observam que quando se busca romper com as árvores de análise de Chomsky e desafiar a ordem linear, não se obtém ganhos substanciais nem se estabelece um rizoma se os componentes pragmáticos que marcam as rupturas estiverem situados no ponto mais alto da árvore ou desaparecerem no momento da derivação. O problema, segundo eles, se refere à natureza da máquina abstrata, visto que “não há razão para relacionar o abstrato ao universal ou ao constante e, ao mesmo tempo, ignorar ou apagar a singularidade das

⁵ H.E. Brekle, *Sémantique*, Armand Colin, p.94-104: sobre a ideia de uma pragmática universal e de “universais de diálogo”. Apud cit. DG, p. 37.

maquinas abstratas, quando estas são construídas em torno de variáveis e variações” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 37).

A variação contínua que permeia uma língua, apesar das contribuições e limitações de Labov, e das condições de cientificidade invocadas pela Linguística, exige uma abordagem que vá além da mera identificação de invariantes linguísticos. Um indivíduo, em um único dia, por exemplo, transita constantemente entre diferentes “línguas”, adaptando-se às distintas situações de enunciação, o que sugere que as variações linguísticas não se limitam a aspectos extrínsecos. Por isso, examinar se uma língua se define por invariantes ou por uma linha de variação contínua é fundamental para entender a natureza da língua em si, considerando tanto aspectos fonológicos, sintáticos quanto semânticos. A mudança linguística, nesse sentido, pode ser entendida como um processo contínuo de modificação de frequências, coexistência e continuidade de usos diversos, em vez de uma ruptura sistemática. Um enunciado simples como “eu juro!”, nesse contexto, adquire diferentes significados conforme o contexto e o interlocutor, o que evidencia a multiplicidade de variáveis que afetam a expressão e a enunciação. A linha de variação contínua, virtual e real, assim, permeia todos os enunciados, mesmo que não sejam atualizados, e permite uma maior flexibilidade na comunicação (MP2, 2011, pp. 39, 40).

Na percepção de Deleuze e Guattari (MP2, 2011, p. 40-42), a perspectiva pragmática considera a variação contínua como uma característica intrínseca à língua, abrangendo todos os elementos linguísticos. Eles ilustraram isso através de Kafka (três processos contínuos): o processo familiar, o processo de noivado e o processo judicial. Qualquer tentativa de reduzir os processos a uma única causa subjacente, seja a relação com o pai, a castração ou a lei, ignora a complexidade e a continuidade das variações linguísticas. Também recorrem a música como exemplo, através da qual a variação contínua se manifesta tanto no sistema tonal quanto no atonal. A relação entre a música e a língua, no entanto, não é de correspondência direta, mas sim de semelhanças e possibilidades exploratórias. A voz na música, por exemplo, é um eixo privilegiado de experimentação, relacionando-se com a linguagem e o som de diversas maneiras. A tessitura da voz, quando associada ao timbre, revela uma heterogeneidade interna e uma potência de variação contínua, conectando a voz aos instrumentos e possibilitando a criação de um plano sonoro único e complexo. A música contemporânea, ao colocar em variação contínua todos os componentes

sonoros, vai além da distinção entre tonal, modal e atonal, “conectando-se ao cosmos e às linhas virtuais de variação infinita”.

Trata-se, antes, de um material deveras complexo e bastante elaborado, que tornará audíveis forças não sonoras. O par matéria-forma é substituído pelo acoplamento material-forças. O sintetizador tomou o lugar do antigo “juízo sintético a priori”, mas com isso todas as funções mudam. Colocando em variação contínua todos os componentes, a música se torna, ela mesma, um sistema sobrelinear, um rizoma ao invés de uma árvore, e fica a serviço de um continuum cósmico virtual, do qual até mesmo os buracos, os silêncios, as rupturas, os cortes fazem parte. [...]. Não existe senão a música para ser a arte como cosmos, e traçar as linhas virtuais da variação infinita (MP2, 2011, pp. 41, 42).

Mas, para esses autores, “os procedimentos de variação da voz são numerosos não apenas no *sprechgesang* onde várias vozes parecem sair da mesma boca”. Isso se evidencia também na importância das línguas secretas como um fator determinante na variação contínua da linguagem, tanto na música erudita quanto na popular. Ao analisar essas formas de comunicação, os autores demonstram como elas podem alterar a maneira como a linguagem é percebida e vivenciada, contribuindo para a compreensão da multiplicidade do sistema linguístico. Tais línguas, além de criarem léxicos e figuras retóricas próprias, operam variações contínuas nos elementos comuns da língua, aproximando-se de uma notação musical e permitindo uma maior flexibilidade e criatividade na comunicação (MP2, 2011, p. 43).

Talvez seja, aliás, uma característica das línguas secretas, das gírias, dos jargões, das linguagens profissionais, das fórmulas repetidas em jogos infantis, dos gritos dos vendedores, a de valerem menos por suas invenções lexicais ou por suas figuras de retórica do que pela maneira pela qual operam variações contínuas nos elementos comuns da língua. São línguas cromáticas, próximas a uma notação musical. Uma língua secreta não tem apenas uma cifra ou um código escondido que funciona ainda por meio de constante e forma um subsistema; ela coloca em estado de variação o sistema das variáveis da língua pública (MP2, p. 43).

Deleuze e Guattari (MP2, 2011, pp. 43, 44) relacionam essas nuances da variação contínua a um cromatismo generalizado, no qual elementos variáveis estão em constante mutação e não se limitam a princípios pré-estabelecidos, de maneira que esta operação englobe simultaneamente voz, fala, língua e música, não reconhecendo distinções prévias e de princípio. Isso é diferente da Linguística tradicional que, segundo eles, ainda se apegava a uma espécie de modo maior, com uma inclinação por constantes e universais. Entretanto, é necessário considerar uma linguística cromática que incorpore o pragmatismo em suas intensidades e valores.

A questão do estilo, que para os autores pode ser visto como algo natural, é exatamente o processo de variação contínua, é um agenciamento de enunciação, não

uma criação psicológica individual como pressupõe a linguística tradicional. Para eles, dentre os diversos dualismos estabelecidos pela Linguística, poucos são menos fundamentados do que aquele que separa a Linguística da Estilística. Por exemplo, ao analisar a situação de alguns escritores como Kafka, Beckett, Gherasim Luca e Jean-Luc Godard, é possível perceber que muitos deles estão na posição de bilinguismo. Esta situação não se limita apenas à escrita, mas também se estende a outras formas de arte, como teatro e cinema. Isso porque, quando os elementos linguísticos são submetidos a um tratamento de variação contínua, quando é introduzida uma pragmática interna, os elementos não linguísticos também são afetados, como gestos e instrumentos, no mesmo *continuum*. É neste ponto que o estilo cria a língua, tornando-a intensiva e um puro contínuo de valores e intensidades. A linguagem se torna secreta e, paradoxalmente, não tem nada a esconder (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 44).

A variação contínua ocorre através de um processo sóbrio e de subtração criadora, onde as linhas de mudança ou criação fazem parte da máquina abstrata diretamente. Hjelmslev postulava que uma língua contém possibilidades inexploradas e que a máquina abstrata deve incluir essas potencialidades. Essa é a realidade do criativo, que coloca em variação contínua as variáveis, opondo-se apenas à determinação atual de suas relações constantes, de modo que as variações atípicas sirvam como tensores desterritorializantes da língua. Esses tensores, que não se enquadram em categorias linguísticas específicas, possuem valores pragmáticos essenciais para os agenciamentos de enunciação e para os discursos indiretos. Portanto, a máquina abstrata da língua não é universal nem geral, mas singular, virtual-real e não possui regras obrigatórias ou invariáveis, mas regras facultativas que variam incessantemente com a própria variação (DELEUZE; GUATTARI, 2011, pp. 46-48).

Em *Diálogos* (1998) há um posicionamento que diz muito sobre o que foi exposto até este ponto, uma exposição resumitiva que vale apenas citá-la aqui:

Félix Guattari escreveu um texto sobre os seguintes princípios linguísticos, que coincidem, a seu modo, com certas teses de Weinreich e, sobretudo, de Labov: 1º) é a pragmática que é essencial, porque ela é a verdadeira política, a micropolítica da linguagem; 2º) não há universais, nem invariantes da língua, nem “competência” distinta das “performances”; 3º) não há máquina abstrata interior à língua, mas máquinas abstratas que dão a uma língua determinado agenciamento coletivo de enunciação (não há “sujeito” de enunciação), ao mesmo tempo que elas dão ao conteúdo tal agenciamento maquínico de desejo (não há significante do desejo); 4º) há, portanto, várias línguas em uma língua, ao mesmo tempo que todo tipo de fluxos nos

conteúdos emitidos, conjugados, continuados. A questão não é “bilíngue”, “multilíngue”, a questão é que toda língua é tão bilíngue em si mesma, multilíngue em si mesma, que se pode gaguejar em sua própria língua, ser estrangeiro em sua própria língua, ou seja, levar sempre mais longe as pontas de desterritorialização dos agenciamentos. Uma língua é atravessada por linhas de fuga que conduzem seu vocabulário e sua sintaxe. E a abundância do vocabulário, a riqueza da sintaxe são apenas meios a serviço de uma linha que se julga, ao contrário, por sua sobriedade, sua concisão, sua abstração: uma linha involutiva não apoiada que determina os meandros de uma frase ou de um texto, que atravessa todas as redundâncias e rompe as figuras de estilo. É a linha pragmática, de gravidade ou de celeridade, cuja pobreza ideal comanda a riqueza das outras (DELEUZE; PARNET, 1998, pp. 93, 94).

Félix Guattari enfatiza a natureza complexa e ativa da linguagem através de princípios que rejeitam universais linguísticos e uma distinção clara entre competência e performance; defende a centralidade da pragmática como micropolítica da linguagem, bem como nega a existência de uma máquina abstrata interna à língua; também reconhece que uma língua é atravessada por múltiplas linhas de fuga, múltiplas línguas em si mesma, e atributos que rompem com as figuras de estilo tradicionais, sugerindo uma concepção de linguagem como um sistema multilíngue, que acontece em ininterrupto processo de desterritorialização e de variação contínua.

2.2.3. Quarto postulado: Só se poderia estudar cientificamente a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão

Neste postulado, Deleuze e Guattari (MP2, 2011) discute a relação entre determinações linguísticas e poder, desconsiderando a ideia de que o estudo científico da língua só é possível sob as condições de uma língua maior ou padrão e afirmando a heterogeneidade inerente a língua. Para eles, a questão sobre a necessidade de os linguistas estabelecerem um sistema homogêneo é no sentido de possibilitar o suposto estudo científico das línguas em uma vertente estruturalista. A busca por esse sistema envolve a identificação de constantes e relações constantes entre variáveis, como no caso da comutatividade proposta pelos fonologistas. No entanto, dizem os DG, é importante salientar que o modelo científico adotado para analisar uma língua é também um modelo político, que visa homogeneizar, centralizar e padronizar a língua, transformando-a em uma língua de poder, dominante. E esse processo não ocorre sem a influência de uma ordem científica que respalda as exigências de uma ordem política. Nesse contexto, a gramaticalidade e o signo S, que atuam como marcadores sintáticos, servem também como marcadores de poder, de maneira que

o domínio da gramática se torna uma condição prévia para a submissão às normas sociais, e aqueles que não a dominam são relegados a instituições específicas. Portanto, a unidade de uma língua é, antes de tudo, política, e a dominação de uma língua ocorre através da expansão e imposição de sua norma (DELEUZE; GUATTARI, 2011, pp. 48, 49).

Existem diversas formas pelas quais uma língua pode ser homogeneizada e centralizada, e esses processos não são necessariamente os mesmos em diferentes contextos políticos. De acordo com a análise histórica das línguas, a homogeneização e centralização ocorrem tanto através da expansão territorial quanto por meio da influência em diferentes centros culturais. Diante disso, Deleuze e Guattari (MP2, 2011) questionam se seria adequado distinguir línguas “altas” e “baixas”, maiores e menores. As línguas maiores seriam caracterizadas pelo poder de suas constantes, enquanto as línguas menores seriam definidas pela potência da variação. A questão, no entanto, vai além da mera oposição entre a unidade de uma língua maior e a multiplicidade de dialetos, visto que cada dialeto é afetado por zonas de transição e variação, e é a língua menor que define os dialetos por suas próprias possibilidades de variação. Dessa forma, os autores buscam avaliar se a distinção entre línguas maiores e menores é relevante, seja considerando situações regionais de bilinguismo ou multilinguismo, que envolvem pelo menos uma língua dominante e uma dominada, ou levando em conta uma situação global na qual algumas línguas exercem um poder imperialista sobre outras, como é o caso do inglês americano atualmente. No entanto, há pelo menos duas razões pelas quais essa distinção pode não ser apropriada. Primeiro, como aponta Chomsky, um dialeto, uma língua de gueto ou uma língua menor não escapam às condições de um tratamento que destaca um sistema homogêneo e identifica constantes. Por exemplo, o *black-english* possui sua própria gramática, que não é definida como uma soma de erros em relação ao inglês padrão. Nesse sentido, as noções de maior e menor parecem não ter relevância linguística para Deleuze e Guattari.

A segunda razão é que a distinção entre línguas maiores e menores pode obscurecer a complexidade das relações entre línguas e dialetos, bem como a diversidade e a riqueza das variações linguísticas. É por esse motivo, segundo os autores, que é importante repensar a natureza política das línguas e a maneira como elas são moldadas e influenciadas por contextos sociopolíticos. A dominação de uma língua através da expansão e imposição de sua norma, por exemplo, não deve ser

vista como um fenômeno natural, mas sim como resultado de processos políticos e ideológicos. Assim, a análise e o estudo das línguas devem levar em consideração não apenas os aspectos linguísticos, mas também os aspectos políticos e culturais que afetam a sua formação e evolução (DELEUZE; GUATTARI, 2011, pp. 48, 49).

De fato, não há dois tipos distintos de língua, mas sim dois possíveis abordagens para analisar uma única língua. Em um caso, as variáveis são tratadas de forma a extrair constantes e relações constantes; no outro, elas são tratadas de modo a gerar variação contínua. Para DG (MP2, 2011, pp. 52-53), embora seja conveniente apresentar constantes linguísticas ao lado de variáveis de enunciação, é importante reconhecer que as constantes são derivadas das próprias variáveis. Em outras palavras, não há universais inerentes na linguística ou na economia, e sim inferências baseadas em processos de universalização ou uniformização que se referem às variáveis. A constante não é oposta à variável, mas sim a um tratamento alternativo da variável, que envolve variação contínua. Regras obrigatórias correspondem ao primeiro tratamento, enquanto as regras facultativas se referem à construção de um contínuo de variação.

Nesse sentido, diversas categorias ou distinções não podem ser aplicadas indiscriminadamente, pois elas pressupõem o primeiro tratamento e são totalmente subordinadas à busca por constantes. Isso é evidente quando se considera a oposição entre língua e fala, sincronia e diacronia, competência e performance, e traços distintivos e não distintivos, dizem os autores. “Os traços não distintivos, pragmáticos, estilísticos e prosódicos, não são meramente variáveis onipresentes que se distinguem pela presença ou ausência de uma constante”, eles possuem características intrínsecas que lhes conferem a capacidade de colocar todos os elementos da língua em estado de variação contínua, como a ação do tom sobre fonemas, do acento sobre morfemas e da entonação sobre a sintaxe (MP2, 2011, p.53).

A distinção entre “maior” e “menor”, segundo Deleuze e Guattari, não se refere a duas línguas diferentes, mas a dois usos ou funções da língua. Eles apontam que o bilinguismo tem um valor exemplar neste aspecto, embora seja apenas por conveniência. No Império Austro-Húngaro, por exemplo, o tcheco era considerado uma língua menor em relação ao alemão, mas o alemão de Praga já funcionava como uma língua potencialmente menor em relação ao alemão de Viena ou Berlim. Kafka, um judeu tcheco escrevendo em alemão, submeteu a língua alemã a um tratamento

criativo de língua menor, construindo um *continuum* de variação e negociando todas as variáveis para, simultaneamente, restringir as constantes e expandir as variações - “fazer gaguejar a língua, ou fazê-la piar ..., armar tensores em toda a língua”⁶.

Os autores também procuram apontar duas tendências comuns às línguas menores que são frequentemente observadas por linguistas: um empobrecimento e um esgotamento das formas sintáticas e lexicais, mas também uma curiosa proliferação de efeitos cambiantes e uma preferência pela sobrecarga e pela paráfrase. E isso se aplica tanto ao alemão de Praga quanto ao inglês afro-americano e ao quebequense. No entanto, para DG, essa interpretação dos linguistas é equivocada, atribuindo essas características a uma pobreza e preciosismo intrínsecos. Segundo eles, a suposta pobreza representa uma restrição das constantes, enquanto a sobrecarga se refere à expansão das variações, a fim de criar um *continuum* que engloba todos os componentes da língua. Essa pobreza não é uma deficiência, mas sim um vazio ou elipse que permite contornar uma constante sem se comprometer com ela ou abordá-la sem se fixar nela. A sobrecarga, por sua vez, não é uma figura retórica, uma metáfora ou uma estrutura simbólica, mas sim uma paráfrase dinâmica que atesta a presença não localizada de um discurso indireto no interior de qualquer enunciado. Ambos os aspectos refletem uma rejeição a pontos de referência fixos e “uma dissolução da forma constante em favor das diferenças dinâmicas”. Quanto mais uma língua adentra esse estado, mais se aproxima não apenas de uma notação musical, mas também da própria música. A ideia de línguas maiores e menores, portanto, não se refere a uma distinção entre diferentes línguas, mas sim a um processo de devir-menor da língua maior, um processo de desterritorialização da língua maior; e os autores menores se caracterizam por sua capacidade de desestabilizar e transformar sua língua maior através da introdução de variações e da subtração de elementos constantes (MP2, 2011, p. 54).

Deleuze e Guattari afirmam que

A noção de *minoría*, com suas remissões musicais, literárias, linguísticas, mas também jurídicas, políticas, é bastante complexa. *Minoría* e *maioría* não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. *Maioría* implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. Suponhamos que a constante ou metro seja homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer (o Ulisses de Joyce ou de Ezra Pound). É evidente que “o homem” tem a *maioría*, mesmo se é menos numeroso que os mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os

⁶ Idem, p. 53.

camponeses, os homossexuais... etc. É porque ele aparece duas vezes, uma vez na constante, uma vez na variável de onde se extrai a constante. A maioria supõe um estado de poder e de dominação, e não o contrário. Supõe o metro padrão e não o contrário (DELEUZE; GUATTRAU, 2011, p. 55).

Essa noção de minoria abrange aspectos diversos e não se limita apenas a uma oposição quantitativa em relação à maioria. A maioria implica uma constante, enquanto as minorias são subsistemas e o minoritário é um devir potencial e criativo. Se a maioria representa poder e dominação, o devir minoritário engloba a linha de variação contínua, a criação e a inovação.

Observamos que até este ponto, na discussão deste postulado, Deleuze e Guattari discutiram a língua em termos de dois tratamentos, o modo maior e o modo menor: um consiste em extrair constantes dela, enquanto o outro coloca a língua em variação contínua. Nesse arranjo, a palavra de ordem assume a variável de enunciação que efetua a condição da língua e define o uso dos elementos de acordo com um ou outro tratamento. Para Deleuze e Guattari, “se o problema das funções da linguagem geralmente é mal formulado, é devido à falta de consideração dessa variável-palavra de ordem, que subordina todas as funções possíveis” (MP2, 2011, p. 57).

Retomando as ideias Canetti, para quem a ordem é uma sentença de morte (mesmo simbólica, iniciática, temporária), DG afirmam que a palavra de ordem traz uma morte direta àquele que recebe a ordem, uma morte eventual se ele não obedece ou, antes, uma morte que ele mesmo deve infligir, levar para outra parte. Para os autores (MP2, 2011, p. 58),

a palavra de ordem também é outra coisa, inseparavelmente ligada a isso: é como um grito de alarme ou uma mensagem de fuga. Seria simples demais dizer que a fuga é uma reação à palavra de ordem; encontra-se, antes, compreendida nesta, como sua outra face em um agenciamento complexo, seu outro componente. Canetti tem razão ao invocar o rugido do leão, que enuncia ao mesmo tempo a fuga e a morte. [...] Se consideramos o primeiro aspecto da palavra de ordem, isto é, a morte como expresso do enunciado, percebemos que corresponde às exigências precedentes: a morte tenta concernir essencialmente aos corpos, se atribuir aos corpos, deve à sua imediatidade, à sua instantaneidade, o caráter autêntico de uma transformação incorpórea.

A morte, nesse sentido, é precedida e seguida por um longo sistema de ações e paixões, um lento trabalho dos corpos. Em sua essência, ela não é nem ação nem paixão, mas um puro ato, uma transformação pura que a enunciação une ao enunciado, formando uma sentença. Na verdade, “a morte está presente em todos os lugares como uma fronteira intransponível e ideal, que separa os corpos, suas formas

e estados, e atua como condição, seja iniciática ou simbólica, pela qual um indivíduo deve passar para mudar de forma ou estado”. Canetti discute o conceito de “enantiomorfose”, que faz referência a um sistema governado por uma figura autoritária, estática e imponente. Esse governante impõe leis constantes, restringindo severamente a possibilidade de metamorfoses, estabelecendo limites claros e estáveis para as formas, e criando um jogo de oposições entre elas. Dessa forma, o processo de transformação é impedido e o ambiente se torna inflexível, controlado e imutável, de maneira que, em um regime como esse, a introdução de um novo corpo exige a criação de uma forma oposta e a formação de sujeitos distintos (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 58).

É sempre por algo de incorpóreo que um corpo se separa e se distingue de outro, afirmam DG. As transformações incorpóreas se expressam nas palavras de ordem, mas não deixa de ser atributos dos corpos. Não são apenas as variáveis linguísticas de expressão, também são variáveis não linguísticas de conteúdo, que entram em relações de oposição ou distinção formais, capazes de liberar constantes. É nesse sentido que Hjelmslev afirma que, assim como uma expressão se divide em unidades fonéticas, um conteúdo se divide em unidades físicas, zoológicas ou sociais. A rede de binariedades e arborescências é válida para ambos os lados. No entanto, não há qualquer semelhança ou correspondência analítica entre os dois planos, embora sua independência não exclua o isomorfismo (MP2, 2011, p. 59).

Por outro lado, se consideramos o outro aspecto da palavra de ordem, a fuga e não a morte, Deleuze e Guattari afirmam que as variáveis entram em um novo estado, que é o da variação contínua. A passagem ao limite revela-se agora como a transformação incorpórea, que não cessa, entretanto, de ser atribuída aos corpos: a única maneira não de suprimir a morte, mas de reduzi-la ou de fazer dela mesma uma variação. Nessa “passagem ao limite”, segundo os autores,

Assiste-se a uma transformação de substâncias e a uma dissolução das formas, passagem ao limite ou fuga dos contornos, em benefício das forças fluidas, dos fluxos, do ar, da luz, da matéria, que fazem com que um corpo ou uma palavra não se detenham em qualquer ponto preciso. Potência incorpórea dessa matéria intensa, potência material dessa língua. Uma matéria mais imediata, mais fluida e ardente do que os corpos e as palavras. Na variação contínua, não é nem mesmo possível distinguir uma forma de expressão e uma forma de conteúdo, mas dois planos inseparáveis em pressuposição recíproca. Nesse momento, a relatividade de suas distinções está plenamente realizada no plano de consistência onde a desterritorialização torna-se absoluta, desencadeando o agenciamento (DELEUZE; GUATTARI, 2011, pp. 60, 61).

A linguagem, assim, é impelida por esse movimento que a faz se estender para além de seus próprios limites, ao mesmo tempo que os corpos são tomados no movimento da metamorfose de seu conteúdo, ou na exaustão que os faz alcançar ou ultrapassar o limite de suas figuras. A forma de expressão e a forma de conteúdo entram pressuposição recíproca, e a multiplicidade dos sistemas de intensidades se conjugam e se rizomatizam em todo o agenciamento (DG, MP2, 2011, p. 61).

Para Deleuze e Guattari existem senhas sob as palavras de ordem. As palavras são como que passagens, componentes de passagem, enquanto as palavras de ordem marcam paradas, composições estratificadas, organizadas. “A mesma coisa, a mesma palavra, tem sem dúvida essa dupla natureza: é preciso extrair uma da outra, transformar as composições de ordem em componentes de passagens” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 58), “componentes estruturais em componentes de variação contínua”⁷.

CAPÍTULO 3 – VARIAÇÃO CONTÍNUA E EXPERIMENTAÇÃO

3.1 Da variação contínua

Discutiremos neste capítulo percepções em torno da discussão que Deleuze e Guattari fazem acerca da variação contínua e sua relação com o que eles denominam protocolos de experimentação, trazendo seus olhares sobre a literatura de Franz Kafka como meio de exemplificação. Ao considerar o platô *Postulados da Linguística*, compreendemos como a variação contínua é um conceito bastante relevante na discussão linguística desses filósofos. Isso porque, para esses pensadores, “embora a linguística ainda não tenha abandonado uma espécie de modo maior, um tipo de escala diatônica, um estranho gosto pelas dominantes, constantes e universais, todas as línguas já estão em variação contínua imanente”. Para eles, “quanto mais uma língua tem ou adquire os caracteres de uma língua maior, mais ela é trabalhada pelas variações contínuas que a transpõem em ‘menor’” (MP2, 2011, p. 44 e 51). Eles afirmam que

Há uma figura universal da consciência minoritária, como devir de todo o mundo, e é esse devir que é criação. Não é adquirindo a maioria que se o

⁷ Grifo nosso.

alcança. Essa figura é precisamente a variação contínua, como uma amplitude que não cessa de transpor, por excesso e por falta, o limiar representativo do padrão majoritário. Erigindo a figura de uma consciência universal minoritária, dirigimo-nos a potências de devir que pertencem a um outro domínio, que não o do Poder e da Dominação. É a variação contínua que constitui o devir minoritário de todo o mundo, por oposição ao Fato majoritário de Ninguém.

É essa consciência minoritária, caracterizada pela variação contínua, que ultrapassa os limites representativos da norma majoritária. Na variação contínua

A linguagem é impelida por um movimento que a faz se estender para além de seus próprios limites, ao mesmo tempo que os corpos são tomados no movimento da metamorfose de seu conteúdo, ou na exaustão que os faz alcançar ou ultrapassar o limite de suas figuras. (...) É como se uma matéria intensa se liberasse — um *continuum* de variação: aqui, nos tensores interiores da língua; ali, nas tensões interiores de conteúdo. A idéia do menor intervalo não se estabelece entre figuras de mesma natureza, mas implica pelo menos a curva e a reta, o círculo e a tangente. Assiste-se a uma transformação de substâncias e a uma dissolução das formas, passagem ao limite ou fuga dos contornos, em benefício das forças fluidas, dos fluxos, do ar, da luz, da matéria, que fazem com que um corpo ou uma palavra não se detenham em qualquer ponto preciso (MP2, 2011, pp. 60-61).

Nesse contexto da variação contínua, “não é nem mesmo possível distinguir uma forma de expressão e uma forma de conteúdo, mas dois planos inseparáveis em pressuposição recíproca”. Há nessa relatividade das distinções a realização de desterritorialização absoluta que desencadeia o agenciamento (MP2, 2011, p. 61).

Para Deleuze e Guattari,

Como podemos perceber, o conceito de variação contínua em Deleuze e Guattari pode se referir a uma forma de expressão que não se atém a formas fixas e estáveis, mas se modifica constantemente em função dos contextos, das relações, das intensidades, das forças que a atravessam. A variação contínua no contexto linguístico deleuze-guattariano se relaciona com uma linguagem menor (um processo de minoração da língua), que escapa às normas e às regras da linguagem maior, que é dominante e homogeneizante; imprime-se numa linguagem nômade, que se desloca e se multiplica, criando novos sentidos e novas possibilidades; é o espaço de tremulação onde as formas fixas se desintegram, e também é postura filosófica de experimentação que busca constantemente desafiar e expandir os limites do pensamento e da linguagem. Essas singularidades da variação contínua não ficam restritas ao nível de uma inteligência psicológica, mas se inscrevem, de acordo com os autores, em protocolos de experiências de diversos espaços do saber, como na filosofia, na linguagem, na literatura – Kafka, por exemplo – e em outras expressões artísticas.

Deleuze e Guattari afirmam que a variação contínua pode ser relacionada a verdadeira natureza da linguagem, que é sempre heterogênea, múltipla, diferencial. A variação contínua é como um cromatismo generalizado, que se estende a todas as dimensões da língua, da música, da arte, da ciência, da vida. Eles criticam a linguística estruturalista, que reduz a linguagem a um sistema de signos fechado e estático, que ignora as dimensões pragmática, histórica e política da linguagem. É nesse sentido que eles buscam propor uma linguística rizomática, que leva em conta a diversidade, complexidade e a intensidade dos fluxos das línguas, que não se limita a descrever as estruturas formais, mas busca compreender os processos de criação, diferenciação e transformação sempre presentes nas línguas (MP2, 2011, pp. 43-44).

Deleuze e Guattari discute a ideia de variação contínua no âmbito a línguas minoritárias ou marginais, no campo das artes literárias e outras formas de expressão marcadas pela instabilidade, pela inventividade, pela resistência às marcas dominantes, no sentido de analisar como são criados novos agenciamentos coletivos de enunciação, novas formas de subjetivação, novas linhas de fuga. A variação contínua, por isso, constitui-se como um conceito político e estético, que implica uma ética da diferença; diz respeito à prática de experimentação e de criação, que desafia os limites impostos pela linguagem maior. Nas palavras de Lapoujade (2015, p. 219) seria abrir a estrutura da linguagem para o fora e fazer passar por dentro da língua tudo o que a linguística (e a semiologia) consideram como fatores extrínsecos.

Em *Estudos deleuzeanos da linguagem* (2003), Júlia Almeida, nos oferece conexões bastante pertinentes para pensar a ideia de variação contínua linguística na perspectiva de Deleuze (e Guattari). Para essa autora, o pensamento de Deleuze alcança as forças de afirmação da vida como “pura fluência sem forma”⁸, uma potência que é primeira em relação à morte, ao repouso e as formas estratificadas” (ALMEIDA, 2023, p.94). A vida, nesse sentido, não se manifesta em uma configuração orgânica, mas atua como uma potência de criação não formalizada, um plano de variação que se autoproduz na zona de indeterminação, no indiscernível, no ilimitado e no impessoal; uma “potência de vida que se espalha em todo o real (sem meio centralizador), como potência de variação contínua, de diversificação e de diferenciação que define a vitalidade da vida” (ALMEIDA, 2023, p. 94).

⁸ Mengue (1994) in: Almeida 2003, p. 94.

Para Almeida, no tópico “Regras imanentes e variabilidade”, a ideia de variação contínua em Deleuze é uma alternativa ao modelo científico de língua que se baseia na distinção língua/fala e que idealiza a língua como homogênea e uniforme. Esse modelo científico, segundo a autora, ignora a dimensão social da língua e sua variabilidade decorrente da inserção em um agenciamento complexo necessariamente social. Ela afirma (assim como está exposto na discussão sobre os “Postulados da Linguística), que ideia de variação contínua parte das variáveis da língua para colocá-las em variação contínua, construindo regras facultativas em vez de categóricas, e trata os elementos pragmáticos, estilísticos e prosódicos não mais como traços secundários que devem ser eliminados, mas como elementos que contribuem para a variação da língua. Nesse sentido, a variação contínua propõe uma visão da língua como um sistema dinâmico e em constante transformação, uma “língua que gagueja cuja individuação incessante caminha em metaestabilidade em metaestabilidade⁹, como um sistema tenso, supersaturado, problemático, em variação contínua, em devir (ALMEIDA, 2023, pp. 94-95). Para Almeida

A grande questão das línguas, para Deleuze e Guattari, é o devir minoritário ou o trabalho contínuo da variação – a recusa das constantes – realizado pelas minorias que povoam a língua em relação a usos pretensamente constantes e maiores. Se há um potencial de criação e de revolução nas línguas, ele reside nestes procedimentos de minoração contínua, de variação, que impedem a homogeneização e a unificação. (...) o menor é aqui a mais alta potência de uma língua, a língua elevada a sua potência de bifurcação, ao seu máximo tremor e intensidade (ALMEIDA, 2003, p. 105).

A autora ainda destaca que a ideia de variação contínua de Deleuze no âmbito linguístico está relacionada à teoria da variação linguística desenvolvida por William Labov, que propõe uma concepção da língua como um sistema variável e em constante mudança, e que considera que as regras linguísticas devem ser formuladas levando em conta a variação inerente dentro de uma comunidade linguística, ao invés de meramente como uma observação factual. Para Labov, a variação linguística é uma forma de resistência às formas de poder que tentam impor uma língua única e homogênea, e que produz novas formas de expressão e de identidade. Deleuze “parece querer mostrar que, a partir de Labov, a linguística teria condições de caminhar para as suas regiões de não-equilíbrio, para uma concepção de língua em devir, da qual a variabilidade inerente de Labov parece ser um bom presságio”

⁹ Referência a Gilbert Simondon, que cunhou o conceito de metaestabilidade ou equilíbrio metaestável para tratar da individuação.

(ALMEIDA, 2003, p. 99). No entanto, a autora argumenta que o trabalho de Deleuze vai além do trabalho de Labov no que concerne à variação contínua, visto que a ideia de variação contínua proposta por Deleuze parte das próprias variáveis da língua para colocá-las em variação contínua, construindo regras facultativas em vez de categóricas, e tratando os elementos pragmáticos, estilísticos e prosódicos não mais como traços secundários que devem ser eliminados ou valorizados, mas como elementos que contribuem para a variação da língua. Em Deleuze, “a língua é pensada como uma linha de criação contínua que se alonga, sem princípio nem fim, em direção às possibilidades inexploradas (ALMEIDA, 2003, pp. 98-99).

Relembremos aqui como Deleuze e Guattari inicia a discussão das variantes em “Postulados da linguística”, que é através de uma oposição que envolve Chomsky e a pragmática de Labov:

Que toda língua seja uma realidade compósita essencialmente heterogênea, os linguistas o sabem e o afirmam; mas esta é uma observação de fato. Chomsky exige somente que se trace, dentro desse conjunto, um sistema homogêneo ou padrão como condição de abstração, de idealização, tornando possível um estudo científico de direito. Não se trata, então, de se ater a um inglês padrão, pois, mesmo quando estudar o black-english ou o inglês dos guetos, o linguista se achará na obrigação de destacar um sistema padrão que garanta a constância e a homogeneidade do objeto estudado (nenhuma ciência poderia proceder diferentemente, diz-se). Chomsky finge acreditar que Labov, quando afirma seu interesse pelos traços variáveis da linguagem, se instala assim em uma pragmática de fato, exterior à linguística. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.38)

Para Labov, as normas linguísticas devem levar em conta a variabilidade inerente/imanente à comunidade linguística, reconhecendo que uma regra nem sempre se aplica de maneira uniforme. Ao enfatizar as linhas de variação inerente, Labov rejeita a prática comum na linguística de classificar variantes em sistemas distintos ou de colocá-los fora da estrutura, porque a variação em si é o foco central. Isso implica em compensar a relação entre estrutura e variação, e considerar a variação como parte integrante da própria estrutura da linguagem. A variabilidade imanente, assim, se refere à ideia de que a variação linguística é uma característica intrínseca dos sistemas linguísticos, e não um fenômeno externo ou acidental. DG dizem que

Quando ele destaca linhas de variação-inerente, não vê nestas simplesmente 'variantes livres' que se refeririam à pronúncia, ao estilo ou aos traços não-pertinentes, estando fora do sistema e deixando subsistir a homogeneidade do sistema; mas tampouco uma mistura de fatos entre dois sistemas na qual cada um seria homogêneo por sua conta, como se o locutor passasse de um a outro. Ele recusa a alternativa na qual a linguística quis se instalar: atribuir variantes a sistemas diferentes, ou antes remetê-los para alguém da estrutura.

É a própria variação que é sistemática, no sentido em que os músicos dizem 'o tema é a variação (DELEUZE; GUATTARI, MP2, 2011, p. 38).

A variação inerente deve ser vista como um aspecto sistemático da linguagem, em vez de ser atribuída a sistemas diferentes ou remetida para além da estrutura. Labov percebe a variação linguística como um elemento inerente e essencial que permeia todos os sistemas a partir de seu núcleo, dando-lhes a capacidade de se autoalimentar ou pular para novas direções, evitando-se o fechamento e o isolamento autoreferencial, ou se tornarem uniformes por definição.

Para os autores, Labov, na variação, percebe um elemento essencial que influencia cada sistema de dentro, fazendo-o seguir ou avançar através de sua própria potência, evitando que ele se feche em si mesmo ou se torne homogêneo. As variações que Labov considera são diversificadas, englobando aspectos fonéticos, fonológicos, sintáticos, semânticos e estilísticos. Segundo eles, não seria correto afirmar que Labov ignora a distinção entre direito e fato, ou entre linguística e estilística, sincronia e diacronia, traços pertinentes e não pertinentes, competência e performance, ou a gramaticalidade da língua e a agramaticalidade da fala. Embora haja o risco de fixar as posições de Labov, pode-se dizer que ele sugere uma redistribuição diferente do fato e do direito, e uma concepção alternativa do próprio direito e da abstração (MP2, 2011, p.38).

A respeito da pragmática de Labov (colocando este argumento novamente), Deleuze e Guattari se perguntam se não seria insuficiente a distinção abstrata e arbitrária desses dois sistemas, uma vez que “a maioria das formas só se relaciona a um ou a outro sistema pelos acasos dessa ou daquela sequência”. Para eles, todo sistema está em variação, definido por uma variação que é sempre imanente, contínua e regulada de modo muito específico (regras variáveis ou facultativas). Numa questão eles reforçam o status dessa linha de variação contínua que atravessa a língua:

Como conceber essa variação contínua que trabalha, de dentro, uma língua, mesmo se devemos sair dos limites aos quais se fixa Labov, e das condições de cientificidade que a linguística invoca? Em um mesmo dia, um indivíduo passa constantemente de uma língua a outra. Sucessivamente, falará como “um pai deve fazê-lo”, depois como um patrão; com a amada, falará uma língua infantilizada; dormindo, mergulha em um discurso onírico, e bruscamente volta a uma língua profissional quando o telefone toca. Objetar-se-á que essas variações são extrínsecas, e que o que ele usa não deixa de ser a mesma língua. Mas afirmá-lo é prejudicar o que está em questão. Pois, por um lado, não é certo que seja a mesma fonologia, nem a mesma sintaxe, a mesma semântica. Por outro, toda questão é a de saber se a língua considerada a mesma se define por invariantes ou, ao contrário, pela linha de variação contínua que a perpassa (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.39).

Ao contrário do que afirmaram alguns linguistas - que a mudanças linguísticas ocorrem por modificação gradual de sua frequência, por coexistência ou continuidade de usos diferentes -, Deleuze e Guattari identificam uma real dimensão variante da língua, na qual a variação contínua é a norma e não a exceção. Eles afirmam, por exemplo, que em um único dia, um indivíduo pode mudar de uma forma de fala para outra, dependendo do contexto e das pessoas envolvidas. Esta alternância pode parecer somente uma variação superficial da mesma língua, mas os autores sustentam que cada uso possui características únicas em termos de fonologia, sintaxe e semântica. Para os autores, determinado enunciado “não é o mesmo enunciado se for dito por uma criança diante de seu pai, por um apaixonado diante de sua amada, por uma testemunha diante de um tribunal” (MP2, 2011, p.39).

Para Deleuze e Guattari, existem tantos enunciados quantas efetuações houverem. O conjunto de enunciados está presente na efetuação de cada um deles, mesmo que a linha de variação seja virtual, é real, ainda que não seja atual. Por isso, a linha de variação é contínua, independentemente dos saltos do enunciado. Em outras palavras: Deleuze e Guattari (MP2, pp. 39-40) afirmam que o virtual e o real não se opõem, mas sim que a realidade do criativo é o que se opõe à determinação atual das relações constantes. Ou seja, a variação contínua é uma característica da linguagem que envolve a criação constante de novas formas e significados, que não se limita a uma identidade fixa ou a uma essência imutável. O virtual, nesse sentido, deve ser entendido como as possibilidades inexploradas da linguagem, que fazem parte da máquina abstrata da linguagem e que devem ser compreendidas como potencialidades. O real, por sua vez, é a atualização dessas potencialidades/possibilidades na variação contínua das variáveis da linguagem.

Nas palavras de Deleuze e Guattari, colocar a língua em variação contínua seria

fazer passar o enunciado por todas as variáveis — fonológicas, sintáticas, semânticas, prosódicas — que podem afetá-lo no mais breve instante de tempo (o menor intervalo). Construir o continuum de “Eu juro!” com as transformações correspondentes. Este é o ponto de vista da pragmática; mas esta se tornou interior à língua, imanente, e compreende a variação de quaisquer elementos linguísticos (...) Não se confundirá a variação contínua com o caráter contínuo ou descontínuo da própria variável: palavra de ordem, variação contínua para uma variável descontínua... Uma variável pode ser contínua em uma parte de seu trajeto, depois pular ou saltar sem que sua variação contínua seja por isso afetada, impondo um desenvolvimento ausente como uma "continuidade alternativa", virtual e entretanto real (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.40).

Considerando isso, a ideia de colocar a língua em variação contínua diz respeito a um procedimento que explora e compreende todas as variáveis linguísticas que podem afetar um enunciado em um curto espaço de tempo. Isso implica considerar não apenas aspectos fonológicos, sintáticos e semânticos, mas também elementos prosódicos que podem influenciar a expressão linguística. Ao mencionar a construção do *continuum* de um enunciado específico, como "Eu juro!", o autor sugere a aplicação prática dessa abordagem, destacando o ponto de vista pragmático. Além disso, destaca-se a ideia de que a pragmática se tornou interior à língua, imanente, o que implica que as considerações pragmáticas estão intrinsecamente integradas ao próprio sistema linguístico. Mas é preciso evitar certos riscos neste contexto. Ou seja, a constante não contradiz a variável. Esses dois termos se referem a duas abordagens diferentes para entender a língua. As chamadas regras fixas ou obrigatórias estão associadas às ditas constantes, ao passo que as regras flexíveis ou opcionais estão mais alinhadas com a variável contínua. Para Deleuze e Guattari, às vezes, podemos cair na armadilha de tratar as constantes e as variáveis como se fossem entidades separadas que existem lado a lado, o que não é realmente verdade. As constantes que identificamos na linguagem são, na verdade, derivadas das variáveis. Em outras palavras, aquilo que percebemos como um aspecto fixo ou estável da língua é, na verdade, apenas uma forma simplificada ou estabilizada de uma variável que está em constante mudança (MP2, p. 52- 53).

Recorrendo à literatura, Deleuze e Guattari citam como exemplo a linha dos três processos de Kafka - "(...) o processo de pai, em família; o processo de noivado, no hotel; o processo de tribunal". Para eles, nossa tendência é sempre recorrer a uma espécie de redução que a tudo explica "pela situação da criança face a seu pai, ou a do homem em relação à castração, ou a do cidadão em relação à lei", destacando uma "pseudo-constante de conteúdo, o que não vale mais do que extrair uma pseudo-constante de expressão" (MP2, p. 40). Por em variação nos faz escapar desses perigos, por isso o alerta anterior de que não se deve confundir a variação contínua com o caráter contínuo ou descontínuo que é peculiar à própria variável.

Deleuze e Guattari, analisando essa questão pelo viés da música, afirmam que é importante notar que uma constante ou uma invariante só podem ser definidas por sua função de centro, "como um sistema centrado, codificado, linear, de tipo arborescente" (MP2, p. 40). Eles afirmam que no sistema tonal da música, centros organizadores dotados de estabilidade direcionam a forma musical de maneira linear

e arborescente. Embora o “modo” menor adicione uma qualidade evasiva, mantendo uma potência descentrada, é o cromatismo temperado que traz maior complexidade. Este amplia a influência do centro, mas também prepara a dissolução do princípio central, substituindo formas fixas por uma transformação contínua. Foi por isso que compositores como Beethoven começaram a liberar a variação, identificando-a com a criação, mas foi o cromatismo generalizado que realmente revolucionou a abordagem, afetando todos os aspectos do som, de modo que revelou uma complexidade em que até mesmo forças não sonoras tornaram-se audíveis (MP2, p.40-41).

A relevância do papel central desempenhado por estas invariantes, porém, não está na sua permanência ou duração, mas sim na sua capacidade de estruturar e organizar a música. Em outras palavras, mesmo se estas constantes (que podem ser certos tons, intervalos, acordes ou padrões rítmicos que fornecem um “centro” ou “âncora” para a estrutura global da peça) aparecem de forma breve ou irregular, elas ainda podem desempenhar um papel crítico em definir a identidade e a estrutura de uma peça musical. No entanto, o cromatismo, que é o uso de notas que não estão na escala diatônica (a escala “normal” da música ocidental) torna-se o elemento criativo e inovador e expansivo. Este elemento pode expandir o centro tonal para tons mais distantes, promovendo uma desagregação do princípio central, substituindo formas centrais por um desenvolvimento contínuo de uma forma que está constantemente se dissolvendo e se transformando. Para Deleuze e Guattari (MP2, p. 41), quando a música faz variar todos os seus componentes de forma contínua, ela se transforma em um sistema que vai além da linearidade, mais comparável a um rizoma do que a uma árvore. Nessa concepção, “a música se coloca a serviço de um *continuum* cósmico virtual, onde até mesmo as lacunas, os silêncios, as interrupções e cortes são componentes integrais”.

Deleuze e Guattari, embora ressalve que a música não seja uma linguagem e que os componentes sonoros não devem ser tomados como traços pertinentes da língua, afirmam que não há nenhuma necessidade de correspondência entre elas e isso nem é desejável... “(...) não cessamos de pedir que se deixe em aberto o que está em questão, e que se recuse toda distinção pressuposta”. A distinção estabelecida pelos linguistas estruturalistas entre língua e fala pretendia excluir da linguagem todas as variáveis que realizam a expressão ou a enunciação. Para isso, recorrem a Jean-Jacques Rousseau e à sua proposta de relacionar voz e música, que teriam levado à outra direção toda a linguística. “A voz na música nunca deixou de ser

um eixo de experimentação privilegiado, jogando ao mesmo tempo com a linguagem e com o som” (MP2, 2011, p.42).

Colocar em variação contínua quaisquer elementos, segundo afirmam Deleuze e Guattari, pode trazer à existência novas diferenciações por meio de uma operação que se refere, no caso da língua, tanto à voz e à fala quanto à língua e à música. Reside aqui uma crítica às abordagens estruturais da língua:

A linguística em geral ainda não abandonou uma espécie de modo maior, um tipo de escala diatônica, um estranho gosto pelas dominantes, constantes e universais. Durante esse período, todas as línguas estão em variação contínua imanente: nem sincronia nem diacronia, mas assincronia, cromatismo como estado variável e contínuo da língua. Por uma linguística cromática, que dê ao pragmatismo suas intensidades e valores (DELEUZE; GUATTARI, MP2, 2011, p.44).

Outro ponto que Deleuze e Guattari trazem como relevante no procedimento da variação contínua (melhor discutido no próximo tópico) é a questão do estilo. Para os autores (MP2, 2011), o estilo é crucial no processo de colocar a língua em variação contínua, pois é através do estilo que um escritor ou artista cria “uma língua dentro de uma língua”. Esse estilo não é apenas uma expressão individual, mas uma enunciação que permite a variação contínua dos elementos linguísticos e não linguísticos, introduzindo uma pragmática interna na linguagem que transpõe a fronteira entre a linguística e a estilística. Assim, cada autor, com seu estilo único, dá origem a um cromatismo generalizado e a uma produção de velocidades e intervalos, criando uma nova forma de expressão que vai além das convenções da língua. Em “Postulados da linguística”, os autores citam autores como Kafka, Beckett, Gherasim Luca, Jean-Luc Godard que exemplificam esse procedimento. Porque para DG,

quando “fazemos com que” os elementos linguísticos sejam submetidos a um tratamento de variação contínua, quando introduzimos na linguagem uma pragmática interna, somos necessariamente levados a tratar da mesma maneira os elementos não-linguísticos, gestos, instrumentos, como se os dois aspectos da pragmática se reunissem, na mesma linha de variação, no mesmo *continuum* (DELEUZE; GUATTARI, MP2, 2011, p.44).

As obras desses autores apresentam, para Deleuze e Guattari, um procedimento de variação expresso em seu cromatismo exagerado e em sua produção de velocidades e de intervalos. A esse aspecto, David Lapoujade, acrescenta:

Como vão mais longe aqueles que chegam ao ponto em que a língua se desarticula, perde a sintaxe, suas regras de gramática, aqueles que fazem essa matéria intensiva ascender na língua, de tanta repetição, aqueles que repetem intensivamente uma mesma diferença e a fazem variar. Eles constroem verdadeiras séries intensivas nas quais cada termo reage sobre os precedentes (LAPOUJADE, 2015, p. 222).

Trata-se, no dizer dos autores, de uma “gagueira criadora”. Uma gagueira linguística que não é um mero defeito de fala, mas uma profunda variação que envolve todos os elementos da linguagem, criando uma nova forma de redundância. A luta entre a constante do verbo “ser” e a variável da conjunção “e” reflete essa tensão. Enquanto o verbo “ser” age como uma escala diatônica, a conjunção “e” coloca tudo em variação, formando linhas de cromatismo generalizado. É a ideia de ser um “estrangeiro” em sua própria língua, ser multilíngue em uma só língua, alcançando um estado de pureza e intensidade. A linguagem se torna secreta, intensiva e contínua, não por esconder algo, mas por transformar a forma de expressão. Esse efeito é alcançado através de sobriedade e subtração criadora, tornando a variação contínua uma espécie de experiência ascética. É uma exploração da linguagem que vai além do superficial, criando uma profundidade e complexidade que purifica e enriquece a expressão (MP2, 2011, p.45-46).

Essa “gagueira criadora” é fundamental na variação contínua da língua, porque representa uma reconfiguração dinâmica e intensiva dos elementos linguísticos e não linguísticos. É um meio de renovar e intensificar a linguagem, transformando-a em um contínuo de valores e intensidades que cria uma nova língua através do estilo, uma espécie de segredo aberto que “só pode ser alcançado através da sobriedade e subtração criadora” (MP2, p. 46).

Segundo Deleuze e Guattari, qualquer variável linguística pode ser posta em variação contínua virtual entre dois estados dessa variável, diferenciando-se, assim, dos linguistas para quem as mutações na língua só ocorrem nas constantes da língua ou devido a mudanças acumuladas na fala. Eles dizem que as linhas de variação ou de criação são parte da máquina abstrata. Sempre que uma linha de variação é traçada, variáveis de naturezas distintas, assintáticas, agramaticais e asemânticas são produzidas. A agramaticalidade, neste caso, é “a característica ideal da linha que coloca as variáveis gramaticais em estado de variação contínua” (MP2, p. 46). O agramatical, diz Julia Almeida (2003), tende ao assignificante, problematiza o tratamento circunstancialmente dominante, que privilegia os significantes do desejo territorializado, de modo que os mais ínfimos sinais de fuga e de desterritorialização trabalham, como signos de um outro regime, na superação dos signos significantes.

Conforme Deleuze e Guattari (MP2, p. 46-47), expressões atípicas na linguagem, como as do poeta Edward Estlin Cummings (*he danced his did; they went their came/ele dançou seu fez ou ele dançou o que fez; eles foram seu veio ou eles*

seguiram o que veio), não são simplesmente variações derivadas de formas gramaticais corretas, mas são, na verdade, instigadoras da variação. Essas expressões atípicas desafiam as constantes da língua, colocando-as em um estado de variação e servindo como *tensores*, que esticam a língua em direção a seus limites, além do convencional. Este “tensor” opera uma “transitivização” da frase, garantindo um tratamento intensivo e cromático da linguagem. Dessa forma, o *tensor* sustenta a variação contínua da língua, ao mesmo tempo que se distancia tanto de constantes como de variáveis, ocupando uma posição central e pragmática essencial nos arranjos de enunciação e nos discursos indiretos. Para eles,

Uma expressão tão simples como *e...* pode representar o papel de tensor através de toda a linguagem. Nesse sentido, o *e* é menos uma conjunção do que a expressão atípica de todas as conjunções possíveis que coloca em variação contínua. Eis porque o tensor não se deixa reduzir nem a uma constante nem a uma variável, mas assegura a variação da variável, subtraindo a cada vez o valor da constante ($n-1$). Os tensores não coincidem com qualquer categoria linguística; são, entretanto, valores pragmáticos essenciais aos agenciamentos de enunciação bem como aos discursos indiretos (MP2, p. 47).

Os tensores desempenham um papel crucial na variação contínua da linguagem, representando expressões atípicas e instigando variações, não se limitando a constantes ou variáveis, mas provocando a variação das próprias variáveis, sendo essenciais para os valores de enunciação.

Para Deleuze e Guattari (MP2, 1995/2011), a variação contínua na linguagem é um processo intrinsecamente criativo, não apenas circunscrito à poesia, à infância ou à loucura, mas um fenômeno vital na dinâmica do uso da linguagem em todas as suas expressões. A “máquina abstrata” que eles conceituam (vale dizer mais uma vez) não é um conjunto fixo e inalterável de regras linguísticas, mas uma entidade singular e virtual-real, cujas “regras” são variáveis e sujeitas à incessante transformação - mais semelhantes a estratégias adaptativas em um jogo, onde cada jogada redefine a estrutura do jogo. O agenciamento de enunciação trabalha em conjunto com a máquina abstrata, atuando como um intérprete e negociador de variáveis, articulando as relações entre estas variáveis de acordo com as linhas de variação traçadas pela máquina abstrata. A “resistência” ou “inércia” que percebemos nas normas linguísticas não é um antagonismo à máquina abstrata, mas uma manifestação do processo de negociação e adaptação do agenciamento de enunciação, que seleciona e configura as “constantes” em resposta à dinâmica de variação. A variação contínua é, portanto, um processo inerente à vida linguística, onde a máquina abstrata e o agenciamento

de enunciação trabalham conjuntamente, dando origem a um *continuum* linguístico de fluxos e transformações, impossível de ser demarcado em dicotomias simples como coletivo/individual ou constante/variável.

3.1.1 A variação contínua e a Literatura Menor de Franz Kafka

“Subtrair e colocar em variação, diminuir e colocar em variação, é uma só e mesma operação”. É assim que Deleuze e Guattari relacionam a noção de menor/minoria (e suas remissões literárias, musicais, políticas, linguísticas, jurídicas etc.) com a ideia de variação contínua. Para esses autores, “o problema não é o de uma distinção entre língua maior e língua menor, mas o de um devir, de um devir-menor da língua maior, de um tratamento menor da língua padrão” (MP2, pp. 54-55). A questão, então, é a seguinte:

Cada um deve encontrar a língua menor, dialeto ou antes idioleto, a partir da qual tornará menor sua própria língua maior. É em sua própria língua que se é bilíngue ou multilíngue. Conquistar a língua maior para nela traçar línguas menores ainda desconhecidas. Servir-se da língua menor para por em fuga a língua maior. O autor menor é o estrangeiro em sua própria língua. Se é bastardo, se vive como bastardo, não é por um caráter misto ou mistura de línguas, mas antes por subtração e variação da sua, por muito ter entesado tensores em sua própria língua (MP2, p. 55).

Ao utilizar o idioma menor, um “autor menor” pode desafiar e remodelar a língua dominante, tornando-se, portanto, um estrangeiro em sua própria língua, não devido a um caráter misto, mas sim por subtração e variação, por esticar e torcer sua própria linguagem de formas inovadoras. Também, conforme nos alerta os autores, é importante estar ciente de que “não existe devir majoritário, a maioria não é nunca um devir. (...) Só existe devir minoritário. Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada” (MP2, 2011, pp. 55-56).

Há um “fato” majoritário, mas é o fato analítico de Ninguém que se opõe ao devir-minoritário de todo o mundo. É por isso que devemos distinguir: o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo. O problema não é nunca o de obter a maioria, mesmo instaurando uma nova constante (MP2, 2011, p. 56).

É nesse sentido, que as mulheres, independentemente de quantas sejam, constituem uma minoria, podendo ser consideradas um estado ou subgrupo (em comparação com a constante padrão capitalista); porém, sua existência promove uma

transformação, um devir-mulher, que não é exclusivamente delas, mas que envolve tanto homens quanto mulheres. Analogamente, as línguas minoritárias não são simplesmente subdiomas, idioletos ou dialetos, mas catalisadores que instigam a língua dominante a se transformar, assumindo um caráter minoritário em todas as suas características e elementos. Desta forma, é possível distinguir as línguas minoritárias, a língua dominante, e o processo de transformação para o minoritário da língua dominante (MP2, p. 56). Para Deleuze e Guattari (vale citar mais uma vez este trecho)

Há, portanto, uma figura universal da consciência minoritária, como devir de todo o mundo, e é esse devir que é criação. Não é adquirindo a maioria que se o alcança. Essa figura é precisamente a variação contínua, como uma amplitude que não cessa de transpor, por excesso e por falta, o limiar representativo do padrão majoritário. Erigindo a figura de uma consciência universal minoritária, dirigimo-nos a potências de devir que pertencem a um outro domínio, que não o do Poder e da Dominação. É a variação contínua que constitui o devir minoritário de todo o mundo, por oposição ao “Fato majoritário de Ninguém” (MP2, 2011, 56-57).

A análise de Deleuze e Guattari sobre a obra de Kafka, em *Kafka - para uma literatura menor* (1975), revela como a variação contínua na língua pode funcionar como procedimento estratégico de resistência e, ao mesmo tempo, de criação de novas possibilidades de expressão. A variação contínua é um processo pelo qual a linguagem se torna desterritorializada, se desvia do significado e da representação estabelecidos e se transforma continuamente em novas formas de expressão – “Só acreditamos numa *experimentação* de Kafka, sem interpretação nem significância” (KLM, 2002, pp. 25-26). Trata-se de um uso minoritário da linguagem que cria o novo, o diferencial, o não padronizado, que ultrapassa o universo das significações abstratas universais. Ou seja, eles veem a obra de Kafka como uma reação à dominância cultural e linguística, que explora temas e estilos que são marginalizados ou negligenciados pelo convencional; um devir-minoritário como forma de resistir à lógica do capitalismo, que tende a uniformizar e a controlar os fluxos de desejo; a criação de movimentos que rompem com as estruturas e os códigos estabelecidos.

A escrita de Kafka é uma linha de saúde à língua, uma busca de libertar a vida daquilo que a aprisiona. É justamente essa dimensão que Deleuze e Guattari veem em Kafka (bem como outros escritores presentes em suas obras). Roberto Machado afirma que para Deleuze,

Escrever é uma tentativa de libertar a vida daquilo que a aprisiona, é procurar uma saída, encontrar novas possibilidades, novas potências da vida. Pois,

em continuidade com sua concepção do exercício do pensamento, ou do que significa pensar, a criação artística é, para ele, o ato de tornar visível o invisível, tornar audível o inaudível, tornar dizível o indizível – ou, para formular essa ideia em toda a sua abrangência, tornar pensável o impensável (MACHADO, 2013, p. 22).

É a “ideia de que a literatura é uma atividade clínica ou de que o artista é mais um médico que um doente, médico de si próprio e do mundo, (...) ele um diagnosticador, um sintomatologista que faz da obra de arte portadora de sintomas” (MACHADO, 2013, p. 217).

O livro *Kafka - para uma literatura menor* (1975) também é uma obra em que DG buscam compreender a singularidade da escrita de Franz Kafka, um dos maiores escritores do século XX. Os autores afirmam que Kafka é um escritor menor, que utiliza na sua criação literária procedimentos de uma literatura menor, como a desterritorialização, a agenciamento coletivo de enunciação e a variação contínua. Na verdade, Deleuze e Guattari apontam, primeiramente três categorias importantes de uma literatura menor: “a desterritorialização da língua, a ligação do individual com o imediato político, o agenciamento coletivo de enunciação” (KLM, 2002, p. 45).

O coeficiente de desterritorialização diz respeito ao fato de que uma literatura menor não é escrita em uma língua menor, mas na língua que uma minoria molda dentro de uma língua maior. Kafka era um judeu de Praga que escrevia em alemão, e assim, estava em um impasse linguístico e cultural. Ele era incapaz de não escrever, pois a expressão literária era um meio essencial de articulação da consciência nacional. Ao mesmo tempo, ele era incapaz de escrever em alemão, a língua da minoria opressora, porque esta língua estava desterritorializada, ou seja, desconectada das massas, sendo mais um artefato ou “língua de papel”. Ainda assim, também era impossível para ele escrever de outra maneira, pois o alemão era a língua disponível para ele, apesar de seu distanciamento da “territorialidade primitiva” tcheca. A língua que ele usa é duplamente desterritorializada: por um lado, o alemão é alienado da maioria da população tcheca; por outro lado, é alienado dos próprios judeus que o utilizam, uma vez que eles são marginalizados e excluídos pela população alemã dominante (KLM, 2002, pp. 38-39).

Em contraste com as “grandes” literaturas, onde questões individuais (como relações familiares ou conjugais) são situadas dentro de um contexto social mais amplo, na literatura menor, todas as questões individuais são diretamente relacionadas à política. De acordo com Deleuze e Guattari, em uma literatura menor,

o espaço narrativo é limitado e cada elemento individual é indispensável e necessário porque cada história individual está intimamente ligada a uma história maior e mais ampla - a história política. Isso significa que as questões pessoais e familiares não são apenas dramas individuais, mas representações de tensões sociais, econômicas, burocráticas e políticas mais amplas. A vida privada é, portanto, vista como um espaço de ação política. Deleuze e Guattari afirmam que a tensão familiar entre pais e filhos na obra de Kafka não é uma questão pessoal, mas um programa político, refletindo conflitos sociais e políticos mais amplos (KLM, 2002, pp. 39-40).

A terceira característica da literatura menor, de acordo com Deleuze e Guattari, é o agenciamento coletivo de enunciação. Eles argumentam que, em uma literatura menor, a expressão individual não é isolada, mas faz parte de uma enunciação coletiva. O que o escritor diz individualmente é, de fato, uma ação comum e, portanto, é intrinsecamente político. Essa característica da literatura menor é benéfica, pois permite a concepção de algo que não seja uma literatura de “mestres”. Em outras palavras, a literatura menor não é o produto de um ou alguns talentos notáveis, mas o resultado de uma enunciação coletiva, o que significa que a literatura menor serve como uma expressão do coletivo, e como tal, tem um forte componente político. O “K” em Kafka, segundo DG, não se refere a um narrador ou personagem individual, mas a um “agenciamento muito mais maquínico, um agente muito mais coletivo”. Isso significa que a obra de Kafka é vista como uma expressão do coletivo, uma expressão das “forças diabólicas por vir” ou das “forças revolucionárias por construir” (KLM, 2002, 40-41).

O modo como Deleuze e Guattari desenvolve a ideia de um agenciamento coletivo de enunciação vai além da simples comunicação individual e atinge o núcleo da identidade coletiva e da expressão cultural. Até mesmo no contexto dos animais, a transformação de uma entidade individualizada para uma coletividade é vista como um processo poderoso desta transição:

O rato Josefina renuncia ao exercício individual do canto para fundir-se na enunciação coletiva da “inúmera multidão de heróis do [seu] povo”. Passagem do animal individuado à matilha ou à multiplicidade coletiva: sete cães músicos. Ou então, ainda nas *Pesquisas de um cão*, os enunciados do investigador solitário tendem para o agenciamento de uma enunciação coletiva da espécie canina, mesmo se esta coletividade já não existe ou ainda não é considerada como tal. Não há sujeito, *só há agenciamentos coletivos de enunciação* - e a literatura exprime esses agenciamentos, nas condições em que não são considerados exteriormente, e onde eles existem apenas como forças diabólicas por vir ou como forças revolucionárias por construir (KLM, 2002, p. 41).

Há, nesse procedimento, um processo de “expansão” linguística através da desterritorialização ou da variação contínua, no qual expressão individual cede lugar a uma “enunciação coletiva”, um agenciamento de vozes que constitui uma multiplicidade, onde a literatura desempenha um papel crucial ao dar voz a essas “forças diabólicas por vir” ou “forças revolucionárias por construir”.

A variação contínua, parte da dinâmica da existência, é um elemento intrínseco à literatura menor, um elemento de minoração da língua/linguagem. Isso se dá principalmente devido à natureza intrinsecamente disruptiva e rizomática da literatura menor, que está sempre em um estado de fluxo, de mudança e desterritorialização, em estado contínuo de diferenciação. No caso da obra de Kafka, a linguagem sofre de uma contínua desterritorialização, afastando-se de suas convenções tradicionais e normativas. Essa constante desterritorialização e reterritorialização da linguagem é a própria ideia de variação contínua - a linguagem está sempre em movimento, sempre se transformando, nunca estática. Além do mais, em literaturas menores, questões individuais são inevitavelmente políticas e, portanto, sujeitas a constantes mudanças e transformações, de modo que a variação contínua se torne um elemento intrínseco à forma como a experiência individual é retratada nessas literaturas. Também há que se considerar que a literatura menor, de acordo com Deleuze e Guattari, não é obra de um único autor mestre, mas um esforço coletivo que reflete a voz de uma comunidade ou grupo minoritário; é um agenciamento coletivo que está sempre em fluxo, sempre variando.

O estilo na literatura, entendido como uma variação contínua e uma forma de expressão particular, é, segundo Deleuze e Guattari (MP2, 2011), esse meio através do qual os escritores criam uma sublinguagem dentro de sua língua nativa. Ao invés de ver o estilo como um atributo individual e psicológico, os autores dizem que ele é um agenciamento coletivo de enunciação, que funciona como um potencial para criar novas línguas dentro de outras, para pôr a língua em variação contínua. Para eles, autores como Kafka, Beckett, Gherasim Luca, Jean-Luc Godard demonstram esta noção através de suas obras, visto que suas expressões estilísticas únicas, moldadas por contextos bilíngues ou multilíngues, revelam como o estilo, como um processo de variação contínua, pode criar uma linguagem distinta dentro da linguagem existente. Ao introduzir uma pragmática interna na linguagem e ao tratar os elementos linguísticos e não linguísticos de maneira variável, cria-se um *continuum*, uma linha de variação que desafia a fixidez da linguagem e gera novas formas de expressão. O

estilo, ao atuar como um procedimento de variação contínua, introduz intensidades e valores na linguagem, transformando-a em algo secreto e intensivo, e por fim, a linguagem se torna uma expressão de subtração criadora, quebrando um sistema de “variáveis constantes”, um sistema de comunicação estático e normativo.

A pragmática do estilo é uma das formas que Deleuze e Guattari usam para explicar o processo de variação contínua e minoração na/da língua. O estilo é tido como um fenômeno linguístico em que escritores que operam em línguas menores ou marginalizadas, como Kafka, exercem uma pressão criativa sobre a língua dominante, reduzindo as suas constantes e ampliando as suas variações para produzir um *continuum* de expressão linguística variável, o que resulta em uma nova expressão linguística rica e intensa, contradizendo a noção convencional de que línguas menores são linguisticamente pobres ou esgotadas. O estilo introduz uma pragmática de um *continuum* de variação e minoração da/na língua, como os autores observam em Kafka:

Kafka, judeu tcheco escrevendo em alemão, faz o alemão sofrer um tratamento criador de língua menor, construindo um *continuum* de variação, negociando todas as variáveis para, ao mesmo tempo, restringir as constantes e estender as variações: fazer gaguejar a língua, ou fazê-la "piar"..., armar tensores em toda a língua, mesmo a escrita, e extrair daí gritos, clamores, alturas, durações, timbres, acentos, intensidades. Assim como a sobrecarga é uma extensão das variações, para desenrolar um *continuum* que arrebatava todos os componentes (MP2, p. 53).

Essa questão se refere ao que DG chamam de “Restringir as constantes e estender as variações”, para refletir um processo criativo em línguas consideradas menores, no qual, através da limitação de elementos fixos (constantes) e a ampliação de mudanças e nuances - “fazer gaguejar a língua, ou fazê-la “piar”..., armar tensores em toda a língua, mesmo a escrita, e extrair daí gritos, clamores, alturas, durações, timbres, acentos, intensidades”, - é possível enriquecer a expressão linguística, contrariando a visão tradicional de que isso é empobrecimento linguístico e, ao mesmo tempo, favorecendo uma rica dinâmica de efeitos cambiantes e sobrecargas expressivas (MP2, p. 53).

De acordo com Roberto Machado (2015, p. 207), o estilo para Deleuze é uma “variação de variáveis e uma variação contínua que dá primazia à sintaxe”. O estilo, diz Machado,

é o que permite que o escritor crie uma língua estrangeira em sua própria língua, escreva em sua própria língua como se ela fosse uma espécie de língua estrangeira; (...). como uma nova sintaxe que possibilita que o escritor produza um devir-outro da língua, um "delírio" que a faz sair dos eixos, dos trilhos, que a faz escapar do sistema dominante. Assim, ele privilegia na

literatura o modo como o escritor decompõe, desarticula, desorganiza sua língua materna para inventar uma nova língua, uma língua marcada por um processo de desterritorialização. Como? Não pela mistura de línguas diferentes, mas por meio de uma construção sintática, da criação de novas potências sintáticas, gramaticais - seria ainda melhor dizer assintáticas, agramaticais - que lhe dê um uso intensivo, oposto ao uso significativo ou significante (MACHADO, 2015, p. 207).

Assim, o que interessa é capacidade de um escritor poder transformar sua língua nativa em uma “língua estrangeira” através de uma subversão de suas estruturas gramaticais, criando assim um “devir-outro da língua”, onde a língua escapa do domínio convencional, se reinventando por meio de uma desterritorialização, que prioriza um uso intenso e não convencional do idioma, em contraposição a um uso puramente significativo. “Abandona-se o sentido (a língua como ferramenta para transmitir o sentido das palavras e das metáforas), e mantém-se apenas um esqueleto ou uma silhueta de papel (KLM, p. 45)”, arma utilizada por Franz kafka para suas criações literárias.

Observemos um trecho no qual Deleuze e Guattari (KLM, 2002, pp. 45-46) procuram incluir detalhes desse procedimento:

Enquanto que o som articulado era um ruído desterritorializado que se reterritorializava, não obstante, no sentido, agora é o som que se vai desterritorializar sem compensação, de maneira absoluta. O som ou a palavra que atravessam esta nova desterritorialização não são uma linguagem sensata, se bem que dela derivem, e também não são uma música ou um canto organizado, apesar do efeito que fazem transparecer. Observámos o pio de Gregório que baralhava as palavras, o assobio do rato, a tosse do macaco, assim como o pianista que não toca, a cantora que não canta mas que faz surgir do seu canto aquilo que ela não canta, os cães músicos, cada vez melhores quanto menos música produzirem no seu próprio corpo. A música organizada é atravessada por todo o lado por uma linha de abolição, como a linguagem sensata por uma linha de fuga, a fim de libertar uma expressiva matéria viva que fala por si e que já não necessita de ser formada. Essa linguagem arrancada ao sentido, conquistada ao sentido, produzindo uma neutralização cativa do sentido, só encontra a direção na tônica da palavra, numa inflexão: Só vivo por vezes no interior de uma palavrinha em cuja inflexão perco por instantes a minha cabeça inútil.

É o processo de variação contínua promovendo uma desterritorialização absoluta do som ou a palavra, que abandonam o sentido convencional e a forma organizada, para se transformarem em uma expressão viva que fala por si mesma, cuja direção é encontrada não no sentido, mas na tônica da palavra, em sua inflexão, libertando uma matéria expressiva que transcende a necessidade de formação estruturada.

O bloqueio à interpretação e à significação é um dos primeiros princípios de variação contínua apontados por DG na obra de Kafka. Ao introduzir o rizoma através

do princípio das entradas múltiplas na/da obra de Kafka, os autores arrastam tudo para uma espécie de “entre”, para o que eles chamam de *intermezzo*, uma zona sem começo e sem fim, que só se torna possível se variar continuamente. Esse “princípio das entradas múltiplas só impede a entrada do inimigo, o *significante*, e as tentativas para interpretar uma obra que, de facto, só propõe a experimentação” (KLM, 2003, p. 19).

“Como é que se entra na obra de Kafka? É um rizoma, uma toca, esta obra”. Deleuze e Guattari dizem que uma toca ou um rizoma, diferentemente de uma árvore, não tem início ou fim claro, nem hierarquia de partes; todas as entradas e saídas são igualmente importantes e interconectadas. Cada entrada pode oferecer uma visão única da obra, mas nenhuma é definitiva ou completa por si só. “O Castelo” e “América”, dizem eles, possuem múltiplas entradas e saídas. Cada entrada não é mais válida ou privilegiada do que outra; todas coexistem de forma interconectada, assim como os pontos de um rizoma. Já a *Toca*, na novela com o mesmo nome, é usada para destacar como as obras de Kafka podem ser enganosas em sua aparência de simplicidade. Embora pareça ter apenas uma entrada, a história revela a existência de outras entradas possíveis, mostrando apenas princípios de experimentação (KLM, 2003, p. 19).

A proliferação de fotografias na obra de Kafka, a reunião de dois elementos - a forma de conteúdo “cabeça inclinada” e a forma de expressão “retrato-fotografia” – criam, segundo DG, um “bloqueio funcional” ou “neutralização do desejo experimental”, um impasse. Até mesmo esse impasse - uma situação aparentemente sem solução ou progresso, aspecto enigmático e inescrutável - pode ser valioso se puder fazer parte do rizoma. Para os autores,

Estes dois elementos, o retrato ou a fotografia, a cabeça descaída e inclinada, com graus de autonomia variáveis, são constantes em Kafka. Fotografia dos pais em América; retrato da dama em casaco de peles na *Metamorfose* (aí, é a mãe verdadeira que tem a cabeça reclinada, e o pai verdadeiro a libré de porteiro). Proliferação de fotografias e de retratos no “Processo”, desde o quarto da menina Bürstner até ao atelier de Titorelli. Aparece constantemente a cabeça inclinada que já não se consegue erguer, ora nas cartas, ora nos *Cadernos* e no *Diário*, ora nas novelas, ou mesmo no *Processo* em que os juízes têm as costas dobradas contra o teto, uma grande parte da assistência, o carrasco, o padre... (KLM, 2003, p. 26).

Esses elementos (retratos e figuras de cabeça inclinada, desejo bloqueado/reprimido, memórias infantis, impasses etc.), constantes em várias obras de Kafka, como explica DG (que também indicam pontos de entrada ou portais para os textos de Kafka), põem os aspectos da linguagem num *continuum* de variação. “O

problema: não ser absolutamente nada livre, mas encontrar uma saída, ou então, uma entrada, um lado, um corredor, uma adjacência, etc”. A questão também é que “uma máquina de Kafka é constituída por conteúdos e expressões formalizadas a diversos graus, assim como por matérias não formadas que nela entram e saem, e que passam por todos os estados”, por protocolos de experimentação, de minoração, de variação contínua, de rizoma (KLM, 2003, p. 26).

Deleuze e Guattari não se interessam por linhas de significação, por estruturas, arquétipos, por oposições formais ou homogeneizações em Kafka. Este tampouco se interessa por isso. Antes, se interessam por linhas de variação contínua que permitam protocolos de pura experimentação, de linhas que bloquem a representação significativa:

não procuramos associações ditas livres (é conhecido o triste destino destas, levando-nos sempre à recordação da infância, ou pior ainda, ao fantasma, não porque elas fracassem mas porque está compreendido no princípio da sua recôndita lei). Também não procuramos interpretar, nem dizer que isto quer dizer aquilo. Mas procuramos, sobretudo, muito menos uma estrutura, com oposições formais e significante feito de antemão. (...) Porque nós não enxergamos qualquer diferença entre todas essas coisas (quem pode afirmar a diferença que há entre uma oposição diferencial estrutural e um arquétipo imaginário cuja propriedade é a de diferenciar-se?). Só acreditamos numa política de Kafka, que não é imaginária nem simbólica. Só acreditamos numa ou em muitas máquinas de Kafka, que não são nem estrutura nem fantasma. Só acreditamos numa experimentação de Kafka, sem interpretação nem significância, mas apenas protocolos de experiência (KLM, 2003, pp. 25-26).

Para Deleuze e Guattari a busca por interpretações simbólicas ou estruturais na obra de Kafka tanto reduzem a potência do seu trabalho como não é pertinente com as criações literárias desse autor. Eles, entretanto, se concentram na *experimentação* de Kafka, entendendo a sua obra como um conjunto de *protocolos de experiência*, e na sua política, que é distinta de quaisquer representações simbólicas ou imaginárias.

Deleuze e Guattari reconhecem a existência de “máquinas de Kafka”, que não são construções estruturais ou fantasmagóricas, mas expressões de suas experimentações e políticas únicas, essa “máquina de expressão não formada que age sobre os outros termos”. O que interessa a Kafka, bem como a eles próprios, é uma pura matéria intensa, variando continuamente para a sua própria abolição, é o “desterritorializado”, grito que escapa à significação, à composição, ao canto, à palavra; o que lhes interessam são as linhas de escape à sujeição e ao demasiado significativo; é o rizoma; é a política de minoração através variação contínua – “esse

continuum virtual da vida, elemento essencial ou real por trás do cotidiano” (DELEUZE; GUATTARI, 2003; 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa investigamos uma compreensão de língua que ultrapassa o modelo de regras fixas e universais que compõem uma língua maior, isto é, um enfoque linguístico que demonstra que uma língua pode se efetuar em “modo menor”, em “variação contínua”; e intentamos revelar a relevância disso no domínio dos estudos linguísticos. Isso porque, observamos que no contexto atual das discussões linguísticas, ainda estamos imersos na influência da linguística estruturalista saussuriana, que enfatiza uma concepção de “língua maior”, associada ao poder. Consideramos, nesse sentido, as sugestões de Deleuze e Guattari para que a língua passe de um modo maior, esse objeto dos estudos linguísticos estruturalistas, para um modo menor, enfatizando linhas de fuga que a desterritorialize e a mantenha em vias de variação contínua, como proposto no platô *20 de novembro de 1923 - Postulados da linguística*.

No decurso da investigação, percebemos que a crítica feita à linguística estrutural por esses autores no platô “postulados da linguística” pode ser considerada, dentre muitas direções, como um caminho/movimento para se pensar a linguagem/língua em um espaço do molecular, espaço do “menor” e da variação contínua. Deleuze e Guattari discutem e desconstroem certos aspectos da linguística estrutural ao mesmo tempo que introduzem e articulam conceitos que constituem verdadeiros movimentos de desterritorialização na língua. Eles criam, através do conceito de variação contínua, uma linha que permite um deslizamento da língua/linguagem do estatuto das estabilizações da linguística com seu vínculo ao pensamento da representação para uma zona linguística de intensa, na qual a forma de expressão e a forma de conteúdo entram em pressuposição recíproca. Essa linha, que promove uma desterritorialização absoluta, é um movimento que impede a linguística de fechar a língua sobre si, ao tomar os enunciados pelos significantes e as enunciações pelo sujeito.

Para isso, inicialmente nos deparamos com uma exposição da ideia de estrutura e de sua importância para o pensamento estruturalista. Destacamos

elementos dos trabalhos de Ferdinand de Saussure e Louis Hjelmslev, ambos teóricos linguistas cujas contribuições moldaram as perspectivas de Deleuze e Guattari sobre questões linguísticas. Destacamos, entre várias considerações, que a abordagem linguística de Louis Hjelmslev se alinha de maneira mais coerente com o pensamento de Deleuze e Guattari, incorporando seus conceitos de multiplicidade e rizoma, além de proporcionar uma base mais adequada para explorar as noções de agenciamento e de variação contínua, fundamentais para sua filosofia. Enquanto a teoria de Saussure se baseia na noção de valor, que presume uma relação binária e negativa entre os signos, negligenciando a dimensão positiva e múltipla do sentido, a teoria de Hjelmslev, denominada semiótica por DG, permite conceber o sentido como um processo dinâmico e diferencial, que se realiza nas diversas formas de expressão e conteúdo, escapando das restrições impostas pela estrutura da língua.

Na apresentação do platô *20 de novembro de 1923 - Postulados da Linguística*, destacamos a crítica feita por Deleuze e Guattari à linguística tradicional, cuja concepção eles veem como uma forma de legitimação de poder. Eles afirmam que a linguística tradicional é baseada na noção de que a língua é um sistema de signos (estruturais) de natureza binarizante que representam realidades do/no mundo. Essa noção, de acordo com esses autores, é falsa e alienadora. Por isso, eles desenvolvem uma série de conceitos que são inseridos e articulados no âmbito da discussão linguística com o objetivo tanto de escapar de todo um legado do pensamento estrutural e representacionista, quanto do estatuto da palavra de ordem, para atingir uma dimensão político-molecular da linguagem que se efetua no espaço do “menor” e da variação contínua.

Nesse contexto também discutimos o conceito de palavra de ordem. Deleuze e Guattari dizem: “a linguagem não é a vida; dá ordens à vida. A vida não fala; ela escuta e espera” (MP2, p. 13). Observamos a vida responder a tendência da linguagem de amarrá-la em suas ordens, de processar subjetivações e de montar identidades. “Na palavra de ordem”, dizem Deleuze e Guattari, “a vida deve responder à resposta da morte, não fugindo, mas fazendo a fuga agir e criar” (MP2, p. 62). Em vez de se afastar dos comandos das palavras de ordem e da estruturação da vida, a vida se torna estagnada. A vida, entretanto, deve levar as próprias palavras de ordem à desterritorialização, à musicalidade, à variação contínua. Deleuze e Guattari observam e nos revelam que existem senhas por baixo das palavras de ordem, palavras que passam, palavras que limam e fissuram, que são componentes de

passagem, ao passo que palavras de ordem marcam paradas ou composições organizadas e estratificadas (MP2, 2011, 62). Na mesma palavra de ordem há o componente da parada e o componente da passagem, por isso a variação contínua se configura como caminho da fuga, da fuga dos contornos e da dissolução das formas.

Quanto a especificidade da noção de variação contínua, Deleuze e Guattari a discute dando relevância às línguas minoritárias ou marginais, ao campo das artes literárias e de outras formas de expressão marcadas pela instabilidade, pela inventividade, pela resistência às marcas dominantes, no sentido de analisar como são criados novos agenciamentos coletivos de enunciação, novas formas de subjetivação e novas linhas de fuga. A variação contínua, por isso, constitui-se como um conceito político e estético, que implica uma ética da diferença; diz respeito à prática de experimentação e de criação, que desafia os limites impostos pelo estatuto do “maior”. A variação contínua, segundo os autores, constitui a própria natureza da linguagem, por isso esses autores, recorrem a Franz Kafka (bem como a tantos outros escritores) para demonstrar como direções/procedimentos de como a língua pode ser efetuada em variação contínua.

A Linguística, de acordo Deleuze e Guattari a entendem em *Postulados da linguística*, não deve reduzir a língua a uma composição de invariantes estruturais universais, mas sim converter essas “composições de ordem” em componentes de passagem e, assim, fazê-la funcionar em modo de variação contínua; deve criar, portanto, rotas de fuga para a língua sair tanto do estatuto da palavra de ordem quanto dos ditames da linguística estrutural significante e representacionista; deve criar linhas que permitam a língua se efetuar como um agenciamento in/tenso, em variação contínua e em modo menor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia. *Estudos Deleuzianos da Linguagem*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Lisboa: Artes Médicas, 1990.

BEZ, A.S; AQUINO, C. *Saussure e o Estruturalismo: retomando alguns pontos fundamentais da teoria saussuriana*. Cadernos do IL. Porto Alegre, n.º 42, junho de 2011. p. 5-17.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luísa Néri. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. Tradução de Rodolfo Krestan. São Paulo Melhoramentos; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1983/2019.

CARDOSO JR., H.R. *Pragmática menor em Gilles Deleuze*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CHÂTELE, François. *História da Filosofia – O século XX*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

CHOMSKY, N; RONAT, M. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1997.

DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Lógica do sentido*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

_____. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. (1987/1999) p. 10-11) *O Ato de Criação*. Edição brasileira: In: Folha de São Paulo, 27/06/1999. Trad: José Marcos Macedo.

_____.; PARNET, C. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1972) *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

_____. (1975). *Kafka: por uma literatura menor*. Lisboa: Editions Minuit, 2002.

_____. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995/2011.

_____. *Mil platôs- Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 02. São Paulo: Editora 34, 1995/2011.

_____. *Mil platôs- Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 03. São Paulo: Editora 34, 1995/2012.

DOSSE, François. *Gilles Deleuze e Felix Guattari: biografia cruzada*. Tradução: Fatima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. *História do estruturalismo*. Vol. 1: O campo do signo, 1945-1966. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo, Ensaio: Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

_____. *História do estruturalismo*. Vol. 2: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo, Ensaio: Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GALLO, S. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

LAPOUJADE, D. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: Editora n-1 edições, 2015.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral (1916)*. Cutrix, 2012.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Tradução: Caio Liudvik. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ZOURABICHVILI, François. *Deleuze: uma Filosofia do Acontecimento*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo, Editora 34, 2016.